EDIÇÃO ESPECIAL | RIO+20

MISSÃO Empresarial

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Iniciativas e ações que ditam os novos rumos e conceitos de desenvolvimento

Conheça os grandes temas em debate na Rio+20

ANO 1 Nº 1 JUN. 2012
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ABRA PRESS
AGÊNCIA BRASILEIRA DE IMPRENSA

crianças têm paixão pela química

Fazer com que as próximas gerações se interessem por química é importante para o futuro da humanidade. Por isso, nós desenvolvemos o programa ReAção no Brasil, no qual as crianças podem aprender ciências de forma prática e divertida. Estudantes e tubos de ensaio finalmente se dando bem? Na BASF, nós transformamos a química.
www.basf.com.br/nos-transformamos-a-quimica

BASF
The Chemical Company

MISSÃO Empresarial
EDIÇÃO ESPECIAL | RIO+20

RECONHECER, VALORIZAR E CRESCER

No momento em que se torna evidente a preocupação de uma grande maioria de nações em cuidar melhor do planeta e de oferecer melhores condições de vida à sua população, hoje, vemos, de forma cada vez mais clara, que crescimento econômico, proteção ao meio ambiente e equidade social formam um único compromisso. “Não podemos ter progressos em um item sem avançar em todos eles.”

EDUARDO TEIXEIRA, DIRETOR DA ABRAPRESS

CAPA: VISTA DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA VISTA CHINESA, NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA. À ESQUERDA, EM PRIMEIRO PLANO, O MORRO DO CORCOVADO, RIO DE JANEIRO/RJ, BRASIL (*FOTO: RICARDO ZERRENER/ RIOTUR*)

Cabe aos nossos governantes a definição de mecanismos e criação de regras globais para o compromisso de todos no consumo equilibrado dos recursos que o meio ambiente oferece, o cumprimento dos compromissos internacionais de financiamento do desenvolvimento nos países mais pobres, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, a universalização da segurança alimentar; e oferecer acesso à população aos recursos básicos como emprego, alimentação, água potável, saúde e educação.

Juntamos nesta publicação contribuições de líderes e representantes governamentais, em sinergia com potenciais empresas, cedendo-nos seus depoimentos sobre suas implicações e empenho em iniciativas e ações que buscam avanços nas melhores práticas em desenvolvimento sustentável.

Nossos agradecimentos a todos que colaboraram com esta iniciativa.

Eduardo Teixeira

MISSÃO Empresarial

ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL
ABRAPRESS - AGÊNCIA BRASILEIRA DE IMPRENSA

DIRETOR DE EDIÇÃO
EDUARDO TEIXEIRA
EDUARDO.TEIXEIRA@ABRAPRESS.COM.BR

COLABORAÇÃO E MARKETING INTERNACIONAL
MIDIA PRESS GROUP

JORNALISMO E REDAÇÃO
BRUNNO BRAGA (MTB 050598/00)

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGEM
ESTOPIM COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA
WWW.ESTOPIM.COM

DESIGNER RESPONSÁVEL
MARIA EUGÊNIA DUQUE ESTRADA

REVISÃO
MARISA ARAÚJO

TRADUÇÃO
GRUPO PRIMACY TRANSLATIONS
MARQUES & TAVARES
MARISA ARAÚJO

IMPRESSÃO
WALPRINT GRÁFICA E EDITORA
VERSÃO ON-LINE
WWW.ABRAPRESS.COM.BR

DESENVOLVEDOR PARA WEB
PRODWEB

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS DESDE QUE CITADA A FONTE.

ABRAPRESS
AGÊNCIA BRASILEIRA DE IMPRENSA

TEL: +5521 2570 5854
WWW.ABRAPRESS.COM.BR
ABRAPRESS@ABRAPRESS.COM.BR

Locais da Conferência

BARRA DA TIJUCA

RIOCENTRO

Avenida Salvador Allende, 6555. Barra da Tijuca

O Riocentro será, durante a Rio+20, perímetro das Nações Unidas. No local, serão realizadas as sessões plenárias e negociações oficiais da Conferência. Ademais, lá serão realizados os "Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável", série de debates em que a sociedade civil discutirá temas prioritários da agenda internacional para o desenvolvimento sustentável. Haverá ainda espaços para eventos paralelos da sociedade civil durante o período de negociações oficiais. O acesso ao local depende de credenciamento junto à ONU, responsável pela coordenação dos eventos oficiais da Conferência.

PARQUE DOS ATLETAS

Avenida Salvador Allende, s/n. Barra da Tijuca.

Essa grande área livre em frente ao Riocentro será dedicada a exposições governamentais e intergovernamentais. No local, serão montados pavilhões e exposições de países estrangeiros, de organizações internacionais e do Governo brasileiro, representado em suas diferentes instâncias (municipal, estadual e federal) e Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Destaca-se o Pavilhão Brasil, em que serão apresentados programas e projetos do Executivo Federal para a promoção do desenvolvimento sustentável. O Parque dos Atletas será ainda um espaço de debate, com a realização de seminários, palestras e mesas-redondas. Empresas parceiras também se farão presentes com demonstrações de inovação e gestão no campo da sustentabilidade.

ARENA DA BARRA

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3401. Barra da Tijuca

A estrutura multifuncional da Arena da Barra será o grande espaço de concentração da sociedade civil nas proximidades do Riocentro. Suas salas, auditórios e ginásio abrigarão palestras, seminários e outras atividades da sociedade civil, bem como servirão de centro de retransmissão dos eventos do Riocentro e demais locais da Conferência.

CENTRO

PARQUE DO FLAMENGO

Local histórico por ter abrigado eventos da sociedade civil na Rio-92, o Parque do Flamengo será novamente utilizado para a realização da Cúpula dos Povos.
A organização do evento está sob a responsabilidade do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20. Informações adicionais podem ser obtidas no endereço eletrônico da Cúpula dos Povos – cupuladospovos.org.br.

MUSEU DE ARTE MODERNA (MAM)

Durante a Conferência, as galerias do Museu abrigarão exposições temáticas de renomados artistas brasileiros e mostra da campanha "O Futuro Que Queremos". A cinemateca receberá palestras e seminários organizados pela sociedade civil e mostra de filmes na temática do desenvolvimento sustentável. O Museu receberá ainda a Arena Socioambiental, série de eventos coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

ARENA DO MAM

Av. Infante Dom Henrique , 85 - Parque do Flamengo

Essa casa de espetáculos receberá durante a Rio+20 concertos e outros eventos culturais patrocinados pelos parceiros do evento, além de servir de área para debates da sociedade civil organizados no âmbito da Cúpula dos Povos.

PIER MAUÁ

Avenida Rodriguez Alves, 10. Praça Mauá

Localizado em área central e de fácil acesso, o Píer Mauá será destinado a apresentações sobre inovação, tecnologias sustentáveis e programas de sustentabilidade. Serão apresentados e divulgados projetos do Governo Federal, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da sociedade civil na seguinte disposição:

ARMAZÉM 1: Sociedade Civil
ARMAZÉM 2 : Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, das Comunicações e da Integração Nacional
ARMAZÉM 3: Finep
ARMAZÉM 4: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

GALPÃO DA CIDADANIA

Avenida Barão de Tefé 75, bairro da Saúde

Localizado nas proximidades do Píer Mauá, o Centro Cultural de Ação da Cidadania receberá uma série de eventos culturais organizados pelo Ministério da Cultura. Serão organizados seminários, apresentações musicais, exposições, oficinas, mostras de audiovisual e de gastronomia com enfoque na sustentabilidade, entre outros encontros nas mais diversas áreas culturais. A Cultura Rio+20 é um espaço para a reflexão e debate sobre a importância da cultura como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável. Confira a programação especial do Ministério da Cultura no endereço http://www.cultura.gov.br/riomais20/

APOIO

Ministério do Meio Ambiente
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
RIO PREFEITURA
Ministério das Relações Exteriores
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
GOVERNO DO Rio de Janeiro SOMANDO FORÇAS
SECRETARIA DO AMBIENTE

Sumário

4 Uma oportunidade única para as gerações futuras

6 Rio+20: Um futuro justo para todos

8 O futuro em grande parte será "verde", ou não será

10 Garantia de boa recepção

12 O Rio como vanguarda da sustentabilidade

14 Rio+20: Um marco para a promoção da sustentabilidade

16 Por um Rio mais verde

19 Novo acordo de energia dinamarquês: 50% do consumo de eletricidade a partir de energia eólica em 2020

22 Ações dinamarquesas para a sustentabilidade

24 Crescimento verde, bons negócios

26 Dez anos de sustentabilidade na Alemanha

30 Rio+20: um aniversário a pensar no nosso futuro comum

36 "Como a Espanha contribui para o desenvolvimento sustentável?"

39 Fazendo acontecer o desenvolvimento sustentável

44 Implicação e "savoir-faire" em sustentabilidade

48 Compromisso suíço para a sustentabilidade

52 Mais economia verde, menos pobreza

55 Madeira certificada e energia renovável

57 Sustentabilidade emergente

61 Economia verde: uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável

63 Avanços e contribuição da República Tcheca à Rio+20

65 "Precisamos reacender o espírito do Rio"

68 A difícil sustentabilidade entre as cidades e suas águas

70 Panorama energético

SELO FSC

Uma oportunidade única para as gerações futuras

Embaixador do Brasil responsável pelas negociações para a Rio+20 afirma que o País dará exemplo ao mundo

O Embaixador André Corrêa do Lago, negociador brasileiro para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, apresentou as linhas gerais do evento e afirma estar confiante do sucesso da Conferência. Entre os pontos detalhados, ele destacou os temas que estarão em jogo na Conferência, a participação da sociedade civil, a perspectiva brasileira e a perspectiva mundial. O diplomata anunciou ainda o desenvolvimento de um portal na internet que colherá sugestões de representantes da sociedade civil. O objetivo é entregá-las aos chefes de Estado durante a Conferência no Rio.

Temas da Conferência

Aprovados por todos os países membros da ONU no âmbito da sua Assembleia Geral, os temas a serem tratados na Rio+20 serão: "Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza" e a "Governança Internacional para o Desenvolvimento Sustentável", que aborda a questão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e trata do fortalecimento do pilar ambiental dentro do conceito da sustentabilidade.

A Sociedade Civil na Rio+20

O papel da sociedade civil na ONU passou a ter relevância na Rio92, que foi incentivado e concretizado na formação de um grande evento paralelo, denominado de "A Cúpula dos Povos", uma grande reunião da sociedade civil mundial em torno dos temas que estavam sendo tratados na conferência oficial. Neste contexto, a Rio92 foi um divisor de águas no que diz respeito à participação da sociedade civil em encontros internacionais, pois além de promover um espaço mais efetivo para os representantes de organizações não governamentais, muitos países, entre eles o Brasil, passaram a integrar membros da sociedade civil em suas delegações oficiais.

Na Rio+20, o desejo do governo brasileiro é de estabelecer um novo marco na participação da sociedade civil. Desta vez, queremos enfatizar todo o progresso tecnológico disponível. O governo brasileiro propôs à ONU a realização dos "Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável", uma reunião prévia à Rio+20 que será realizada entre os dias 16 e 19 de junho no Riocentro e contará com a participação de ONGs, cientistas, acadêmicos, empresas e veículos de comunicação. Os quatro dias serão destinados para que os principais especialistas sobre desenvolvimento sustentável possam debater e preparar documentos a serem entregues aos chefes de Estado presentes na Rio+20.

Neste processo, foi desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com 27 universidades no Brasil e no exterior (nove de países desenvolvidos, nove de países em desenvolvimento e nove brasileiras), a plataforma digital Riodialogues (www.riodialogues.org), que é capaz de reunir as opiniões e sugestões de até 400 mil pessoas.

A plataforma busca uma maior participação popular nas discussões prévias à cúpula, que reunirá mais de 100 chefes de Estado. As sugestões serão selecionadas e votadas em uma segunda etapa, até chegarem a dez temas. Estes funcionarão como pautas para as discussões que ocorrerão em espaços abertos para a população em locais como o Aterro do Flamengo, a Quinta da Boa Vista e o Parque dos Atletas, próximo ao Riocentro. No fim, três temas serão levados aos negociadores da Conferência.

Este é um exercício extremamente inovador. Esperamos que este projeto possa ter continuidade. O governo brasileiro entende que para uma melhor governança da ONU, a participação da sociedade civil precisa ser maior, e que seja levado em conta o desejo de seus representantes. Essa plataforma pode ser o início para alcançar este objetivo.

Perspectiva brasileira na Rio+20

O Brasil tem uma grande responsabilidade para o sucesso da Rio+20. O País mudou muito desde 1992. Quando se observa a evolução brasileira nos três pilares do desenvolvimento sustentável, constata-se que há bons resultados. No plano econômico, o Brasil conseguiu se estabilizar com uma das principais economias do mundo. Do ponto de vista ambiental, o Brasil fez progressos imensos.

O governo brasileiro se comprometeu em reduzir 80% do desmatamento até 2020, e nas outras dimensões ambientais, o Brasil está atuando de maneira muito significativa. Na questão social, o País conseguiu grandes avanços nos últimos anos, com um imenso esforço para diminuir as desigualdades, apresentando um crescimento notável da classe média brasileira, na medida em que os esforços de erradicação da pobreza tiveram avanços notáveis.

A Rio+20 mostrará ao mundo que o Brasil está muito integrado com os pilares da sustentabilidade. Se essa agenda se tornar efetivamente o paradigma para as próximas décadas, vai representar para o Brasil um desafio muito grande e imensa oportunidade de ter um papel fortalecido nas suas relações com o mundo. A Conferência poderá gerar um impacto importante sobre a economia brasileira e sobre a percepção do País no exterior. Portanto, a nossa missão para a Rio+20 é, por um lado, mostrar ao mundo o que o Brasil já fez e, por outro, definir sobre o que o País pode absorver a respeito dos pensamentos e ideias mais contemporâneas sobre as questões de sustentabilidade. Assim, o Brasil poderá dar passos ainda maiores nessas direções que já vêm sendo tomadas e se tornar líder em várias áreas.

Esta será a vez do Brasil de ser um ator protagonista numa outra direção. Se na Rio92 o País teve uma atuação mais defensiva, na Rio+20 o Brasil poderá se mostrar ao mundo como o campeão do desenvolvimento sustentável. Então, a perspectiva brasileira para a Rio+20 é de grande ampliação da sua percepção internacional dentro da agenda da sustentabilidade.

O Debate Mundial: onde estamos?

Os processos de negociação na ONU são muito complexos. Todos os países membros da instituição têm o mesmo peso. Portanto, o grande desafio é que se chegue a um documento consensual. É claro que para atingir esse objetivo no qual é preciso que 190 países cheguem a um consenso, procura-se elaborar documentos cada vez menos impactantes, porquanto, o processo dilui-se em várias direções e em países diferentes. E, por isso, o consenso ocorre de forma demorada.

É preciso que haja uma maturação sobre o tema, que haja vários debates em conferências, que os países legislem e regulem internamente para obter os resultados dos acordos. Um exemplo é a Conferências das Partes (COP) sobre o clima, ainda que o processo gere grandes frustrações com os resultados. Mas, é preciso observar que há uma série de conferências ao longo do ano para debater os dados de implementação acordados na Convenção sobre Mudanças Climáticas, assinada em 1992. No entanto, foi esta Convenção que trouxe para o mundo a importância do tema. Antes, esse debate estava restrito a círculos acadêmicos. Graças à assinatura da Convenção, todos os países foram obrigados a trabalhar sobre o assunto e passaram a medir suas emissões, promovendo importantes incentivos para mais pesquisas científicas. Então, a morosidade para a efetividade dos pontos acordados na convenção não ocorre por causa do processo iniciado pela ONU, mas sim, em função das peculiaridades políticas e legislativas de cada país membro. Mas, o fato é que esse processo faz com que as coisas avancem.

Espera-se que, na Rio+20, surja um documento que desafie o mundo para tratar de certos assuntos para os quais há certa relutância. A Rio+20 vai abrir uma série de processos. Haverá também um debate para dar início ao processo para definição dos princípios dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Da mesma forma como foram elaborados os princípios dos Objetivos do Milênio, que tiveram um efeito muito positivo para o avanço de certas áreas, estamos convencidos de que há necessidade de tratar de temas como o combate aos padrões insustentáveis de produção e consumo. Ao aprovar o documento sobre os princípios dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o mundo estará dando o primeiro passo para o futuro.

As negociações estão avançando e conterá uma série de decisões e projetos que fará com que a Rio+20 se torne uma etapa da maior importância e algo marcante para a próxima geração. Comparar a Rio+20 com a Rio92 é tentador, mas, inadequado. Na Rio92 foi aprovado e assinado uma série de documentos que haviam sido negociados nos anos anteriores. E a Rio+20 servirá mais como uma conferência que dará início a processos do que a um encontro que culmine a decisão final, como foi a Rio92. Portanto, a Rio+20 pode ser muito mais ambiciosa para abrir portas para uma nova etapa global. Em 1992, não se imaginava que isso fosse possível, mas hoje temos condições de prever as possibilidades de efetivação de projetos sustentáveis. ■

Brasil em dados

CAPITAL	Brasília
CIDADE MAIS POPULOSA	São Paulo
LÍNGUA OFICIAL	Português
GOVERNO	República Federativa Presidencialista Presidente: Dilma Rousseff
INDEPENDÊNCIA	7 de setembro de 1822
ÁREA	- Total: 8.502.728,269 km² - Água: 0,65(%)
POPULAÇÃO	Est./2011: 196.655.014 hab Censo (2010): 190.732.694 hab Densidade: 22 hab/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2011 (USD)	Total: $ 2,282 trilhões Per capita: $ 11.600
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2009): 49.3 (baixo) IDH (2010): 0,699 (elevado) Esperança de Vida: 72,4 anos Mortalidade Infantil: 19,3 /1000 Alfabetização: 90,0%
MOEDA	REAL (BRL)
CODIFICAÇÃO ISO	BRA
CÓDIGO NA INTERNET	.br
CÓDIGO TELEFÔNICO	+55
WEBSITE	www.brasil.gov.br

RIO+20 UM FUTURO JUSTO PARA TODOS

JANEZ POTOCNIK, COMISSÁRIO DA UNIÃO EUROPEIA PARA O MEIO AMBIENTE

À medida que Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Rio+20, se aproxima, a UE trabalha ativamente para contribuir para alcançar um resultado que assegure uma transição para uma economia global verde inclusiva, a erradicação da pobreza e melhor governança. A vontade de mudança ambiental é com frequência temperada pelo receio de danos à economia, como se, de alguma maneira, houvesse necessidade de escolher entre o meio ambiente e a economia. Nossa tarefa como líderes é eliminar esse medo demonstrando que "seguir um caminho verde" e relançar a economia são as duas faces de uma mesma moeda.

A economia verde inclusiva está tão relacionada com o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a justiça social, quanto com o meio ambiente. É preciso estarmos cientes de que esta é a única maneira de tratar das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Temos a enorme responsabilidade de assegurar que todos entendam as vantagens de uma economia mundial verde. Como demonstraremos na Rio+20, essa é, na verdade, a abordagem mais ambiciosa e mais justa para todos.

As razões subjacentes são evidentes. Uma economia mais verde e inclusiva não é apenas uma opção – tornou-se uma necessidade global. Se não aprendermos a gerenciar nossos ativos e recursos naturais de maneira mais sustentável, tanto nossas economias como nosso meio ambiente sofrerão, e os esforços para aliviar a pobreza e alcançar maior equidade nunca serão bem sucedidos. E as populações mais pobres sofrerão muito mais, uma vez que dependem mais diretamente da água, do mar, das florestas e do solo.

Para transmitir essa mensagem, os políticos precisam enfatizar a capacidade de transformação da economia verde. Precisamos mostrar que o crescimento verde é o meio de ajudar os países em desenvolvimento a erradicar a pobreza, que todos estamos empenhados em melhorar a inclusão social e que queremos alicerçar nosso desenvolvimento numa base sólida e sustentável.

As empresas também devem se engajar ativamente e demonstrar que o que a economia verde inclusiva realmente significa faz parte da sua própria realidade econômica e não é a invenção da classe política. A indústria deve demonstrar aos países em desenvolvimento que está disposta a investir numa economia verde, porque esta representa crescimento e empregos no longo prazo. Isso só é possível mediante bom senso no uso dos recursos naturais. A maioria dos ganhos em produtividade decorrentes do uso eficiente dos recursos naturais está, na verdade, nos países em desenvolvimento.

Há numerosos exemplos de como a economia verde pode operar e transformar os esforços em benefícios concretos. Vejamos alguns exemplos:

- Um relatório recente da McKinsey sobre a eficiência dos recursos calcula que os ganhos em produtividade somarão $280 bilhões até 2030, principalmente nos países em desenvolvimento, como resultado de melhores técnicas de irrigação e da eliminação de vazamentos de água. Esses ganhos potenciais são muito maiores do que todo o orçamento da União Europeia para o desenvolvimento.
- Maior eficiência dos recursos, redução do desperdício e diminuição do consumo de energia significam custos menores e lucros maiores. A reutilização e a reciclagem de resíduos também podem reduzir as emissões de gases de estufa de maneira econômica.
- Há previsões de que a geração de resíduos aumentará enormemente nas economias emergentes se o atual padrão empresarial continuar a ser usado. As Nações Unidas já preveem au-

mentos na ordem de várias centenas de pontos percentuais, nos próximos anos, em países como a China e a Índia. Portanto, aprimorar a gestão de resíduos e materiais é uma prioridade evidente para muitas economias emergentes de crescimento rápido.

- O uso sustentável dos recursos também traz benefícios de longo prazo em termos da capacidade de recuperação da economia, bem como da segurança de abastecimento, a estabilidade e a diminuição da volatilidade de preço dos recursos. Pode impedir a formação de gargalos no fornecimento de recursos e ajudar a conquistar novos mercados, quando a prevenção, a reutilização e a reciclagem se tornam mais economicamente interessantes e se beneficiam de inovações tecnológicas ou de modelos empresariais avançados.
- Em geral, a nutrição, a moradia e a mobilidade são responsáveis por 70-80% de todos os impactos ambientais nos países industrializados. Melhorar a eficiência desses setores ajudaria a resolver os desafios energéticos e climáticos com que nos defrontamos.
- A eliminação paulatina e o aprimoramento da gestão dos produtos químicos perigosos ajudarão a melhorar a saúde e as condições de trabalho de numerosas populações no mundo inteiro. Para tanto, será fundamental contar com financiamento sustentável e previsível, de longo prazo, através de uma abordagem integrada.

As declarações e os processos, por si, não são suficientes. Para realizar esses objetivos, é necessário ser tão operacional e preciso quanto possível. As metas e os objetivos ajudarão a concentrar todos os esforços na sustentabilidade. Será necessário implementar condições econômicas e de mercado que ajudem a alcançar essas metas e esses objetivos. Eu acredito firmemente que temos condições de desenvolver objetivos globais que fomentem e acelerem o progresso. E esses objetivos ajudarão a nortear as ações nacionais para objetivos compartilhados comuns a todas as nações.

Dmitry Berkut / Shutterstock.com

POPULAÇÃO POBRE, VINDA DA ILHA DE JAVA, TRABALHANDO EM LIXÃO EM BALI, NA INDONÉSIA. BALI PRODUZ DIARIAMENTE 10.000 M^3 DE LIXO

Mas de nada adianta ter tais objetivos, se não tivermos capacidade para concretizá-los. É por isso que a UE postula a criação de organizações internacionais com o perfil necessário e as ferramentas adequadas para acompanhar o processo. É necessário fortalecer o marco institucional global para o desenvolvimento sustentável, e uma parte importante disso seria aprimorar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criando uma Agencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente com capacidade maior.

No lado da sociedade, não será suficiente falar sobre inclusão "em princípio". Será necessário ser operacional e preciso também nesta área, mostrando como a inclusão pode ser implementada mediante instrumentos de política que gerem empregos decentes e reduzam a pobreza. A União Europeia possui uma longa e comprovada história de assegurar a inclusão social e estamos dispostos a trabalhar com empenho com nossos parceiros globais para garantir que a inclusão se torne uma realidade em toda parte.

Também será necessário mobilizar recursos suficientes. A cooperação e assistência ao desenvolvimento podem ser importantes como agentes catalisadores dos investimentos e fortalecedores das capacidades, especialmente nos países menos desenvolvidos. Contudo, a maior parte das oportunidades para essa transição está no setor privado de investimentos, em níveis nacional e internacional. Todas nossas instituições internacionais deveriam ser mobilizadas para desenhar esquemas de reforço adicionais com essa finalidade. Os investimentos públicos deveriam alavancar os recursos privados, e as oportunidades são demasiado grandes para serem operacionalizadas apenas com assistência oficial.

> "Uma economia mais verde e inclusiva não é apenas uma opção – tornou-se uma necessidade global"

À medida que a cúpula Rio+20 se aproxima, é imprescindível manter a pressão se quisermos assegurar um resultado ambicioso, justo e bom para nosso planeta. É o que ouvimos da sociedade civil no mundo inteiro, e a UE está determinada a desempenhar a parte que lhe cabe para alcançar tal resultado. ■

ENRIQUE IGLESIAS V., SECRETÁRIO GERAL IBERO-AMERICANO

O futuro em grande parte será “verde”, ou não será

“A América Latina, embora com diferenças perceptíveis entre países, melhorou substancialmente a cobertura educacional da população, universalizando o nível primário, estendendo fortemente o secundário e ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior. Não devemos esquecer que os jovens e as crianças menores de 24 anos são mais de 42,8% da população.”

POR ENRIQUE IGLESIAS V.
Secretário Geral Ibero-americano

Aqueles que sempre acreditaram no multilateralismo devem estar felizes que a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, celebra um marco das Nações Unidas. Não foi em vão, a ONU, desde a célebre Conferência em Estocolmo (1972), atraiu a atenção do mundo sobre um problema que parecia quase exclusivamente reservado aos ambientalistas e especialistas em questões ambientais.

Eu acredito que o desenvolvimento sustentável não é, evidentemente, apenas um problema das alterações climáticas, embora este seja, sem dúvida, um elemento em que temos que trabalhar da forma mais correta possível. É uma questão complexa, cujas causas, âmbito e abordagem falharam até mesmo em um consenso básico pela comunidade científica internacional.

Durante seminário realizado em Brasília em meados de outubro do ano passado, 2011, comentei que a mudança climática, juntamente com o aumento dos preços do petróleo e dos alimentos, bem como a especulação, é um dos graves problemas que desafiam um mundo no qual mais de 920 milhões de pessoas ainda sofrem com a fome.

Para começar, os países devem se comprometer, através de negociações, chegar a um acordo vinculante e que nos ajudará a combater um fenômeno de consequências tão imprevisíveis. Repito, não é fácil, porque à mesa se sentam os países desenvolvidos que mais têm poluído; potências emergentes (ou emergidas) que não querem limitar seu desenvolvimento de acordo com as medidas na luta contra a poluição, e os povos que são, essencialmente, as vítimas dos efeitos das alterações climáticas.

A Cúpula do clima de Cancun, em 2010, conseguiu estabelecer uma tecnologia de mecanismo para apoiar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, um Fundo Verde para o Clima e um acordo para reduzir as emissões, tanto dos países desenvolvidos quanto dos que ainda estão em desenvolvimento.

Ibero-américa: os jovens, a educação e a mudança climática

Pelo que se refere à Comunidade Ibero-americana, composta por 19 países da América Latina e três da Península Ibérica (Espanha, Portugal e Andorra), o objetivo é, mais uma vez, encontrar uma posição comum e acordada nos fóruns internacionais.

Para estes fins, já temos uma Rede Ibero-americana de Escritórios de Mudan-

ça Climática (RIOCC) e, naturalmente, do Sistema Ibero-americano de Institutos Nacionais de Agricultura.

A agricultura, aliás, é parte do problema das alterações climáticas, mas é também parte de sua solução. Na América Latina, temos que impulsionar o setor agrícola para aumentar a produtividade e ao mesmo tempo, combater o aquecimento global.

Em nossa região (16% da superfície do planeta, mas 40% de sua biodiversidade), a América Central está muito castigada com demasiada frequência de calamidades provocadas pela mudança climática.

Devemos tratar o futuro da terra, seu desenvolvimento sustentável e o impacto dos choques em nosso ambiente com a urgência de hoje, mas focado sempre em longo prazo, porque nós devemos deixar um mundo mais estável e o mais limpo possível para as próximas gerações.

Em termos gerais, a juventude tem, a meu ver, uma sensibilidade especial em face da degradação do nosso meio ambiente, seja por razões naturais, seja provocada pelo homem.

Com o gravíssimo problema de emprego juvenil que temos, sobretudo hoje em países altamente desenvolvidos, devemos promover a participação dos jovens na criação, programação e no desenvolvimento de projetos de trabalho "verde". Mas para torná-los bem formados devemos olhar, uma vez mais, para a educação. Porque está comprovado que existe uma estreita ligação entre a reforma educacional e a mudança climática. Os dois fatores são hoje, e serão amanhã, os que, em boa parte, irão determinar o futuro do mundo.

É óbvio para mim que a educação está intimamente relacionada com o potencial de crescimento econômico. Há, na verdade, uma clara relação entre a quantidade de capital humano e o nível de habilidades cognitivas da força de trabalho, o que chamaríamos de qualidade do capital humano; qualidade que depende do nível de escolaridade e do posterior desenvolvimento educacional.

Um dos nossos desafios, de agora em diante, será, para alguns países, sair da crise, e para outros, enfrentar seu crescimento econômico, tendo em conta a necessidade de adaptar-se e intervir, em face das transformações que trarão a mudança climática.

No que diz respeito a programas de reforma educacional, estes não podem ser baseados apenas em reformas institucionais, mas têm que identificar e, se possível, quantificar os fatores que impedem e limitam o processo de aprendizagem das crianças e jovens.

A América Latina, embora com diferenças perceptíveis entre países, melhorou substancialmente a cobertura educacional da população, universalizando o nível primário, estendendo fortemente o secundário e ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior. Não devemos esquecer que os jovens e as crianças menores de 24 anos são mais de 42,8% da população.

Consideremos também o problema crucial que é o financiamento dos sistemas educacionais para oferecer uma maior qualidade de ensino. Porque apesar dos esforços dos países e o investimento feito em relação ao PIB, o gasto do setor público por aluno permanece abaixo do necessário para assegurar melhores níveis de aprendizagem. A interseção é clara: como financiar hoje uma educação de qualidade para impulsionar o crescimento se o crescimento de hoje não é suficiente para isso.

Voltamos à mudança climática. A participação dos países da América Latina no total das emissões de GEE no mundo é relativamente baixa (13.69%), o mesmo que sua acumulação na atmosfera. No entanto, as emissões associadas à alteração do uso do solo e do desmatamento representam 46,4% das emissões mundiais neste setor.

A região é uma das mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, devido, por exemplo, às enormes oscilações nas temperaturas e nas precipitações; à degradação dos solos e florestas; ao aumento do risco de extinção de espécies, ou às mudanças no equilíbrio dos ecossistemas…

"Em termos gerais, a juventude tem, a meu ver, uma sensibilidade especial em face da degradação do nosso meio ambiente, seja por razões naturais, seja provocada pelo homem"

ENRIQUE IGLESIAS V.
Secretário Geral Ibero-americano

O denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um instrumento para fornecer recursos e financiar projetos de redução de emissões; no entanto, são poucos os países que têm se beneficiado significativamente. Teria que encontrar maneiras de integrar o MDL com as políticas de luta contra o desmatamento e a degradação no uso do solo.

No que se refere à agricultura, o Banco Mundial estima que, para o ano de 2050, as perdas totais na América Latina poderiam ser aproximadamente de US$ 91milhões, ou cerca de 1% do PIB, se o aumento da temperatura média atingir 1,79 graus Celsius em relação a 2008.

Em conclusão, penso que, prever o futuro, o desenvolvimento sustentável e a mudança climática, vitais para o nosso futuro, serão problemas crescentes nas agendas dos fóruns internacionais. É verdade que se trata de uma questão difícil e complexa, mas reconhecemos que até agora não temos sido suficientemente eficazes.

A abordagem que relaciona juventude, educação e meio ambiente é, em minha opinião, clara. Porque a educação está na base do progresso e do desenvolvimento e porque compete aos jovens gerenciar um futuro que, em grande parte, será "verde" ou não será. ■

GARANTIA DE BOA RECEPÇÃO

Coodernador de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio fala sobre a preparação da cidade para a Conferência Rio+20

ATERRO DO FLAMENGO

"O Rio já deu provas de que está preparado para receber grandes eventos"

EMBAIXADOR STELIO MARCOS AMARANTE
Coodernador de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro

O mais importante evento internacional a ser realizado no Brasil em 2012, a Rio+20 irá mobilizar toda a estrutura da cidade. Dessa forma, esforços vêm sendo empreendidos para que toda a agenda planejada não encontre percalços e, assim, garantir a autoridades e visitantes absoluta segurança e conforto. A Coordenadoria das Relações Internacionais da Prefeitura do Rio é um dos órgãos empenhados nos trabalhos para a recepção da conferência. Em conversa com a Revista Missão Empresarial – Edição Especial / Rio+20, o responsável pela Coordenadoria, Embaixador Stelio Amarante, disse que a cidade do Rio de Janeiro está preparada para o evento, cuja expectativa é atrair cerca de 50 mil visitantes e mais de cem chefes de estado. "O Rio já deu provas de que está preparado para receber grandes eventos. Nas festas de Réveillon, a cidade recebe centenas de milhares de turistas e tudo corre perfeitamente bem", disse o coordenador.

Para ele, do ponto de vista de espaço físico, a Rio+20 está bem dotada. Amarante conta que a Prefeitura já concedeu áreas públicas estratégicas que serão utilizadas para a conferência. "O Parque dos Atletas, local que recentemente abrigou o Rock in Rio, será utilizado para montagem de stands nacionais. Setores do Aterro do Flamengo serão utilizados para a realização da Cúpula dos Povos, cujos participantes serão alojados em CIEPs e na Quinta da Boa Vista. O Itamaraty alugou armazéns na área portuária para a realização de congressos paralelos. Desta maneira, o evento estará abrangendo todas as regiões da cidade." Amarante comenta, ainda, que durante a Conferência, a Prefeitura irá promover eventos culturais para estimular a consciência ambiental. "Os visitantes estrangeiros vão conhecer a nossa música, nossa dramaturgia e outras manifestações artísticas".

Grandes cidades e sustentabilidade

A Coordenadoria atua como órgão interlocutor entre estrangeiros (público e privado) com outras secretarias do governo municipal, ajudando a selar acordos e avaliar propostas que podem ser de

FOTO: Pedro Kirilos/Riotur

Mangostock / Shutterstock

VISTA AÉREA DO FORTE E DA PRAIA DE COPACABANA

Prefeitura do Rio de Janeiro

ARMAZÉNS CONVERTIDOS EM LOCAIS PARA EVENTOS E FEIRAS NO PIER MAUÁ

grande valia para a cidade. Neste contexto, a Rio+20 tem grande peso, uma vez que enquadra o Rio de Janeiro como centro internacional para debates sobre sustentabilidade, sobretudo nas grandes cidades. "Entidades privadas estão construindo no Forte de Copacabana um espaço para reuniões e a Prefeitura nele sediará encontros entre cidades do mundo inteiro. Entre as reuniões previstas, está o encontro com os representantes da C40, entidade que reúne as 40 maiores megalópoles do mundo representadas pelos prefeitos dessas cidades", revelou o coordenador.

Os temas a serem debatidos nestas reuniões serão as medidas para a redução e adaptação às mudanças climáticas, desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento de uma agenda efetiva com metas bem definidas para apoiar os planejamentos das cidades no combate as mudanças climáticas. "A Rio+20 não será apenas um foro para se discutir questões ambientais. Iremos tratar também de assuntos sobre os impactos sociais e econômicos. Essa será uma oportunidade ideal para um compromisso político internacional de combate às mudanças climáticas, uma vez que as metrópoles ocupam um papel importante nesta discussão", disse Amarante. "De fato, segundo estudos publicados por órgãos ambientais, as grandes cidades são responsáveis por 70% da emissão de gases de efeito estufa. Portanto, elas precisariam ser incluídas nas negociações sobre um acordo global", considerou.

Ele fez questão de enfatizar que a cidade do Rio de Janeiro já tem uma legislação sobre emissão de gases poluentes na atmosfera. "Já temos metas estipuladas que a cidade tem que alcançar. Então, a cidade está muito bem avaliada neste aspecto. Acredito que a implementação do sistema de transportes de BRTs (ônibus em corredores exclusivos) terá papel fundamental na redução das emissões". A Lei sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, sancionada em 2011, incentiva, também, a exploração dos créditos de carbono em diversos projetos, como gestão de resíduos, transporte, energia e reflorestamento, entre outros. As metas de redução de emissões de gases do efeito estufa são: 8% para 2012 (meta será atingida com o fechamento do Aterro de Gramacho); 16% para 2016 e 20% para 2020. ■

O Rio como vanguarda da sustentabilidade

Presidente da Câmara de Desenvolvimento Sustentável do Rio, aposta na relevância da cidade para que haja avanços no tema sobre a sustentabilidade global

Sérgio Besserman, presidente da Câmara de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio, é um renomado estudioso dos impactos da economia no meio ambiente. Economista de formação, Besserman foi nomeado pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes, para presidir o grupo de trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Rio+20. Para Besserman, ainda que as políticas ambientais elaboradas pelos governos dos países sejam prioritárias, são as cidades as grandes protagonistas do processo de estímulo à consciência sobre a importância da sustentabilidade. E, na sua avaliação, o Rio de Janeiro tem vocação para se solidificar como centro global para as discussões sobre o tema da conferência. "Temos tudo para lutar para sermos a 'Davos' das discussões do desenvolvimento sustentável", afirma. Entre uma reunião e outra, Besserman falou com a Revista Missão Empresarial - Edição Especial / Rio+20. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Para o senhor, qual é a importância da Rio+20 para a cidade?

SÉRGIO BESSERMAN - A Rio+20 é uma Conferência das Nações Unidas com ampla participação da sociedade civil global. A cidade do Rio de Janeiro, como anfitriã, tem a expectativa de que o evento ocorra com perfeição do ponto de vista logístico. E, consequentemente, que o Rio se consagre como o "locus" global das discussões sobre desenvolvimento sustentável, o tema central da agenda econômica, política e social dos próximos anos e décadas.

Depois de 20 anos, desde a Conferência da ONU sobre o Clima, também realizada no Rio de Janeiro, o que mudou desde então na sua avaliação?

SÉRGIO BESSERMAN - O lado positivo é que o conjunto dos atores participantes dos debates sobre desenvolvimento sustentável cresceu muitíssimo. Em 1992, em paralelo aos diplomatas e às delegações oficiais, estavam presentes também as ONGs representativas de diversos segmentos. Hoje, além delas (que cresceram muito), estão todas as grandes empresas do planeta, as mais diversas redes, as principais cidades do planeta, etc. Agora estamos todos conectados: em 1992 para pressionar os chefes de estado era preciso vir ao Rio, hoje em qualquer lugar do planeta será possível participar da conferência, através da internet.

O lado negativo é que muito pouco foi feito em todo o mundo nesses 20 anos, e os novos conhecimentos produzidos pela pesquisa científica mostram que a situação é extremamente mais grave do que se achava 20 anos atrás. A civilização caminha para uma crise. Para evitá-la são necessárias mudanças muito mais profundas do que – ingenuamente – imaginávamos em 1992.

Qual é a avaliação das medidas adotadas pelo governo brasileiro que ajudaram a ampliar as políticas de sustentabilidade? O senhor poderia citar algum exemplo?

SÉRGIO BESSERMAN - O governo brasileiro tem obtido avanços em diversas frentes, com ênfase para a redução do desmatamento da Amazônia. Mas é preciso ficar claro que a dimensão das transformações que terão que ocorrer nos próximos anos e décadas são muito maiores do que tudo que está sendo realizado.

Na sua avaliação, como as cidades e estados podem atuar em conjunto com o governo federal para que os problemas

Pedro Kirilos | Ascom-Riotur

PRAINHA, LITORAL DA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

"O Rio é único no mundo porque é a única grande metrópole do planeta com ativos naturais tão impressionantes, razão pela qual somos candidatos a patrimônio da humanidade na categoria de paisagem natural"

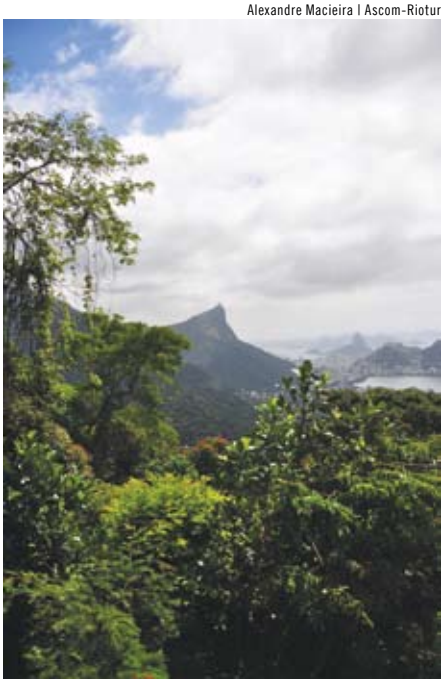
ambientais e econômicos sejam tratados de forma mais integrada?

SÉRGIO BESSERMAN - As cidades serão fundamentais na transição entre a civilização dos combustíveis fósseis e a economia de baixo carbono, que é o processo mais fundamental e profundo das transformações que terão que ocorrer para evitar uma crise de grandes proporções. Os temas centrais das cidades são energia, transportes, resíduos e gestão sustentável do território. Na macroeconomia, seja nacional ou global, contudo, as cidades do mundo ainda têm pouca influência. É nesse campo que é mais importante mudar.

Como a economia da cidade pode ser afetada com os avanços do debate da sustentabilidade?

SÉRGIO BESSERMAN - Todas as cidades do mundo serão muito afetadas, e não é por outra razão que elas se tornaram participantes ativos desse processo. No caso do Rio, um ativo intangível decisivo, que é a nossa marca, a forma como o mundo nos vê, está indissociavelmente conectada ao tema da sustentabilidade. O Rio é único no mundo porque é a única grande metrópole do planeta com ativos naturais tão impressionantes, razão pela qual somos candidatos a patrimônio da humanidade na categoria de paisagem natural. Isso significa que, além de investir na economia do conhecimento, base do futuro de baixo carbono, nossa marca está em questão. No Rio, a análise de custo benefício para investimentos em sustentabilidade é mais fácil: o retorno em imagem é muito grande.

Alexandre Macieira | Ascom-Riotur



PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (VISTA CHINESA), TENDO AO FUNDO OS MORROS DO CORCOVADO E PÃO DE AÇÚCAR

Em relação às áreas mais pobres da cidade, que buscam desenvolver-se economicamente, como levar a eles a importância da sustentabilidade para que eles encontrem melhorias na redução da pobreza?

SÉRGIO BESSERMAN - Na verdade, sem esses investimentos, a luta contra a pobreza será perdida. A crise ambiental atinge principalmente os mais pobres, que são os que estão em posições mais vulneráveis e têm menos recursos para se defender. Há muito a ser feito em muitos campos, mas existe a mãe de todas as batalhas e ela é social e ambiental: o saneamento básico.

Como a senhor observa o papel do Rio de Janeiro dentro do debate sobre sustentabilidade em âmbito nacional e internacional?

SÉRGIO BESSERMAN - Pela interação única entre natureza e ambiente construído, pela história (replantio da floresta da Tijuca, realização da Rio-92, etc.) temos tudo para lutar para sermos a 'Davos' (cidade suíça onde são discutidos, anualmente, as conjecturas e os rumos da economia mundial) das discussões do desenvolvimento sustentável. E temos tudo para sermos vanguarda entre as cidades que caminham na direção das necessárias transformações. ■

Rio+20: Um marco para a promoção da sustentabilidade

"O evento vai delinear o futuro do desenvolvimento sustentável com o Brasil à frente do debate"

FERNANDO LYRIO, ASSESSOR EXTRAORDINÁRIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE PARA A RIO+20

Pela já consagrada e reconhecida abundância de recursos naturais, a questão ambiental brasileira tem tido grande destaque no debate internacional sobre os desafios para a sustentabilidade. Por isso, não foi à toa a escolha do país para ser anfitrião do que pode ser um dos mais importantes encontros da ONU sobre temas ecológicos, coincidindo com a comemoração dos vinte anos da realização da primeira grande cúpula sobre o meio ambiente, a Rio92. Ora visto como vilão, ora mostrado como exemplo a ser seguido, o país que recentemente vem chamando atenção pela sua emergência econômica, busca dar novos rumos nas conversações sobre o desenvolvimento sustentável. Não seria para menos. Com 519 milhões de hectares de florestas, sendo que 96% desta área correspondem à "Amazônia Legal", a floresta efetiva ocupa mais da metade do território brasileiro. O gigantismo destes números e como eles podem influir para os avanços de políticas sustentáveis em âmbito global serão os pontos-chave durante a Rio+20. "Nossas expectativas são de que a Rio+20 seja um marco político para os próximos anos e que estabeleça uma nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável. Espera-se ainda que a declaração a ser adotada como produto da Conferência seja um documento por meio do qual a comunidade internacional renove e fortaleça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável", disse Fernando Lyrio, assessor extraordinário do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20. Em entrevista exclusiva à Revista Missão Empresarial – Edição Especial / Rio+20, Lyrio afirmou acreditar que, na esfera nacional, o evento deixará um legado para o Brasil nas áreas social e ambiental, fazendo com que as questões levantadas sejam parte do dia a dia da população e que os debates sobre desenvolvimento passem a ser associados à expressão sustentável.

O Brasil tem assumido um papel de grande destaque no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Como o governo brasileiro tem lidado com as demandas internas e externas em relação ao tema?

FERNANDO LYRIO – Durante os últimos anos, o Brasil conseguiu incorporar, por meio de um amplo e variado conjunto de políticas públicas, a ideia de desenvolvimento sustentável, tornando o País uma referência e um líder mundial no debate sobre sustentabilidade. Os grandes avanços nas políticas de inclusão social e conservação ambiental, sem prejuízo do expressivo crescimento econômico do País nesse período, ilustram as possibilidades de integração entre as três dimensões da sustentabilidade. Destaco, entre essas políticas, a que implementou o "Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia" (PPCDAM), responsável pela expressiva redução das taxas de desmatamento na região. Destaco também, a aprovação da "Política Nacional de Resíduos Sólidos" e o salto substancial no número de áreas de conservação criadas nos últimos anos.

Foram ainda criados programas e planos, como o "Brasil sem Miséria" e o "Alfabetização Solidária". Adotamos compromissos voluntários e planos setoriais ousados de redução de emissões, avançamos na conservação da biodiversidade, no combate ao desmatamento e na ampliação da matriz energética com ênfase em fontes renováveis. E tudo isso derrubando a falsa premissa de que políticas sociais e ambientais constituem óbices ao desenvolvimento econômico. Essas políticas têm elevado a renda, as condições de bem-estar da população e propiciado uma melhor conservação do meio ambiente.

O senhor acha que as empresas brasileiras estão abraçando o conceito de desenvolvimento sustentável de forma satisfatória e atuando em conjunto com o governo?

FERNANDO LYRIO – Toda a discussão sobre sustentabilidade passa necessariamente pela discussão sobre o papel do setor privado e sobre padrões de produção e consumo. As

empresas são parceiras nesse debate e na construção de soluções para a inclusão social aliada ao desenvolvimento econômico e à conservação do meio ambiente. O setor privado, por um lado, é regido por regras de mercado e pelo diálogo com os consumidores para a mudança de paradigmas de produção. Por outro lado, esse setor é também influenciado por políticas governamentais de incentivos positivos à adoção de práticas sustentáveis. Nesse sentido, o governo brasileiro vem se preparando para a Rio+20 com forte participação do setor empresarial, não só no que tange ao processo nacional como no que se refere ao processo internacional. Para isso, tem sido parceiro de diversas iniciativas do setor privado que estabelecem os contornos da visão empresarial sobre sustentabilidade.

O senhor acredita que a crise atual pode tirar o foco do debate sobre desenvolvimento sustentável?

FERNANDO LYRIO – A crise deve ser vista como uma oportunidade. Ela explicita a falência do modelo atual de desenvolvimento. Este é o momento de rever em âmbito global os padrões econômicos, sociais e ambientais. Muitas nações estão envolvidas nesse processo, mais de 80 chefes de Estado confirmaram presença na Rio+20. É claro que um cenário de crise demanda respostas de curto prazo, mas o desafio é conciliá-las com o desenvolvimento sustentável que, por definição, enseja um olhar em direção ao futuro, ao longo prazo. Se esse olhar de longo prazo não acontecer durante a Rio+20, não se alteram as bases dos modelos de desenvolvimento que têm produzido as sucessivas crises social, econômica e ambiental de nosso planeta.

O Brasil tem levantado certas divergências com os países centrais em relação a questões ambientais. Como o evento poderá equacionar certos impasses existentes para que haja mais integração entre países desenvolvidos e emergentes?

FERNANDO LYRIO – Uma das principais diferenças entre a Rio92 e a Rio+20 é o novo papel desempenhado por países em desenvolvimento, em particular os emergentes, os quais adquirem peso diferenciado no encaminhamento para os grandes desafios globais. Quaisquer resultados emanados da Rio+20 só serão concretos e implementáveis se forem aceitos e reconhecidos por todos os países e não como imposição de alguns países a outros. Espera-se que essa circunstância possa contribuir de maneira significativa para alguns resultados importantes da Rio+20, sobretudo o fortalecimento do sistema multilateral e a redução da perversa polarização Norte-Sul, que tem tornado impossível o consenso em diversos processos internacionais.

Nesse contexto, torna-se de grande importância a discussão de um dos temas básicos da Conferência: a estrutura institucional sobre desenvolvimento sustentável. Essa institucionalidade deve promover coordenação e coerência às ações das Nações Unidas e das demais instituições internacionais nos temas associados ao desenvolvimento sustentável.

Como o senhor acredita que esse processo de cooperação se dará na Rio+20?

FERNANDO LYRIO – O debate sobre o papel dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluídos aí os países emergentes, se realiza ainda com a reafirmação de princípios adotados na Rio92. Em particular, há o reconhecimento e a expectativa de que essa reafirmação de princípios estabeleça novas bases para a redução do déficit de implementação dos compromissos da Rio92. Destaca-se a necessidade de que os países desenvolvidos mantenham seus compromissos de apoiar os países em desenvolvimento na transição a modelos sustentáveis de desenvolvimento por meio da oferta adequada de recursos financeiros e de transferência de tecnologia.

Nos últimos anos, o Brasil tem alcançado maior inserção no comércio internacional. Como o conceito de sustentabilidade pode influenciar o comércio internacional?

FERNANDO LYRIO – Os debates que envolvem comércio internacional e sustentabilidade são geralmente permeados de controvérsias e polêmicas, muitas vezes fundamentadas por práticas predatórias que objetivam ganho de competitividade à custa de exploração social, atreladas à baixíssima remuneração de mão de obra e degradação ambiental, seja por sobreuso de recursos naturais ou ao custo ambiental de determinadas cadeias produtivas. Há, entretanto, abordagens positivas em torno dessa integração, dentre as quais podemos citar, por exemplo, transferência de tecnologias, mudança nos padrões de produção e consumo, aprimoramento da legislação ambiental atrelada à demanda de mercado consumidor e a harmonização de legislações entre países.

O comércio internacional é, inegavelmente, um vetor de desenvolvimento econômico que, quando bem disciplinado, pode ser revertido em benefícios ao bem-estar social e ambiental dos países. Esse é o teor do "Acordo de Marraqueche", que constitui a Organização Mundial do Comércio e afirma que o aumento das trocas comerciais deve ocorrer de forma integrada ao aumento da qualidade de vida das populações, do uso racional dos recursos naturais e do respeito aos diferentes níveis nacionais de desenvolvimento.

A lógica por trás do sistema multilateral de comércio pressupõe a não discriminação entre países e o veto a medidas que sejam disfarçadamente medidas protecionistas. Nesse contexto, prevê-se o uso de medidas técnicas previstas pela OMC, com o objetivo de balizar o comércio e que sejam motivadas pela observância a questões de sustentabilidade. Adicionalmente, existem alguns "Acordos Multilaterais Ambientais", que complementam as disciplinas comerciais, a respeito de matérias específicas, tal como o comércio de "Organismos Geneticamente Modificados". Mesmo assim, há ainda muito a se avançar na integração e aprimoramento dos regimes internacionais de comércio e desenvolvimento sustentável. ■

Por um Rio mais verde

Subsecretária de Economia Verde do Rio de Janeiro aposta em programas de sustentabilidade para incrementar os índices de desenvolvimento sustentável do estado

O estado do Rio de Janeiro apresenta importantes ativos ambientais, ao mesmo tempo em que luta contra muitos passivos existentes, em função do seu complicado e histórico processo de desenvolvimento socioeconômico. Com o objetivo de intensificar o debate e as políticas públicas em prol da sustentabilidade, o governo do estado do Rio de Janeiro criou, em 2011, a Secretaria Estadual de Economia Verde (órgão ligado à Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA), a primeira e única do gênero no Brasil. À frente da pasta, desde o início dos trabalhos da Secretaria, está a professora Suzana Kahn, atuante na área de preservação ambiental, a secretária conta que, em um ano, vários projetos ambientais no estado estão em andamento e que a Rio+20 servirá, entre outras coisas, como importante canal para divulgação dos resultados das políticas empreendidas. Engenheira mecânica com mestrado em planejamento energético e doutorado em engenharia de produção, ela faz parte do Programa Engenharia de Transportes da COPPE-UFRJ.

SUZANA KAHN – SUBSECRETÁRIA DE ECONOMIA VERDE DO RIO DE JANEIRO

Como vem sendo a atuação do governo do estado do Rio de Janeiro em relação às políticas ambientais?

SUZANA KAHN – A participação do estado do Rio de Janeiro vem sendo bastante interessante, não só internamente, como também na aproximação com outras regiões e outros estados no Brasil e no resto do mundo. Entendo que muitas das iniciativas na direção de uma economia verde e ações que buscam desenvolvimento com mais qualidade têm mais chances de dar certo em âmbito regionalizado. É possível, sim, construir uma série de ações de forma localizada em estados e municípios, mas sem descolar da realidade do país. É preciso, então, caminhar junto, apesar de terem abordagens diferentes. Coordenar políticas ambientais no âmbito nacional é um processo muito mais complexo, mais sofisticado e, por muitas vezes, mais moroso. Isso não acontece com os estados, que possuem perfis diferentes, possibilitando mais agilidade na tomada de decisões. A secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro estará recebendo representantes de estados de várias partes do mundo para debater, trocar experiências e traçar metas. No Brasil, estamos trabalhando em conjunto com vários estados, notadamente os estados amazônicos. Nessa relação, buscamos incentivar a complementaridade, uma vez que o sudeste brasileiro é mais industrializado e os estados ao norte possuem a sua economia baseada nos ativos da floresta. Esses contatos se intensificarão na Rio+20. Os diálogos estão fluindo e está sendo muito produtivo.

E sobre o desenvolvimento e condução dos projetos do estado?

SUZANA KAHN – Em relação à condução de projetos no estado do Rio de Janeiro, a secretaria está fazendo uma série de ações e o fato de termos aqui a Rio+20 ajuda a dar mais visibilidade aos projetos. Mas, é preciso lembrar que essas ações são de longo prazo, a despeito da conferência. Um dos projetos comandados pela secretaria é a criação da Bolsa Verde, que iniciará as suas operações durante a Rio+20. A Bolsa Verde consiste na compra de créditos de carbono, que vai funcionar dentro de uma plataforma de negociação, podendo transacionar uma série de ativos, que começa com a compra de carbono, mas que depois passará para compra de áreas de reserva legal e outros espaços de preservação ambiental. O estado do Rio está se mobilizando. É o único estado no Brasil que tem uma Secretaria para a Economia Verde. O Rio já tem uma lei que dispõe sobre mudanças climáticas, temos o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), o programa Lixão Zero e outras medidas am-

bientais bastante consistentes (abaixo, mais detalhes sobre os projetos desenvolvidos pela Secretaria do Ambiente). Mas, o mais importante é ver que o Rio está indo numa boa direção.

A senhora concorda que a Rio+20 corre o risco de não conseguir fechar um consenso, conforme prevê alguns especialistas?

SUZANA KAHN – Acredito que a Rio+20 não será um fracasso. Há muito trabalho para que sejam alcançadas metas de desenvolvimento sustentável. É claro que fracasso e sucesso dependem muito das expectativas que as pessoas têm. Se há expectativa de que a Rio+20 será uma conferência revolucionária, esse sentimento pode ser frustrado. A Rio+20 não terá esse objetivo. A conferência é mais um passo adiante. O que será discutido é se esse passo será grande ou pequeno. Será um importante encontro para a discussão sobre economia verde, formas de desenvolvimento e inclusão social.

Outro ponto a ser discutido é sobre a melhor definição de economia verde. Para a senhora, qual seria ela?

SUZANA KAHN – A economia verde é um processo. A definição existe e consiste numa economia que consiga se desenvolver com menos pressão sobre os recursos naturais, e isso é um consenso internacional. O problema é saber como essa conta será paga. E quando essa discussão se aprofunda, verifica-se a existência de alguns riscos como a criação de protecionismo ambiental por parte de alguns países, e a necessidade de ter que adotar determinadas tecnologias e, como consequência, ficar dependente dessas inovações tecnológicas desenvolvidas nos países mais ricos. É preciso, no entanto, olhar o desenvolvimento no qual se considera discutir o nível de consumo atual. Antes, só se pensava no desenvolvimento contabilizando o crescimento do PIB. Por isso é importante buscar consenso sobre o uso das melhores tecnologias disponíveis e sobre utilização cada vez menor dos recursos naturais disponíveis e buscar meios de redução de consumo dos países ricos.

O Rio de Janeiro é, historicamente, o principal estado produtor de petróleo do Brasil e, nos últimos anos, aumentou a sua potencialidade ao descobrir reservas gigantescas de petróleo na camada do pré-sal. Como conciliar o discurso do uso da economia verde quando há o estímulo para a produção de combustíveis fósseis?

SUZANA KAHN – O petróleo ainda vai continuar, por algumas décadas, a ser uma das principais fontes energéticas no mundo. Então, seria uma irresponsabilidade muito grande do estado virar as costas para uma riqueza deste porte. Mas, o que acho importante é usar esse recurso como forma de financiar a transição para o aumento da energia renovável. E o petróleo proporciona renda para o estado para a utilização das fontes de energia limpa que, atualmente, são mais caras. Por isso, temos que utilizar essa renda de maneira inteligente para que o Rio tenha acesso a esse recurso advindo da produção de petróleo e gás, e desenvolver os projetos ambientais do estado.

Projetos desenvolvidos pela Secretaria do Ambiente

Baía de Guanabara

O Governo do Estado está investindo R$ 1,7 bilhão na despoluição da Baía de Guanabara, para resolver um dos grandes passivos ambientais da Cidade Maravilhosa. Um dos eixos dessas ações é o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (Psam), da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), que conta com a maior parte dos recursos: R$ 1,13 bilhão – sendo R$ 800 milhões de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e R$ 330 milhões do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam).

Canal do Fundão

As obras do Programa de Revitalização e Recuperação Ambiental do Canal do Fundão e do seu entorno estão orçadas em R$ 320 milhões. Além de plantar manguezais e a reurbanizar área da Cidade Universitária e de sua Vila Residencial, há também o processo de dragagem de mais de 3 milhões de m³ de sedimentos contaminados, ao longo de 7 km do canal, foi adotada moderna tecnologia para encapsular o material retirado em estruturas de geobags, com a água descontaminada retornando à Baía de Guanabara.

Lixão Zero

A meta do programa é erradicar todos os lixões no Estado do Rio de Janeiro até 2014, com os 92 municípios dando destino adequado aos seus resíduos sólidos, está sendo alcançada. Coordenado pela SEA e pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o programa Lixão Zero contabiliza, em 2012, 19 aterros sanitários instalados e outros três em fase de finalização. Até agora, 24 lixões municipais foram remediados ou estão em processo de remediação. A Secretaria do Ambiente coordena ações para dar alternativa de renda a catadores

Mata Atlântica

A SEA promove políticas e ações estratégicas para a conservação da biodiversidade e da Mata Atlântica, desenvolvendo, entre outros, projetos de reflorestamento nas principais bacias hidrográficas do Rio de Janeiro e de criação e ampliação de unidades de conservação (UCs) e corredores ecológicos.

O Fundo da Mata Atlântica destinou até agora R$ 5 mi- ▸

lhões para a implantação de UCs municipais e investiu R$ 75 milhões em infraestrutura de oito dos nove parques estaduais, como na construção de centros de visitantes e trilhas ecológicas.

Biodiversidade

A SEA atua na preservação de dez espécies da fauna fluminense ameaçadas de extinção – a maioria originária da Mata Atlântica, bioma rico em biodiversidade que cobre 20% do Estado do Rio de Janeiro. É o primeiro passo para incentivar a sociedade a se envolver com ações de conservação. A lista dos animais em perigo: preguiça-de-coleira, formigueiro-do-litoral, lagarto-branco-da-areia, muriqui, mico-leão-dourado, jacutinga, cágado-do-paraíba, boto-cinza, tatu-canastra e surubim-do-paraíba.

Economia Verde

Iniciativa da SEA, com apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), o Roteiro de Economia Verde tem por objetivo identificar as principais iniciativas de desenvolvimento sustentável e de economia verde promovidas pelas Secretarias do Governo do Estado. A partir desse levantamento, serão planejadas estratégias e metas específicas para consolidar um novo modelo de desenvolvimento no Rio de Janeiro.

O Roteiro de Economia Verde leva em consideração áreas-chave como energia, transporte, indústria, agricultura, economia criativa e cultura – além de identificar ferramentas e políticas transversais ao Estado. O objetivo é indicar como o governo pode promover um novo modelo de desenvolvimento no longo prazo e uma governança transversal que promova a sustentabilidade em todos os setores governamentais.

Bolsa Verde

Idealizada a partir de parceria entre a SEA e a Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro (SMF), a associação civil sem fins lucrativos BVRio foi formada para desenvolver um inovador mercado de ativos ambientais que promova a economia verde no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Para montar uma plataforma de negociações que se torne referência no país para a comercialização de ativos ambientais – que abrangem direitos de natureza regulatória relacionados ao cumprimento de obrigações ambientais, como recuperação de áreas florestais, tratamento de resíduos e emissão de gases ou de efluentes –, a BVRio possui duas linhas de atuação.

A primeira é a plataforma de negociação em si, que conta com um sistema de registro para ativos ambientais – uma arquitetura tradicional de bolsas de valores ao redor do mundo. A segunda é ainda mais inovadora: farão parte dessa bolsa de ativos ambientais grupos de trabalho dedicados à criação desses novos ativos que, para existirem, devem passar por processo de regulamentação de leis existentes. Este think tank traz para o Rio o estado da arte das discussões de finanças ambientais, sendo fonte de soluções criativas para problemas ambientais.

Zona Verde

Os governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro lançam na Rio+20 a pedra fundamental da Zona Verde da Ilha do Bom Jesus, na Baía de Guanabara. Em área de 240 mil km², numa extensão do Parque Tecnológico do Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão, a Zona Verde será o primeiro parque tecnológico do país com infraestrutura sustentável, integrando governo, iniciativa privada e universidade.

O parque da Ilha de Bom Jesus é o primeiro projeto do Programa de Zonas Verdes, que tem como meta inaugurar um polo semelhante por ano, concentrando empresas de alta tecnologia, pesquisadores e profissionais especializados, incubadora tecnológica e infraestrutura voltados para o desenvolvimento sustentável.

A Zona Verde da Ilha do Bom Jesus deverá ser a primeira região da América Latina a obter certificação internacional específica para bairros construídos que visem à eficiência energética e minimização de impactos ambientais. Um dos destaques será a instalação de uma central de utilidades, comum a todos os seus usuários, para distribuir, dentre outras, energia elétrica e vapor, de forma centralizada e otimizada.

Haverá ainda um sistema de reciclagem de lixo, iluminação com lâmpadas LED (que consomem menos energia), pavimentação de ruas com asfalto borracha (que aproveita pneus usados reciclados), maior mobilidade com ciclovias e bicicletas elétricas e vastas áreas verdes, entre outros. Os prédios, que também buscarão certificação internacional, contarão com energia solar fotovoltaica, iluminação com lâmpadas LED e recuperação de água de chuva, entre outros diferenciais.

Carta do Sol

Em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), a SEA está incentivando o uso de energia solar fotovoltaica no Rio. Ao lançar, em 2011, a Carta do Sol, as duas secretarias buscam definir e consolidar, nos governos Federal, Estadual e Municipal, ações e políticas públicas voltadas a efetivar, de forma eficiente e racional, a exploração do potencial nacional de energia solar como fonte energética.

Para a construção e consolidação, no Brasil, de uma cadeia produtiva industrial e de serviços do setor, a Carta do Sol propõe, entre outros pontos, a inclusão de isenção de tarifas na distribuição e na transmissão de energia; a definição de alternativas atrativas para o estabelecimento de leilões específicos para a energia solar fotovoltaica, no âmbito de uma estratégia de curto, médio e longo prazo; e o fomento de programas de formação de mão de obra para atuar nas etapas da cadeia produtiva de energia solar fotovoltaica. ■

Novo acordo de energia dinamarquês: 50% do consumo de eletricidade a partir de energia eólica em 2020

MARTIN LIDEGAARD, MINISTRO DO CLIMA, ENERGIA E CONSTRUÇÃO DA DINAMARCA

> "Os investimentos são necessários se quisermos mudar a sociedade para uma energia verde. E a conta será muito maior se não agirmos a tempo"
>
> MARTIN LIDEGAARD
> Ministro do Clima, Energia e Construção da Dinamarca

Com um acordo de energia ambicioso, a Dinamarca dá um passo decisivo para uma sociedade livre de carvão, petróleo e gás natural.

Em 2020, metade do consumo de eletricidade virá da energia eólica (hoje é de 25%) e o consumo de energia diminuirá em mais de 12% até 2020, em relação a 2006.

As partes por trás do acordo representam 171 dos 179 lugares no Parlamento. O acordo estabelece um quadro para a política climática e energética até 2020 e descreve a direção que a Dinamarca tomará até 2050.

"É o mais amplo, mais verde e mais longo acordo de energia nunca antes alcançado na Dinamarca. No nosso trabalho político diário, os partidos são de diferentes tonalidades de vermelho e azul. Mas juntos podemos estabelecer uma fundação para um futuro verde," diz Martin Lidegaard, Ministro do Clima, Energia e Construção da Dinamarca.

As iniciativas no acordo levarão as emissões de CO_2 em 2020 a 34% mais baixos em comparação aos níveis de 1990. Ao mesmo tempo, o acordo garantirá um quadro estável para a comunidade empresarial como um todo, e em especial o setor da energia.

As partes por trás do acordo decidiram continuar o desenvolvimento que fez da Dinamarca um dos países mais eficientes do mundo.

Também foi decidido construir um total de 3300 MW de nova energia eólica que reforçará a capacidade com 2000 MW desta energia antes de 2020. Uma parte vinda de dois novos grandes parques eólicos offshore em Kriegers Flak, entre a Dinamarca e a Alemanha (600 MW) e em Horns Rev, da costa oeste da Jutlândia (400 MW). O restante é proveniente de turbinas eólicas no país e turbinas eólicas offshore nas zonas costeiras. Haverá também investimentos em biomassa e biogás.

"A Dinamarca será novamente líder mundial na transição para a energia verde. Isso irá preparar-nos para um futuro onde os preços do petróleo e do carvão serão cada vez mais altos. Além disso, criará empregos, algo que precisamos desesperadamente, agora e nos próximos anos," diz Martin Lidegaard.

Em 2020, uma família de classe média pagará 1300 DKK (173 euros) a mais pela energia. As empresas pagarão 200 DKK por empregado. A fatura total será de 3,5 bilhões DKK (467 milhões de euros) em 2020. Em contrapartida, pouparemos em eletricidade devido a um menor consu- ▸

Leonard G./ Wikipedia Commons

TURBINAS EÓLICAS EM ALTO MAR, PRÓXIMO A COPENHAGUE, DINAMARCA

Dinamarca em dados

CAPITAL E CIDADE MAIS POPULOSA	Copenhague
LÍNGUA OFICIAL	Dinamarquês
GOVERNO	Monarquia Constitucional Monarca: Margrethe II Primeiro Ministro: Lars Lokke Rasmussen
INDEPENDÊNCIA	Antes do século VIII
ÁREA	- Total: 43.075 km² - Água: 1,64(%)
POPULAÇÃO	Est./2010: 5.557.709 hab Densidade: 129 hab/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2010 (USD)	Total: $ 200.796 bilhões Per capita: $ 36.336
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2009): 24,7 (baixo) IDH (2010): 0,866 (muito alto) Esperança de Vida: 78,3 anos Mortalidade Infantil: 4,4 /1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	Coroa (DKK)
CODIFICAÇÃO ISO	DEN
CÓDIGO NA INTERNET	.dk
CÓDIGO TELEFÔNICO	+45
WEBSITE	www.denmark.dk

mo de energia e porque seremos menos vulneráveis ao valor crescente dos combustíveis fósseis.

"Os investimentos são necessários se quisermos mudar a sociedade para uma energia verde. E a conta será muito maior se não agirmos a tempo. Com este acordo, as partes estão enviando uma mensagem clara de que todos nós assumimos responsabilidades e estamos levando a sério os desafios do futuro. É, verdadeiramente, um grande dia para a política energética na Dinamarca", diz o Ministro.

O novo acordo de energia tem sido aplaudido pela Comunidade Verde e pelas organizações industriais na Dinamarca. ■

O MINISTRO DINAMARQUÊS PARA O CLIMA, ENERGIA E CONSTRUÇÃO, MARTIN LIDEGAARD, PODE SER CONTATADO VIA CHEFE DE IMPRENSA, CLAUS KAAE-NIELSEN NO CLKAA@KEBMIN.DK OU + 45 41 72 90 11.

NO LABORATÓRIO NÓRDICO DE ALIMENTOS, A REVOLUÇÃO DA COMIDA NÓRDICA É CO-DIRIGIDA PELO CHEF LARS WILLIAMS

A sustentabilidade como conceito gastronômico

A equipe por trás do Noma, eleito pela terceira vez consecutiva, o melhor restaurante do mundo no concurso "50 melhores Restaurantes do Mundo", criou o laboratório de pesquisa, *The Nordic Food Lab* (Laboratório Nórdico de Alimentos), com o intuito de mudar a sociedade através da experimentação de um novo sabor.

Impulsionados pela busca de uma cozinha sustentável e pela ideia de que a paisagem nórdica deve definir comida nórdica, René Redzepi e Claus Meyer, transformaram sua cozinha num espaço criativo, utilizando apenas ingredientes nórdicos e deixando o rústico, as ervas e a natureza das terras mais frias da Europa definirem essa linguagem gastronômica que vai muito mais além de um sabor exótico, e explora alguma coisa completamente nova.

Isso nunca poderia ser plenamente realizado com alimentos processados escolhidos em prateleiras. Começou com poucos, mas preciosos produtos, todos escandinavos e de excelente qualidade, e alguns poucos fornecedores. Desde o início, aqueles que queriam criar um vocabulário nórdico de sabores precisaram colaborar com os agricultores e botânicos para desenvolver, do zero, este novo vernáculo. Portanto, uma enorme quantidade de trabalho, experiências, viagens e estudos estão por trás das realizações gastronômicas do Noma.

O objetivo da equipe do Noma e o movimento que lidera em toda a Dinamarca e Escandinávia destina-se alterar e melhorar a cultura alimentar da região nórdica. É a redescoberta das riquezas da terra como base para uma cozinha moderna, criando alimentos que transmitam o esplendor da biodiversidade, dos aspectos desconhecidos e agradáveis da grande vegetação nativa – trata-se de um ambientalismo fundido com uma explosão de criatividade gastronômica. É essa consciência de beleza e riqueza do sabor natural que irá nutrir o instinto no homem moderno para proteger e preservar a paisagem selvagem e a sua biodiversidade.

O *Nordic Food Lab*, situado em uma casa flutuante nos canais de Copenhague, tornou-se, desde sua fundação há cerca de três anos, em uma referência no movimento para cultivar uma nova cultura alimentar baseada no território, no local onde ela vive. Isso foi realizado através do trabalho com universidades, produtores e indústrias para expandir o horizonte culinário de toda comunidade alimentar, canalizando o conhecimento e a ideologia cultural do Noma e de seus dois fundadores.

O laboratório tem como base um objetivo altruísta de espalhar todo conhecimento e descobertas possíveis para os interessados no assunto. O objetivo em longo prazo é que a existência do laboratório e a continuidade de seu trabalho influenciem na melhoria da seleção de produtos disponíveis no mercado. O caminho até lá é longo, mas é o que precisa ser percorrido para que uma cultura alimentar mais saudável e mais sustentável faça parte do cotidiano das futuras gerações.

JONATHAN CHARLESWORTH
Treinando para mudar o diabetes, África do Sul
Jonathan é portador do diabetes tipo 1

mudando o diabetes. mais que um objetivo, essa é nossa missão.

Como instrutor físico, Jonathan sabe que para mudar é preciso estabelecer objetivos, ter um método para atingi-los, assim como receber todo apoio para superar os desafios que possam surgir. Nós, da Novo Nordisk, adotamos uma abordagem semelhante para conduzir mudanças nas sociedades em que atuamos. Seguindo o princípio do Triple Botton Line, consideramos o impacto econômico, social e ambiental em cada ação que realizamos para alcançar nosso objetivo de um futuro mais saudável para as pessoas.

A filosofia do Triple Botton Line direciona nossos esforços em combater as mudanças climáticas, que, de certa forma, está relacionada com a pandemia do diabetes quando relacionamos isso ao consumo excessivo e a um estilo de vida pouco saudável. Desde 2004, nossa emissão de CO_2 foi reduzida pela metade, atividade realizada em parceria com a World Wildlife Foundation. E conseguimos isso, sem nunca perder nosso foco principal que é promover mudanças positivas na vida de pessoas com diabetes.

Saiba mais sobre a Novo Nordisk: www.novonordisk.com.br

mudando o diabetes®

novo nordisk®

Mudando o Diabetes e o logo do Boi Ápis são marcas registradas da Novo Nordisk A/S. NNK-002-06/2012

Ações dinamarquesas para a sustentabilidade

Embaixador da Dinamarca no Brasil salienta o compromisso do país para a economia verde

SVEND ROED NIELSEN

Atuando na presidência da União Europeia, a Dinamarca está em conformidade com as políticas sustentáveis, em consonância com as ações ambientais aplicadas na região. As preocupações com o futuro da humanidade e a busca por parcerias internacionais são temas caros para o governo do país, afirma o embaixador da Dinamarca no Brasil, Svend Roed Nielsen.

A Dinamarca e a Rio+20

A Conferência Rio+20 será um importante marco e oferece uma oportunidade única para a nossa interdependência mútua global, ao assegurar um compromisso político renovado, o desenvolvimento sustentável e sua implementação. Atualmente, a Dinamarca preside a União Europeia e trabalha para atingir resultados concretos na promoção para uma transição para a economia verde em todos os países. Essa transição deve ser algo que ofereça oportunidades de ganhos para todos os países. Ela sustenta forte potencial para a promoção da sustentabilidade de longo prazo e crescimento inclusivo.

Nas próximas duas décadas, a demanda global por recursos crescerá entre 40% e 60%, segundo estimativas e, até 2050, a população mundial será de 9 bilhões de pessoas. Enquanto algum progresso vem sendo feito no avanço do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, cerca de 1,4 bilhão de pessoas ainda vivem na extrema pobreza e a pressão em cima dos limitados recursos naturais e ecossistema está crescendo dia a dia. Agora, vinte anos depois, a Rio+20 é uma boa chance para agir e avançar a agenda de desenvolvimento sustentável e dar os passos necessários para lidar com os atuais e futuros desafios, antes que seja tarde demais.

Compromissos com políticas ambientais

O governo dinamarquês está focando em medidas e iniciativas políticas, integrando os três pilares da sustentabilidade, e.g., através do nosso plano nacional de energia verde. O objetivo é alcançar independência em relação aos combustíveis fósseis até 2050. Essa é a nossa estratégia de crescimento verde e nosso plano de tecnologia verde. Nós trabalhamos com todos os setores privados para integrar eficiência dos recursos, boa performance ambiental nos modelos de negócios e processos produtivos, e assegurar empregos decentes. Através de regulações, nós protegemos o meio ambiente, minimizamos a poluição e degradação da água, o ambiente marítimo, o solo, ecossistema, e biodiversidade e, ao mesmo tempo, investimos na restauração ambiental.

O governo dinamarquês mantém um fórum de negócios permanente para a maioria das áreas regulatórias, na qual as organizações de empresas e companhias individuais estão envolvidas no desenvolvimento e ajustamento de políticas e regulação. No mais, é prática comum estabelecer fóruns envolvendo indústrias, ONGs e comunidades de pesquisa no início do processo de desenvolvimento de novas políticas. Um exemplo recente é o painel de negócios implementado para produzir ideias e recomendações para alavancar a transição para uma economia mais verde.

Os esforços para o desenvolvimento internacional devem

ser coordenados e os projetos de desenvolvimento devem ser integrados para gerar desenvolvimento sustentável e benefícios maximizados para os pobres e vulneráveis. Em 2011, Brasil, China, Índia e África do Sul deram passos importantes como novos parceiros emergentes quando assinaram a Declaração Busan de Parceria para Cooperação de Desenvolvimento Efetiva. A declaração tem base essencial para gerar o desenvolvimento de parcerias entre tradicionais países doadores e novos parceiros emergentes, criando novas oportunidades para cooperação em áreas de mútuo interesse, incluindo o campo ambiental e outras áreas do desenvolvimento sustentável.

O setor privado é essencial para o desenvolvimento sustentável e para a economia verde. Através do comércio, investimento, parcerias público-privadas, pesquisa e inovação, promoção de consumo e produção sustentáveis, responsabilidade social corporativa e difusão de tecnologia, o setor privado tem o potencial para levar o desenvolvimento sustentável incluindo crescimento inclusivo e ambiental. A abertura de mercados para produtos e serviços sustentáveis irá impulsionar o comércio de tecnologia verde e vai fortalecer incentivos para as companhias investirem em pesquisa e desenvolvimento. Um compromisso para a abertura de mercados é crucial para a economia sustentável. É também importante enfatizar que a transformação para uma economia verde não deve ser usada para implementar novas barreiras comerciais.

> "Enquanto algum progresso vem sendo feito no avanço do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, cerca de 1,4 bilhão de pessoas ainda vivem na extrema pobreza e a pressão em cima dos limitados recursos naturais e ecossistema está crescendo dia a dia."
>
> SVEND ROED NIELSEN
> Embaixador da Dinamarca no Brasil

Economia Verde

Uma transição para uma economia verde e inclusiva é a chave para alcançar o desenvolvimento sustentável de longo prazo, com crescimento inclusivo e igualitário, empregos decentes, saúde humana e bem-estar social e, assim, erradicar a pobreza. A economia verde compreende todos os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. A economia verde oferece valiosas oportunidades de ganho para todos os países, independente da estruturada economia e do nível de desenvolvimento. Para acelerar a transição para uma economia mais verde, um dos principais resultados da Rio+20 deve ser a adoção de metas específicas, objetivos e ações em áreas como a energia sustentável, gerenciamento de terras e ecossistemas, eficiência no uso de recursos e gerenciamento de desperdício de água em rios e oceanos.

Estima-se que 2 bilhões das pessoas mais pobres do mundo dependem diretamente dos ecossistemas para viver. Agindo diretamente contra degradações de terra e solo e a proteção dos recursos hídricos com eficiência são vitais para a diminuição da pobreza e assegura a alimentação dessas pessoas. Metas concretas podem guiar países em suas estratégias e planos para transição para a economia sustentável, com a ajuda e apoio de instituições internacionais e baseadas no princípio das diferenças nacionais.

Cooperação

O impressionante desenvolvimento econômico e social coloca o Brasil numa posição de destaque para usar as suas recentes experiências na promoção do desenvolvimento global sustentável. Além disso, as ambições brasileiras dentro da cooperação para o desenvolvimento são muito bem-vindas. O Brasil é muito engajado na agenda de ajuda efetiva e é ativamente envolvido nas discussões sobre as configurações de trabalho para a nova Parceria Global para a Cooperação de Desenvolvimento Efetiva baseada na Declaração de Busan.

Brasil e Dinamarca assinaram um Memorando de Entendimento (MoU, em sua sigla em inglês) sobre parceria para o Diálogo do Desenvolvimento e Cooperação em março de 2012 quando o ministro para a Cooperação e Desenvolvimento, Christian Friis Bach visitou o Brasil.

O MoU é o primeiro e importante passo para a melhoria da cooperação para o desenvolvimento futuro entre Brasil e Dinamarca com, inter alia, o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável global e redução da pobreza. A grande experiência brasileira com o desenvolvimento social, agricultura tropical, energia e combate ao vírus HIV/AIDS, combinada com décadas da experiência dinamarquesa na cooperação para o desenvolvimento faz com que se construa uma parceria muito promissora para o futuro de projetos de desenvolvimento trilaterais em terceiros países.

Uma forma de comportamento comum em tempos de crise e restrições econômicas faz com que se olhe para dentro e coloque menos ênfase na cooperação internacional. Não podemos aceitar cair nesta armadilha. Se nós estamos realizando objetivos ambiciosos e ações para depois da Rio+20, temos que assumir compromissos e entendimentos mútuos. A crise econômica internacional também nos força a usar os recursos existentes mais eficientemente e mobiliza novas e inovadoras fontes de financiamento público e privado. ■

Crescimento verde, bons negócios

A Novo Nordisk descobre, desenvolve e comercializa tratamentos terapêuticos para pessoas com diabetes, hemofilia e deficiência de hormônio do crescimento. Nossa filosofia comercial é procurar otimizar, sempre, nosso desempenho financeiro, social e ambiental com o objetivo de criar valor duradouro para os pacientes que servimos, nossos acionistas e as comunidades em que nos inserimos.

O DESAFIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em 2006, a Novo Nordisk passou a integrar o Programa Climate Savers, do World Wide Fund for Nature (WWF). Por meio desse acordo com o WWF, a Novo Nordisk se compromete a estruturar o consumo energético das unidades de produção globais de modo que, até 2014, a emissão total de CO_2 fique 10% abaixo da emissão de 2004. O objetivo absoluto representou uma redução relativa de aproximadamente 65% quando o acordo foi fechado. Considerando o significativo crescimento projetado para a capacidade de produção, o cumprimento desse objetivo significava que o aumento da produção deveria ser analisado separadamente ao aumento do consumo de energia. A redução deveria ser atingida mediante três níveis: a otimização por meio do programa LEAN, da Novo Nordisk; o cLEAN®, programa global de economia de energia; e a conversão para energia renovável.

A PROMOÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA RENOVÁVEL

A fabricação dos ingredientes farmacêuticos ativos de nossas insulinas constituem um processo, realizado na Dinamarca, que demanda intenso consumo de energia. Em 2006, as fábricas da Dinamarca respondiam por aproximadamente 85% de nossas emissões globais de CO_2, oriundas da produção. Em maio de 2007, a Novo Nordisk estabeleceu um acordo com o fornecedor dinamarquês de energia DONG Energy. Naquela que seria a primeira parceria do gênero, nós nos propusemos a converter as economias de energia obtidas em nossas fábricas na Dinamarca em aquisição de certificados de energia renovável de uma nova usina eólica que a DONG Energy planejava construir no Mar do Norte.

FÁBRICA DA NOVO NORDISK EM MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

Por meio desse acordo, a Novo Nordisk concebeu um modo de obter, a custo neutro, reduções significativas da emissão de CO_2 e, ao mesmo tempo, contribuiu na formação do mercado de energia renovável da Dinamarca.

A usina eólica – Horns Rev 2 – foi inaugurada em 2009, e em 2010 toda a energia elétrica fornecida à totalidade das instalações da Novo Nordisk foi convertida em energia eólica gerada em Horns Rev 2.

A QUEBRA DA CURVA COM RÁPIDA RECUPERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Desde 2004, as emissões de CO_2, de nossa produção global, foram reduzidas em mais de 55%, enquanto as vendas dobraram. De 2005 a 2011, a Novo Nordisk implantou aproximadamente 580 projetos de economia de energia, com período médio de recuperação dos investimentos de dois anos. Os custos da energia global foram reduzidos em aproximadamente 10%.

A TRANSFORMAÇÃO COMEÇA AQUI

Seguindo a filosofia do Triple Bottom Line (ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente responsável), a Novo Nordisk Brasil implementa diversos projetos na sede de Montes Claros, onde está instalada sua fábrica. Tais projetos viabilizam a sustentabilidade no ambiente de trabalho.

Com o objetivo de aumentar a interação com a comunidade em que está inserida, a Novo Nordisk atua disseminando seus conhecimentos para reduzir os impactos ambientais de seu negócio. Um bom exemplo disso é o projeto NovoEco, que envolve atividades como o viveiro de mudas de árvores nativas da Mata Seca e do Cerrado, para recuperação das áreas verdes, e a distribuição dessas mudas aos funcionários; cálculo de captura de CO_2 com base nas espécies vegetais já plantadas; e acompanhamento de visitantes externos, como escolas e universidades, às áreas ambientais da fábrica.

Além disso, o NovoEco realiza palestras que visam demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa e participa ativamente de eventos externos que orientam a população a criar um mundo mais sustentável.

Desde que foi implementado, no ano passado, o NovoEco disponibiliza, aos funcionários e também aos visitantes, o acesso às trilhas ecológicas existentes nas dependências da empresa, às áreas de convívio para relaxamento e ao espaço multiuso para a realização de *workshops* e de outras atividades. ■

THE LINDE GROUP

Linde

Ajudando a desenvolver energia sustentável.

O Grupo Linde é o seu parceiro para a inovação.

Como uma empresa líder mundial no ramo de gases e engenharia, o Grupo Linde fornece soluções completas em tecnologias para o universo de energia limpa em expansão. Na indústria fotovoltaica, a Linde fornece gases, produtos químicos e tecnologias inovadoras para mais da metade dos maiores fabricantes de todo o mundo, ajudando-os a reduzir o consumo de materiais, aumentar a produtividade e melhorar a eficiência das células solares. Este é apenas um exemplo de como o Grupo Linde, com aproximadamente 50.500 funcionários em mais de 100 países, está ajudando a encontrar hoje as soluções para o amanhã, por meio do desenvolvimento de ideias inovadoras e de tecnologias que estabelecem novos padrões.

Linde – ideas become solutions.

www.linde-gas.com.br

Dez anos de sustentabilidade na Alemanha

Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável

"A Cúpula do Rio de 1992 foi visionária: ela trouxe para casa os laços entre as políticas económicas, sociais e ambientais e mostrou que, juntas, elas formam um todo. Devemos dar o próximo passo em 2012: A transformação das nossas economias para uma economia verde. Isso significa a redução das emissões, fechando ciclos materiais e colocando um claro foco em energias renováveis e eficiência. Nossa agenda é chegar a um acordo sobre a economia verde como uma meta global e definir as normas necessárias para isso. Esta é a única forma de alcançar progressos sem onerar as gerações futuras. Bom senso económico e justiça global exigem isto!"

PETER ALTMAIER
Ministro Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear

20 anos depois do Rio

Há vinte anos, na Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, a Comunidade Internacional definiu que sustentabilidade seria o princípio orientador de todas as ações em todo o mundo.

Muita coisa mudou desde então. Nós nos tornamos mais acostumados a pensar sobre as consequências em longo prazo das nossas ações. No entanto, estamos ainda enfrentando grandes desafios. Em 2050, provavelmente haverá mais de nove bilhões de pessoas na terra. Todos eles têm direito ao desenvolvimento. Como podemos proteger vidas decentes para uma crescente população mundial e ao mesmo tempo conservar os nossos recursos naturais em longo prazo?

Sustentabilidade deve ser aceite como um princípio orientador nos níveis globais, nacionais e locais. Nosso objetivo é construir um mundo onde prosperidade económica para todos anda de mãos dadas com a coesão social e a proteção da nossa base de recursos naturais – um mundo que tem o compromisso de equidade entre as gerações e a paz entre as Nações.

A Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro em Junho de 2012 oferece uma oportunidade para fazer progressos significativos ao longo da estrada em direção a mais sustentabilidade. Juntamente com a União Europeia, a Alemanha está trabalhando para um resultado ambicioso da conferência.

Uma década de sustentabilidade na Alemanha

Se uma nação compromete-se com a sustentabilidade como uma visão internacional, ela também precisará fazer suas políticas nacionais sustentáveis. Há dez anos, a Alemanha vem implementando sua Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Ela foi revelada pelo governo alemão em 2002 na Conferência das Nações Unidas em Johanesburgo e desde então tem sido continuamente atualizada.

O que significa a estratégia

Desenvolvimento sustentável é um princípio orientador da política do governo alemão. Ao adotar a estratégia, o governo alemão fez do desenvolvimento sustentável o objetivo e o padrão para todas as ações em todos os domínios de política a nível nacional, europeu e internacional.

A estratégia baseia-se em quatro princípios: equidade entre as gerações, a qualidade de vida, a coesão social e a responsabilidade internacional.

A sustentabilidade é um conceito holístico e integrado. É somente através da identificação de como o impacto de fatores diferem uns dos outros e levar essas interdependências em consideração que vai ser possível encontrar respostas viáveis para problemas atuais e objetivos concorrentes. Desempenho econômico, proteção ambiental e responsabilidade

social, devem ser harmonizados de forma que qualquer decisão tomada seja viável em longo prazo, em todos os três cômputos e em uma escala global. Nós podemos apenas exigir do nosso planeta o que ele é capaz de fornecer. Essas são as limitações dentro das quais temos que trabalhar quando nos esforçamos para atingir os nossos vários objetivos políticos.

Conceito de gestão para o desenvolvimento sustentável

O conceito de gestão para o desenvolvimento sustentável baseia-se em regras de gestão, bem como metas e indicadores para monitoramento contínuo.

As dez regras de gerenciamento sintetizam a visão e as exigências do desenvolvimento sustentável. A regra básica é que *"cada geração deve resolver os seus próprios problemas e não deixar que eles sejam um encargo para as próximas gerações. Ela deve também dispor problemas futuros previsíveis."* Há também regras de sustentabilidade para áreas específicas de ação.

Existem indicadores-chave de 21 áreas, ligadas a 38 destinos (a maioria quantificada). Eles mostram quais ações são necessárias, e eles são importantes para a monitorização.

Relatórios de execução regular são produzidos como parte de um processo de monitoramento contínuo. De dois em dois anos, o Departamento Federal de Estatística alemão publica um relatório sobre os indicadores de sustentabilidade. Elabora sua análise independente e é responsável pelo conteúdo do relatório.

A cada quatro anos, o governo alemão informa sobre a própria estratégia. Isso inclui um relatório de progresso, que analisa o estado de implementação da estratégia, apresenta medidas para a realização dos objetivos definidos e desenvolve a estratégia ainda mais. O público é totalmente envolvido neste processo desde cedo.

Para garantir que a estratégia seja refletida no processo legislativo, foi introduzida uma seleção de sustentabilidade. Em 2009, o governo alemão incluiu sustentabilidade no seu Regimento Comum de Procedimentos como uma verificação obrigatória ao avaliar o impacto das leis e instrumentos legais propostos pelo governo alemão. Em outras palavras, sempre que o governo alemão faz uma proposta dessa natureza, ele deve fornecer informações sobre o potencial impacto sobre o desenvolvimento sustentável.

H.-G. Oed

A ALEMANHA SE CLASSIFICA ENTRE OS PAÍSES DENSAMENTE ARBORIZADOS NA EUROPA – UM TERÇO DO TERRITÓRIO NACIONAL (11 MILHÕES DE HECTARES) É COBERTO POR FLORESTAS

Desafios atuais

Gestão econômica sustentável

Mais do que nunca, as economias estão enfrentando o desafio global das megatendências. Elas incluem urbanização, aumento da procura de matérias-primas e energia, mudança de padrões de consumo e estilos de vida, mudança climática e demográfica.

A transição para o baixo teor de carbono, os padrões de produção eficiente de recursos exigirá um investimento considerável. Ao mesmo tempo, ele pode abrir oportunidades económicas e criar postos de trabalho. Utilizar matérias-primas e outras matérias com eficiência é absolutamente crucial para que as empresas possam manter-se competitivas e fortes em longo prazo e se as matérias-primas estarão disponíveis em longo prazo.

Para as empresas, gestão económica sustentável significa adaptar aos desafios do nosso tempo, aproveitar oportunidades económicas e manter a suas responsabilidades para o futuro. Torna-se cada vez mais claro que sustentabilidade, corretamente interpretada, pode dar às empresas uma grande vantagem competitiva.

Gestão económica sustentável pode ser alcançada através do enquadramento jurídico preciso, através de tomada de decisões de negócios visionários e escolhas do consumidor esclarecido. Um aspecto de especial importância é que um número crescente de pessoas está não só baseando suas decisões de consumos em preço, marca e qualidade, mas também na produção ecológica e socialmente responsável e de transformação dos produtos que compram. Desta forma, elas estão apoiando bons padrões de produção – não só em casa, mas também em todo o mundo.

O governo alemão vai continuar fazendo sua parte, tanto na Alemanha quanto internacionalmente, para reforçar a gestão económica sustentável. Isso inclui apoiar e promover o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). RSE combina atividades de responsabilidade empresarial com a assunção voluntária de responsabilidade social além do que é exigido por lei.

BMU/Christoph Busse/transit

PARQUE EÓLICO OFFSHORE ALPHA VENTUS NO MAR DO NORTE

PRODUÇÃO DE PAINÉIS SOLARES - ALEMANHA DEFINE RUMO PARA A ERA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Proteção do clima e a transformação do sistema energético

Proteger um confiável, acessível e ambientalmente correto abastecimento de energia é um dos maiores desafios do século XXI. É claro que as mais graves consequências das alterações climáticas só podem ser evitadas se a temperatura média da superfície terrestre não aumentar mais de dois graus Celsius em relação à época pré-industrial. Sob o Protocolo de Quioto, a Alemanha se comprometeu a reduzir sua média de emissões de gases de efeito estufa nos anos de 2008 a 2012 em 21% em relação a 1990. Até 2011, as emissões na Alemanha já tinham caído para 26,5% relativamente ao ano de referência.

Em 2007/2008, a UE comprometeu-se com a iniciativa 20-20-20, que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 20% e possivelmente até mesmo 30%, até 2020, enquanto aumenta a quota das fontes de energia renováveis no consumo de energia para 20% e melhora a eficiência energética em 20%. Em nível nacional, o governo alemão irá elevar ainda mais:

Em seu Conceito de Energia e as subsequentes decisões e pacote de medidas sobre a transformação do aprovisionamento energético, o governo alemão definiu um curso para a era das energias renováveis. O governo definiu o objetivo da Alemanha para a redução de emissões de gases de efeito estufa para 40% até 2020, 55% até 2030, 70% em 2040 e 80 – 95% até 2050, comparados aos níveis de 1990.

Existem dois pilares para a transformação do sistema energético: acelerar a expansão das energias renováveis e aumentar substancialmente a eficiência energética.

A Alemanha já obtém cerca de 20% de sua eletricidade proveniente das energias renováveis. Uma das principais razões para o sucesso da nossa expansão de energias renováveis são as condições de enquadramento jurídico, como o feed-in tariff (tarifas diferenciadas da alimentação de rede) sob a Lei para Fontes de Energia Renováveis (EEG, sua sigla em alemão). A segurança de investimento que estas condições proporcionam tem gerado um crescimento dinâmico em muitos setores das energias renováveis. As energias renováveis estão tornando-se assim, um pilar cada vez mais importante do nosso abastecimento de energia e uma força motriz para a inovação, para a expansão e modernização da infraestrutura de energia (armazenamento, redes inteligentes, usinas flexíveis, novas tecnologias) e de novos postos de trabalho.

Alemanha em dados

CAPITAL E CIDADE MAIS POPULOSA	Berlim
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
GOVERNO	República Federal Parlamentarista Presidente: Christian Wulff Primeira Ministra: Angela Merkel
FORMAÇÃO REPÚBLICA FEDERAL	23 de maio de 1949
ÁREA	- Total: 357.021 km² - Água: 2,416 %
POPULAÇÃO	Est./2010: 81.757.600 hab Densidade: 229 hab/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2010 (USD)	Total: $ 2.932 trilhões Per capita: $ 40.511
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2006): 27 (baixo) IDH (20110): 0,885 (muito elevado) Esperança de Vida: 79,4 anos Mortalidade Infantil: 4,08 /1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	EURO (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	DE
CÓDIGO NA INTERNET	.de
CÓDIGO TELEFÔNICO	+49
WEBSITE	-------

A eficiência energética tem um papel fundamental no aumento da quota de energias renováveis e alcance das metas

estabelecidas no conceito de energia de forma economicamente viável.

Na Alemanha, há ainda um considerável potencial de economia de energia e eletricidade, e nós queremos tirar maior proveito disto dentro de nossas capacidades económicas e técnicas. Neste contexto, a abordagem do governo alemão é de promover a responsabilidade pessoal entre a comunidade empresarial e do público em vez de introduzir mais burocracia.

A contínua expansão das energias renováveis exige uma melhoria contínua para a interação entre as energias renováveis e convencionais. A infraestrutura de rede desempenha aqui um papel fundamental. Na Alemanha, a geração de eletricidade é relativamente próxima aos centros de consumo. Num futuro distante, mais potência poderá ser gerada no mar ou nas regiões costeiras e muitas instalações descentralizadas, como plantas fotovoltaicas e biomassa também irão alimentar a eletricidade para a rede. Uma rede moderna, eficiente, é, portanto, vital para garantir um fornecimento de eletricidade com um crescimento contínuo da quota de energias renováveis.

O governo alemão pretende fazer da Alemanha uma das economias mais avançadas e eficientes do mundo, mantendo os preços competitivos de energia, a segurança do aprovisionamento e um elevado nível de prosperidade.

No caminho para um futuro sustentável é importante estar aberto e retirar ensinamentos das novas circunstâncias. O governo alemão decidiu que vai eliminar gradativamente a utilização da energia nuclear até 2022.

Metas e caminhos de desenvolvimento da política energética alemã

Desenvolvimento de energias renováveis em um pilar fundamental do abastecimento de energia:

Elevar a quota das energias renováveis no consumo bruto final de energia de cerca de 10% em 2010 para 60% em 2050; nosso objetivo é compartilhar energias renováveis em pelo menos 80% do consumo bruto de eletricidade em 2050, o mais tardar. (Nota: objetivo atualizado no EEG 2012)

Redução em longo prazo do consumo de energia:

Consumo de energia primária cairá 50% comparado a 2008. Isso significa aumento da produtividade de energia por uma média de 2,1% ao ano em relação ao consumo final de energia.

Consumo de eletricidade diminuirá em 25% até 2050, em comparação a 2008, com uma queda de 10% a ser alcançados até 2020.

A taxa de modernização dos edifícios está para ser duplicada do atual 1% ao ano para 2% do total de ações de construção.

Do consumo de energia final do setor de transporte diminuirá cerca de 40% até 2050, em comparação a 2005.

Sustentabilidade como uma força motriz para o progresso

Em nível regional, nacional e global, a sustentabilidade pode ajudar a garantir a qualidade de vida, enquanto ao mesmo tempo preservar o nosso patrimônio natural comum em longo prazo. Desta forma, o desenvolvimento sustentável poderá se tornar um motor para o progresso social e político.

Com a Conferência Nexus, em Bonn, em 2011, o governo alemão também deu importante impulso internacional para melhorar as ligações entre assuntos futuros globais de água, segurança de fornecimento de energia e alimentos. ■

"Precisamos de desenvolvimento económico inclusivo para tirar pessoas da pobreza em países com os quais cooperamos. E precisamos de uma economia sustentável – que seja ecologicamente correta, socialmente responsável e politicamente e economicamente viável. Nossa longa experiência em energia renovável, reciclagem e a agricultura biológica podem ajudar a apoiar os nossos parceiros em seus próprios esforços. Frequentemente e cada vez mais, trabalhamos juntos com o setor privado em tais esforços. É fundamental construir um futuro para a comunidade internacional que garanta a qualidade de vida para nossas próprias e as gerações futuras em todos os lugares do mundo."

DIRK NIEBEL
Ministro Federal da Cooperação Económica e Desenvolvimento

Rio+20: um aniversário a pensar no nosso futuro comum

Portugal apoiou, desde o primeiro momento, a iniciativa brasileira de realizar em 2012 uma grande Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, decorridos vinte anos após a Cimeira da Terra.

Desde 1992 tem-se vindo a avançar a nível internacional, nacional e local na implementação dos compromissos assumidos, com a consciência partilhada de que, mais do que nunca, é o nosso futuro coletivo que está em causa. Mas, apesar dos progressos alcançados, sabemos que muito caminho ainda nos resta e que não há tempo a perder.

PEDRO PASSOS COELHO, PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL

As alterações climáticas, a desertificação, a perda de biodiversidade não são conceitos abstratos ou apenas inteligíveis para os peritos. São antes, no mundo globalizado e interdependente em que vivemos, realidades concretas e imediatamente perceptíveis pelos nossos cidadãos, que nos interpelam quanto às mudanças que afetam o ambiente e nos alertam para as consequências que daí resultam a nível económico, social e de segurança.

Acreditamos pois que o Rio+20, sob a liderança da Presidenta Dilma Rousseff e do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, dará um renovado impulso à nossa agenda comum e desejamos, tal como os nossos parceiros da União Europeia (UE), que da Conferência saia um documento político pragmático e orientado para a ação, na perspectiva de uma transição mundial para uma "economia verde", integrada numa estratégia ampla de desenvolvimento sustentável.

É igualmente nossa expectativa, pela importância que atribuímos à "economia azul", que seja realçado o tema da exploração sustentável dos recursos marinhos como parte de uma visão moderna dos oceanos, não só enquanto fonte de riqueza e de "suporte de vida" do nosso planeta, mas também como meio de promoção do bem-estar das populações.

Essa perspectiva encontra-se aliás refletida na Estratégia Marítima da UE para o Atlântico, que foi lançada em Lisboa, no passado mês de Novembro. É também esse o objetivo que une Portugal e o Brasil, procurando reforçar o conhecimento do meio marinho e dos recursos vivos e não vivos do fundo do mar, identificando as suas potencialidades e velando pela sua sustentabilidade.

Esperamos ainda que a Conferência possa trazer uma maior coerência à arquitetura internacional para o ambiente, tornando-a mais ajustada e capaz de responder eficazmente aos desafios que enfrentamos. Portugal, em conjunto com a União Europeia, apoia neste contexto a transformação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) numa agência especializada daquela Organização, dotada dos meios necessários para ser uma voz eficaz e credível, contribuindo para uma governação internacional reforçada do ambiente.

Falar em desafios não pode, no entanto, reduzir-se apenas à evocação de riscos e ameaças. Implica que saibamos também encarar e aproveitar as oportunidades que o desenvolvimento sustentável e a economia verde oferecem para gerar empregos, lutar contra a pobreza e promover a prosperidade das nossas sociedades. Para isso é necessária toda a capacidade humana, sem qualquer enviesamento de gênero, propiciando a inovação e criando novas soluções que fomentem o crescimento, otimizando o importante papel que as empresas podem ter, baseado num diálogo social efetivo, que traduza uma visão estratégica de responsabilidade social, concretizada em práticas de excelência, assentes nos pilares econômico, ambiental e social.

Acreditamos que será essa a mensagem que sairá do Rio, deixando claro que a transição almejada não é o exclusivo de nenhum país ou grupo de países, mas antes um esforço coletivo que a todos envolve. Não apenas os Estados e as Organizações Internacionais, mas também as empresas, as universidades, os centros de investigação, as Organizações Não Governamentais e outros setores da sociedade civil, através da troca de experiências e boas práticas, da partilha de conhecimentos tecnológicos e do estabelecimento de parcerias com benefícios mútuos.

REABILITAÇÃO URBANA
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

LISBOA

A **EPUL** foi criada em 1971 com o principal objectivo de auxiliar a Câmara Municipal de Lisboa a inverter o crescimento desordenado e a indisciplina urbana que se registava na cidade desde os anos 60. A sua área de acção inclui a urbanização, a concepção e execução de empreendimentos urbanísticos, a arquitectura e a engenharia, consolidada ao longo dos seus 40 anos de experiência acumulada.

MISSÃO

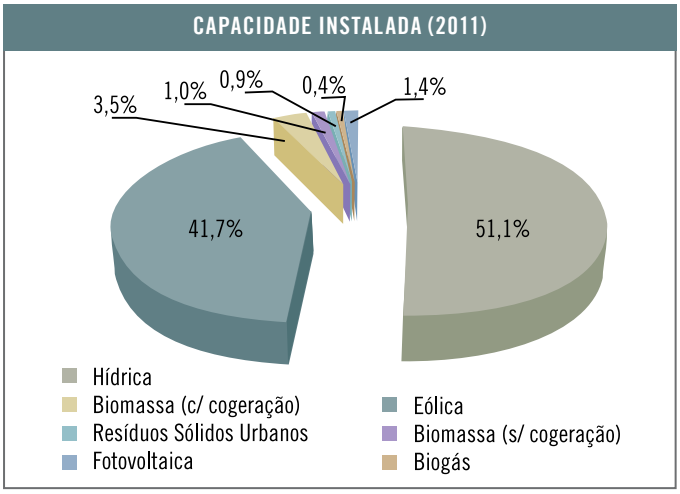
A EPUL é hoje um instrumento privilegiado da Câmara de Lisboa para implementação de políticas municipais e estratégias de regeneração e revitalização da cidade, em linha com a sua responsabilidade social e ambiental.

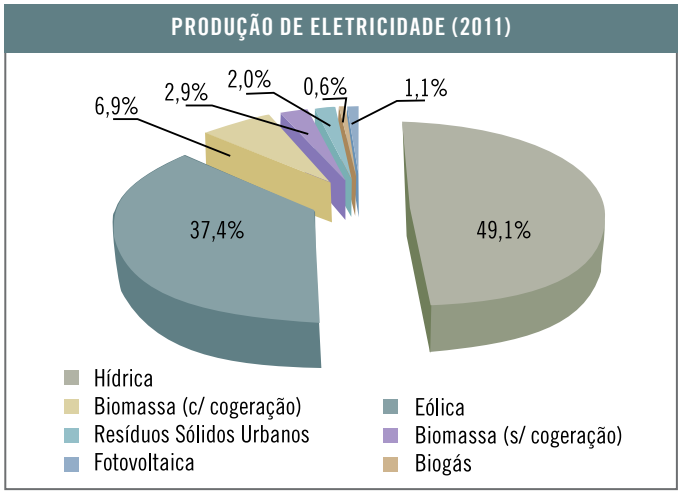
VISÃO

A EPUL pretende constituir-se como uma referência no desenvolvimento e implementação de políticas de regeneração urbana, disponibilizando soluções integradas, pragmáticas e eficientes, em consonância com os interesses e orientações do Município de Lisboa e alinhadas com as necessidades de sustentação económico-financeira da empresa.

EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
Alameda das Linhas de Torres, 198/200
1769-008 Lisboa | Portugal
Phone (+351) 217 514 500 | Fax (+351) 217 514 599
info@epul.pt | www.epul.pt

EPUL
EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA





DADOS REFERENTES A PORTUGAL CONTINENTAL
Fonte: Ministério da Economia e do Emprego - Direção Geral de Energia e Geologia

O Brasil, ao reunir novamente a comunidade internacional no Rio, demonstra o papel chave que desempenha como potência global que é, mas também como ator central para o desenvolvimento sustentável à escala mundial, em virtude não só da extensão do seu território, mas também da insubstituível riqueza, cultural e biológica que possui.

Portugal assume também neste processo um papel ativo, fundado numa forte vontade política, numa capacidade científica e tecnológica de ponta e em sólidos laços de cooperação internacional, alicerçados num conjunto de instrumentos de política pública.

Neste sentido, e atentos também aos nossos compromissos no quadro da União Europeia, temos vindo a desenvolver um universo alargado de Estratégias, Planos e Programas, de âmbito nacional, setorial e temático, que visam regular, mas também incentivar, a mudança para novos padrões de produção e consumo sustentáveis.

No domínio da energia e alterações climáticas é de salientar que iniciamos o processo de dissociação do crescimento económico relativamente ao aumento de emissões de gases de efeito estufa (GEE), em particular, a partir de 2005, o que nos permitirá estabelecer as condições necessárias ao cumprimento das metas definidas no Protocolo de Quioto.

Por outro lado, os progressos sem precedentes que temos vindo a efetuar no sentido da descarbonização incluíram ainda a introdução de fontes de energia renováveis (nomeadamente eólica e solar) e de gás natural.

Portugal é reconhecido por ter uma das mais ambiciosas políticas de energia e clima. Em anos recentes, cerca de 50% da eletricidade consumida foi proveniente de fontes de energia renováveis.

O número de empresas a operar em Portugal nos "*clusters*" das renováveis, da gestão de resíduos e do setor da água tem vindo a aumentar, criando novos postos de trabalho e desenvolvendo tecnologias internacionalmente reputadas. Para além disso, várias firmas portuguesas estão hoje entre as mais avançadas em termos de eco-eficiência e eco-inovação, ocupando inclusive lugares de topo no índice DOW JONES de sustentabilidade.

O Rio+20 proporcionará ao Brasil e a Portugal uma excelente oportunidade para dar visibilidade à sua Parceria Estratégica, valorizando as sinergias no apoio ao desenvolvimento sustentável, não apenas a nível político-diplomático, mas também económico, empresarial, científico e académico.

Será também essa uma ocasião única para realçar o papel da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, dando a conhecer os projetos de cooperação entre os seus Estados-Membros.

O desafio está lançado! Até breve, Rio de Janeiro.

Promoção das Fontes de Energias Renováveis

Para o processo de descarbonização da economia portuguesa várias medidas – como a gradual substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis, as políticas destinadas a uma maior eficiência energética, a aplicação de critérios ambientais nas políticas de taxação relativas aos veículos automóveis, e uma política de contratação pública mais verde, bem como a introdução de biocombustíveis nos transportes –, contribuíram para limitar as nossas emissões e para o sucesso da nossa luta contra as alterações climáticas.

Portugal atingiu, no final de 2011, uma capacidade instalada em FER para a produção de energia elétrica de 10323 MW. Em 2011, a energia elétrica produzida a partir de fontes de energia renovável (FER), foi de 45,3%. Para este valor contribuiu fortemente a energia hídrica, com uma produção de eletricidade de 11827 GWh e a energia eólica, com uma produção de 9003 GWh.

Projetos inovadores

Portugal tem vindo a desenvolver projetos inovadores na área da Eficiência Energética, nomeadamente:

CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS: A Diretiva Europeia sobre Desempenho Energético de Edifícios conduziu em Por-

tugal à criação de um pacote legislativo, que criou o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, SCE. No âmbito do SCE, até finais de 2011, foram emitidos 447516 certificados energéticos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Um novo Programa de Eficiência Energética para o Estado foi lançado no início de 2011. O ECO.AP (Programa de Eficiência Energética na Administração Pública) promove a eficiência energética na administração pública, visando reduzir a fatura energética do Estado em 30% até 2020, com a consequente diminuição das emissões de CO_2.

***INOVCITY*:** Selecionada como caso de estudo único para as redes inteligentes, pela Comissão Europeia, Évora a Cidade Património Mundial da Humanidade, foi transformada em "*InovCity*", sendo a primeira metrópole portuguesa a receber a rede inteligente de energia e uma das primeiras cidades Smart Cities da Península Ibérica.

A rede inteligente de energia faz de Portugal um país mais eficiente e sustentável, pela otimização dos sistemas de energia, pela redução das emissões de CO_2 e pela menor utilização de recursos fósseis, e um país mais atraente ao nível do investimento, porque potencia projetos industriais e centros de competência criadores de emprego.

Oceanos e Economia do Mar

Portugal está empenhado na promoção de formas inovadoras de aproveitamento sustentável dos recursos dos mares e oceanos, contribuindo para o desenvolvimento da economia do mar e das indústrias marítimas, apostando nas ciências e tecnologias do mar, criando emprego, fomentando o ensino, a educação e o conhecimento associados ao mar.

Um grupo do Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade Técnica de Lisboa dedica-se, desde 1977, à pesquisa de energia das ondas, se juntou, em 1983, a outro grupo do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI). Além disso, foi criado, em 2003, o Centro de Energia das Ondas, que representa uma associação internacional sem fins lucrativos cuja índole está direcionada para o desenvolvimento e promoção da utilização da energia das ondas através de apoio técnico e estratégico a empresas.

Foto: Krypton

CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DE AMARELEJA (MOURA, ALENTEJO)

> "Portugal atingiu, no final de 2011, uma capacidade instalada em fontes de energia renovável (FER) para a produção de energia elétrica de 10323 MW. Em 2011, a energia elétrica produzida a partir dessas fontes representou 45,3% do total"
>
> PEDRO PASSOS COELHO
> Primeiro-Ministro de Portugal

Refira-se que a primeira central do mundo de energia das ondas ligada à rede foi a central-piloto europeia da Ilha do Pico, no arquipélago dos Açores, inaugurada em 1999, com uma potência instalada de 400 kW.

No campo da investigação e conhecimento da diversidade biológica marinha nacional, destaca-se o M@rbis (Sistema de Informação para a Biodiversidade Marinha), um dos dois programas da Estratégia Nacional para o Mar/ENAM (em conjunto com o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo/POEM). A Expedição M@rbis, em termos gerais, é uma ação da ENAM que tem como principal propósito a recolha de informação georreferenciada e de alta qualidade sobre a presença de espécies e habitats nas águas portuguesas. A informação recolhida é depositada numa poderosa ferramenta informática, denominada também M@rbis, e estes dados servirão para responder a questões relacionadas com o acompanhamento da delimitação da Plataforma Continental de Portugal e a monitorização da Rede Natura 2000.

No plano da conservação da biodiversidade marinha, Portugal criou oito áreas marinhas protegidas no quadro da Comissão OSPAR[1], cobrindo uma extensão de 5700 Km^2 de fundo do mar, como parte do estabelecimento de uma Rede ▸

1. http://www.ospar.org/

Nacional de Áreas Marinhas Protegidas, eficiente, sustentável e promotora do bem-estar das populações costeiras e da saúde dos ecossistemas marinhos.

Gestão da Água

O setor da água tem um papel central a desempenhar. A água é um bem de importância estratégica e estrutural, indispensável à vida humana, sendo fundamental promover o seu uso eficiente. Portugal está ciente deste desafio e, ao longo dos últimos anos, tem promovido reformas deste setor tendo sempre em vista a sustentabilidade e eficiência, dois conceitos que devem estar sempre refletidos no modelo nacional de gestão de água.

No contexto da gestão da água, importantes instrumentos de planejamento foram desenvolvidos nos anos mais recentes, nomeadamente o Plano Nacional da Água e Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios. Para além disso, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) são também instrumentos importantes para as autoridades. Este último é um documento estratégico, de importância crucial para que Portugal possa atingir metas muito avançadas no campo do fornecimento de água e saneamento, que traça objetivos ambiciosos como a universalidade, continuidade e qualidade de serviço, sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

Diversidade Biológica

A biodiversidade está também explicitamente ligada ao uso eficiente de recursos, pois é o sustentáculo de muitos dos nossos ecossistemas e é vital para a sua resiliência. A restauração de ecossistemas degradados é muito onerosa e em alguns casos pode ser impossível, pelo que a conservação e a gestão de recursos naturais ajudam a aumentar a produtividade, a desacoplar o crescimento económico do uso simétrico de recursos, a aumentar a competitividade e a promover a segurança e estabilidade do lado da oferta.

Neste contexto, e estando Portugal totalmente consciente destas interdependências, desenvolveu vários instrumentos de planejamento, dos quais se destaca a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que constitui o documento estratégico nesta matéria, funcionando como eixo para a conservação da natureza e da diversidade biológica em Portugal.

Igualdade de gênero no quadro da responsabilidade social: uma questão de sustentabilidade

Assegurar o desenvolvimento sustentável é conseguir conjugar a satisfação das necessidades do presente, sem prejudicar a possibilidade de as gerações futuras poderem também satisfazer as suas necessidades.

Está sobejamente demonstrado que há uma relação positiva entre igualdade de gênero no trabalho e no emprego e o desenvolvimento socioeconômico, razão pela qual a igualdade de gênero é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, afirmando-se como um dos pilares da responsabilidade social.

A promoção da igualdade de gênero tem a potencialidade de criar oportunidades para uma maior sustentabilidade, quer da produção, quer do consumo, pois tal conduzirá a um maior balanço entre os sexos no acesso a cargos de decisão, o que poderá fortalecer a capacidade para lidar com assuntos tão graves quanto as ameaças climáticas ou as emissões de CO_2.

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) – mecanismo português de igualdade – na sua relação com o tecido empresarial, tem vindo a desenvolver iniciativas condizentes à adoção de políticas de gestão, que contribuam para a diminuição de desigualdades entre homens e mulheres no trabalho e no emprego e da promoção da conciliação trabalho/família, trazendo igualmente efeitos positivos à produtividade e competitividade.

Assim, é inegável que a promoção da igualdade de gênero faça parte da agenda do desenvolvimento sustentável. ■

> "Está sobejamente demonstrado que há uma relação positiva entre igualdade de gênero no trabalho e no emprego e o desenvolvimento socioeconômico"
>
> PEDRO PASSOS COELHO
> Primeiro-Ministro de Portugal

Portugal em dados

CAPITAL	Lisboa
MAIOR REGIÃO METROPOLITANA	Lisboa
LÍNGUA OFICIAL	Português
GOVERNO	República Parlamentar Presidente: Aníbal Cavaco Silva
INDEPENDÊNCIA RECONHECIDA	1143
ÁREA	- Total: 92.090 km² - Água: 0,5 (%)
POPULAÇÃO	Est./2011: 10.647.763 hab Censo 2001: 10.355.824 hab Densidade: 115,3 hab./km²
PIB NOMINAL EM 2011 (EURO)	Total: 171.112 milhões de € Per capita: 16.201 €
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2009): 33,7 IDH (2010): 0,795 muito elevado Esperança de Vida: 79,2 anos Mortalidade Infantil: 2,53/1000 Alfabetização: 94,9%
MOEDA	EURO (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	PRT
CÓDIGO NA INTERNET	.pt
CÓDIGO TELEFÔNICO	+351
WEBSITE	www.portugal.gov.pt

Em meio a números tão grandes e expressivos ligados à sustentabilidade, um deles nos chamou atenção. 15 anos Braselco.

O tempo passou voando como o vento, e a Braselco continua desenvolvendo soluções específicas para o seu projeto, focada na distribuição de energia limpa para toda a sociedade.

Para os próximos 15 anos queremos mais potência do sol, dos ventos e o reforço de novas fontes, para que cada dia comece renovado, como as nossas energias.

Nenhum número é tão importante quanto transformar o futuro.

Consultoria, assessoria técnica e desenvolvimento de projetos de engenharia para grandes empreendimentos na área de energias renováveis.

+55 85 3261.2014 / www.braselco.com.br

15 anos BRASELCO™

“COMO A ESPANHA CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?”

SR. MIGUEL ARIAS CAÑETE – MINISTRO DA AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE

“A Espanha ocupa a Presidência do Conselho de Governadores do PNUMA, e assistirá em Junho à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, com uma representação ao mais alto nível, liderada pelo Presidente do Governo. Esta Conferência representa uma oportunidade única para se reforçar a ação internacional coordenada num aspecto tão fundamental como o desenvolvimento sustentável”

Economia e meio ambiente

No Governo da Espanha estamos perfeitamente conscientes do estreito vínculo existente entre o capital natural, o estado dos ecossistemas e o bem-estar das sociedades modernas. Consideramos, por isso, essencial, que se aposte num verdadeiro desenvolvimento sustentável em que as variáveis social, ambiental e económica, se deem as mãos como elementos inseparáveis e mutuamente dependentes. O contexto económico atual pode constituir uma oportunidade para se impulsionar a mudança necessária para uma economia sustentável que sirva o conjunto da sociedade e reconheça os limites naturais dos nossos ecossistemas, uma economia mais forte e com capacidade para fazer face a grandes ameaças e problemáticas como a mudança climática e o crescimento da população, dotada de recursos para a criação de emprego e a inovação.

A sociedade atual tem o aparente dilema de sacrificar crescimento presente para conseguir um crescimento sustentável de futuro, num ambiente diverso, competitivo e altamente mecanizado. É uma sociedade que reconhece a necessidade e as vantagens de tal avanço, mas também os riscos que a imposição de limites ao desenvolvimento económico representa. No entanto, estes dois objetivos não são incompatíveis, embora a sua coordenação exija grandes doses de imaginação e audácia.

Desta forma, a conservação do meio ambiente pode e deve ser contemplada como aliada do progresso e não como um obstáculo ao desenvolvimento económico e à criação de emprego. Com uma gestão acertada, contribuiremos para o esforço que a Espanha faz para sair da crise económica graças ao meio ambiente, e não à sua custa, tendo em conta que a equação da sustentabilidade está indissoluvelmente ligada às variáveis económica, social e ambiental.

A Espanha ocupa a Presidência do Conselho de Governadores do PNUMA, e assistirá em Junho à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, com uma representação ao mais alto nível, liderada pelo Presidente do Governo. Esta Conferência representa uma oportunidade única para se reforçar a ação internacional coordenada num aspecto tão fundamental como o desenvolvimento sustentável.

A água, um dos maiores desafios para o futuro do planeta

Nesta Conferência a UE apresentará, como um dos cinco objetivos fundamentais a tentar conseguir, o acesso à água - universal, sustentável e equitativo - para o ano de 2030. A água é elementar para a vida, não conhece regiões nem fronteiras e distribui-se a nível mundial de forma desigual. O fato de não se ter acesso à água é uma fonte inevitável de pobreza, de conflitos sociais e de perda de biodiversidade. É um recurso de importância vital a nível mundial, tal como demonstrado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e, tal como não podia deixar de ser, também para a Espanha devido à sua pluviometria irregular, característica do clima mediterrânico (secas cíclicas) e às suas características agrárias.

No Ministério que dirijo, pusemos em andamento uma política ambiental e de desenvolvimento sustentável - para a qual

Fundación Biodiversidad

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE CORDIÑANES, PARQUE NACIONAL DE PICOS DE EUROPA

José Antonio Macayo Rodríguez

PESCA DE MARISCOS À PÉ

estamos a fazer um esforço de racionalidade, eficiência e transparência - que tem um pilar fundamental na política da água, que assenta em duas grandes frentes:

A primeira, a internacional, desenvolvendo ações à volta de três eixos. O primeiro, acesso à água e saneamento como direito humano essencial, incluído entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. O segundo, a estreita relação entre água e segurança alimentar, que atribui uma grande importância à irrigação e às novas infraestruturas. E, o terceiro, a procura do desenvolvimento sustentável, a que o nosso país atribui uma grande relevância.

Na segunda grande frente de atuação, o nível interno, as linhas estratégicas da política do Governo em matéria de água respondem ao objetivo fundamental de se dispor de fornecimento de água em qualidade e quantidade em todo o território nacional, com uma visão integral do ciclo da água e contribuindo para a manutenção dos ecossistemas. Para se conseguirem estes objetivos é fundamental a clareza legislativa e a eliminação de obstáculos administrativos, tendo em vista proporcionar segurança jurídica aos agentes económicos, especialmente às empresas.

Neste sentido, as políticas hídricas deverão ser coordenadas com as agrícolas e energéticas e ser harmonizadas com os ciclos naturais da água, contemplando a inovação tecnológica, os avanços em infraestruturas hidrológicas e a utilização de fontes alternativas e energias limpas. Porque, tal como Octavio Paz dizia: "A água fala sem cessar e nunca se repete."

Estratégia renovada na luta contra a Mudança climática

A União Europeia mostrou uma liderança clara na luta contra a mudança climática nos últimos anos, apesar de as suas emissões representarem apenas 13% do total global e efetuou um esforço significativo a que a Espanha se juntou. Os compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto, e para 2020 no chamado Pacote de Energia e Mudança Climática e futuro Segundo Período do Protocolo de Quioto, obrigam-nos a continuar a trabalhar muito seriamente nestes aspectos.

Uma clara e séria resposta face à mudança climática vai requerer reduções globais de emissões de GEI de, pelo menos, 50% em meados do presente século, em relação a 1990. Para tal, o "Roteiro da UE para uma economia competitiva e baixa em carbono em 2050", apresentada em março de 2011 pela Comissão, põe a manifesto que o crescimento da produtividade é a forma correta de se conseguir melhoramentos na competitividade e que, para tal, é necessário identificar os setores em que cada país apresenta vantagens competitivas. A passagem para uma economia baixa em carbono pode criar investimento, oportunidades e emprego.

Em consonância com estes princípios, o Ministério da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente, em colaboração com outros departamentos correlacionados, vai desenvolver um conjunto de iniciativas adequadas às atuais circunstâncias económicas, que permitam a redução das nossas emissões de Gases com Efeito Estufa. Estas iniciativas deverão ser analisadas tendo em conta o seu benefício ambiental, a sua margem de custo, a sua capacidade de criação de emprego e de atividade económica, para assim se dar prioridade às mais eficientes com os recursos disponíveis.

Um pilar fundamental da política de redução de emissões continuará a ser o regime de comércio de direitos de emissão da UE, que permite que se estabeleça um preço para a emissão de CO2 e que se utilize o mercado para se tentar conseguir o mais baixo custo de redução de emissões. Infelizmente a queda da produção reduziu a procura de direitos e, com ela, o sinal de preço necessário para forçar a mudança tecnológica para uma economia baixa em carbono. Esta situação deverá ser corrigida se quisermos ▸

Espanha em dados

CAPITAL E CIDADE MAIS POPULOSA	Madrid
LÍNGUA OFICIAL	Espanhol
GOVERNO	Monarquia Constitucional Parlamentar Monarca: Juan Carlos I Primeiro Ministro: Mariano Rajoy
FORMAÇÃO DO ESTADO ESPANHOL	Século 15
ÁREA	- Total: 504.030 km² - Água: 1,04 %
POPULAÇÃO	Est./2010: 46.030.109 hab Densidade: 93 hab/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2011 (USD)	Total: $ 1.413 trilhões Per capita: $ 30.625
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2005): 32 médio IDH (2011): 0,878 muito elevado Esperança de Vida: 80,9 anos Mortalidade Infantil: 4,2 /1000 Alfabetização: 97,9%
MOEDA	EURO (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	ESP
CÓDIGO NA INTERNET	.es
CÓDIGO TELEFÔNICO	+34
WEBSITE	www.la-moncloa.es

que o sistema europeu de comércio de direitos de emissão continue a ser uma ferramenta eficiente de luta contra a mudança climática.

Potenciou-se igualmente o papel dos bosques como sumidouros de carbono mediante a criação de massas florestais e o impulso da silvicultura e uma gestão florestal eficiente, o que propiciará uma exploração racional da biomassa florestal como recurso energético.

Finalmente, as medidas de adaptação à mudança climática serão cada vez mais relevantes. Estamos conscientes da especial vulnerabilidade do nosso país face aos efeitos da mudança climática. Também sabemos que uma reação precoce e a adoção de medidas preventivas podem oferecer novas oportunidades de desenvolvimento, inovação e negócio, que temos que aproveitar. Neste contexto, o nosso objetivo é continuar com o desenvolvimento dos trabalhos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática.

A proteção da biodiversidade, os ecossistemas e o litoral

Um país como a Espanha, que desfruta de um grande comprimento de costa, com uma variedade de ecossistemas significativa, faz com que seja necessário alcançar uma gestão integrada das zonas litorais. Estes bens, que são de titularidade pública, constitucionalmente garantida, apresentam-se como um espaço ideal para o desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e emprego. É o caso do turismo, que cria na costa aproximadamente 70 % da sua atividade, e de outros setores como a indústria, agricultura, pecuária e aquicultura. Por este motivo, está a ser estudada em profundidade a reforma da regulamentação sobre proteção do domínio público marítimo terrestre, que já tem 23 anos de antiguidade, baseada em dois objetivos fundamentais: melhorar a segurança jurídica dos titulares de direitos na costa e tornar a proteção desse valioso espaço natural compatível com atividades económicas coerentes com essa conservação.

Também é muito relevante que nos lembremos da importância da conservação de habitats e espécies de grande valor. Este indicador ganha especial interesse na Espanha, o país europeu com a maior taxa de biodiversidade integrada em três regiões biogeográficas (Atlântica, Mediterrânica e Macaronésica). Para a sua conservação, 11,91% da superfície terrestre do país estão declarados por figuras de espaços naturais protegidos, tendo aumentado significativamente e de forma linear entre 1985 e 2010, desde 668.343 ha até 6.288.474,5 ha. Além disso, 27,2% da superfície da Espanha pertencem à Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia de áreas de conservação da biodiversidade. Neste sentido, vamos trabalhar ativamente para que este valor seja uma fonte de riqueza e, para tal, trabalhar-se-á para que o turismo focado na natureza se possa converter numa atividade económica básica para a valorização do país.

A contribuição para o emprego vinculado ao meio ambiente na Espanha

As relações entre economia e meio ambiente criam uma série de atividades específicas que resultam, direta ou indiretamente, em empregos. Na Espanha o número de empregos vinculados ao meio ambiente duplicou nos últimos dez anos. O emprego no setor ambiental espanhol representa hoje em dia 2,62% da população ocupada e prevê-se um crescimento significativo a nível europeu e nacional.

Estão a ser executados trabalhos em programas específicos de criação de emprego como o *Programa empleaverde* que pretende servir de ponte entre a política de emprego e a política ambiental, contribuindo para que o meio ambiente e a sustentabilidade sejam a base de melhores empregos e empresas mais competitivas.

De igual modo a *Rede emprendeverde*, posta em funcionamento pela Fundação Biodiversidade, ajuda a criar ou consolidar projetos empresariais que mantenham uma relação de benefício mútuo com os valores ecológicos dos territórios onde a sua atividade se desenvolve, proporcionem valor ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais ou ponham no mercado tecnologias que permitam a redução da contaminação de outras atividades. Um território ecologicamente saudável abre oportunidades para a rentabilização do património natural como fonte de criação de riqueza.

Por outro lado, os esforços reguladores devem ser necessariamente acompanhados do esforço social para uma mudança para modelos económicos mais sustentáveis, fim para o qual se torna imprescindível o aumento e o melhoramento dos processos de transparência, diálogo com os cidadãos e participação dos mesmos. ■

ELIO DI RUPO, PRIMEIRO MINISTRO DA BÉLGICA

FAZENDO ACONTECER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É RECONHECIDO PELA CONSTITUIÇÃO DA BÉLGICA COMO UM OBJETIVO POLÍTICO GERAL DE ESTADO, TANTO EM ÂMBITO FEDERAL, COMUNITÁRIO E REGIONAL. EM ÂMBITO FEDERAL, UMA FORTE BASE INSTITUCIONAL EXISTE PARA GUIAR OS LEGISLADORES EM SUAS POLÍTICAS DO DIA A DIA. O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS É ORGANIZADO ATRAVÉS DO CONSELHO FEDERAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. POR OUTRO LADO, EXIGE-SE UMA AÇÃO POLÍTICA CONCRETA. ATRAVÉS DE VÁRIAS INICIATIVAS POLÍTICAS, AS REGIÕES BELGAS CONTRIBUEM PARA UMA ECONOMIA MAIS VERDE. DUAS DELAS ESTÃO ILUSTRADAS ABAIXO.

Lições aprendidas durante os 15 anos de criação do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável

ELIO DI RUPO, Primeiro Ministro

A lei para o Desenvolvimento Sustentável de 1997, revisada em 2010, determina a base legal e institucional para a estratégia federal de desenvolvimento sustentável. Ela enquadra o processo de aprendizado contínuo para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de política sustentável em âmbito do governo federal belga.

Dentro dessa estratégia, os princípios da Rio-92 são integrados e conduzidos dentro de ações políticas diárias. Até o momento, dois planos consecutivos para o desenvolvimento sustentável foram adotados pelo governo federal e um terceiro está sendo preparado. Estes planos encontram-se no ápice de vários setores socioeconômicos e de política ambiental, que, aplicados em nível federal, têm o objetivo de obter, em seu escopo, direcionamento e coerência global. Os planos delineiam programas de medidas relacionados ao desenvolvimento sustentável que o governo federal tem de implementar dentro da visão integrada de compromisso internacional e europeu. Essa abordagem tem permitido empreender uma ação coerente dentro de uma ampla variedade de assuntos.

Eficácia e eficiência na implementação de ações de desenvolvimento sustentável estão apoiadas dentro de um quadro institucional apropriado. A lei de Desenvolvimento Sustentável estabeleceu uma Comissão Interdepartamental, responsável por garantir uma abordagem para a produção de política de desenvolvimento sustentável interligada, integrada horizontal e verticalmente, coerente e transparente. O diálogo entre os colaboradores está assegurado pela criação do Conselho Federal para o Desenvolvimento Sustentável. A avaliação da política, planejamento de longo prazo e o trabalho sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável estão presentes nos relatórios publicados regularmente por uma unidade específica dentro do Escritório Federal de Planejamento, a força-tarefa para o desenvolvimento sustentável. O departamento para o Planejamento do Serviço Público Federal para o Desenvolvimento Sustentável coordena a preparação e implementação de políticas socioambientais.

Uma transição para uma sociedade sustentável está baseada num processo gradual e contínuo de mudanças estruturais. Olhando para trás, nos últimos anos de política de desenvolvimento sustentável, a estratégia federal belga de desenvolvimento sustentável contribuiu para os esforços de unir diferentes ações políticas e projetos.

Para acrescentar, a contínua abordagem cíclica de aprendizado, na qual emitiu 6 abrangentes relatórios sobre desenvolvimento sustentável de acordo com a implementação dos compromissos da Conferência RIO-92 ao longo dos últimos 20 anos, permitiu um processo de tomada de decisões baseado em análises científicas convergentes e de lições aprendidas durante este período.

A política belga de desenvolvimento sustentável foi dotada de uma face institucional própria – mais do que uma mera subseção de um setor administrativo – e tem ajudado o setor público a conduzir, por exemplo, o assessoramento sobre aplicações de impacto sustentável em conjunto com departamentos de governo, colocando em prática o desenvolvimento sustentável nas atividades do dia a dia (licitações, eventos, etc.).

A Federação Belga para o Desenvolvimento Sustentável, um valor agregado

O Conselho Federal Belga para o Desenvolvimento Sustentável tem tido um papel importante dentro do proje-

to de governança federal belga. Ele foi pensado para ser uma parte auxiliar dentro da dimensão da democracia representativa belga por intermédio de um conselho consultivo para o desenvolvimento sustentável. Por um lado, ele foi formado para melhor envolver vários grupos sociais em decisões políticas e, por outro, para encorajar uma visão mais global e integrada sobre o desenvolvimento.

O Conselho Federal Belga para o Desenvolvimento Sustentável é um instrumento que ajuda os gestores públicos a analisarem a complexidade dos problemas sociais e, enquanto trabalha numa abordagem integrada, fornece, ao mesmo tempo, contribuição da sociedade civil. Desenvolvimento sustentável não é apenas uma tarefa governamental. Um comprometimento dos cidadãos, organizações, produtores e consumidores também são necessários para que se alcance resultados.

O Conselho Federal Belga para o Desenvolvimento Sustentável representa um papel importante no que tange ao debate entre as opções políticas de hoje e as escolhas das sociedades no futuro. O conselho não atua como um juiz, crítico ou professor, mas, sim, como um facilitador. Esta não é uma tarefa fácil, pois representa um processo continuo de aprendizado dentro do conselho para seus membros: eles têm que entender um ao outro, desenvolver uma visão comum e sintonizar construtivamente seus vários pontos de vista.

O Conselho Federal Belga para o Desenvolvimento Sustentável distingue-se de outras consultorias pela sua vasta composição. Um grande número de grupos sociais se encontram e discutem vários tópicos relacionados ao desenvolvimento sustentável. O conselho objetiva providenciar opiniões que sejam pertinentes, relevantes e consensuais. Quando isso acontece, o conselho oferece contribuição válida que integra vários pontos de vista e aponta onde o interesse público comum reside para o entendimento atual e futuro de cada visão e métodos operacionais.

Neste aspecto, a comunidade científica exerce um papel importante. Presidentes de grupos de trabalho, em sua maioria acadêmicos, têm contribuído bastante para pontos de vista consistentes e consensuais de desenvolvimento. Políticos e funcionários públicos têm aprendido, gradualmente, a valorizar opiniões dadas pelo conselho e incluindo-as nas suas políticas. Isto é muito surpreendente; se todos os participantes concordam com uma opinião, o que é verdade em 2/3 dos casos, os pontos de vista e recomendações colocados são compartilhados por um grande número de colaboradores. Desta forma, os políticos podem estar certos de que suas políticas serão aceitas na sociedade civil com o entendimento de que as escolhas feitas pela sociedade hoje levam em conta os interesses das futuras gerações.

Pactos para Emprego Verde na Valônia e Bruxelas

RUDY DEMOTTE, Ministro Presidente da Região da Valônia, e EVELYNE HUYTEBROECK, Ministra do Meio Ambiente, Energia e Renovação Urbana de Bruxelas

Os governos regionais de Valônia e de Bruxelas lançaram o *Pacto para o Emprego Verde* para lidar com as crises econômico-financeira e socioambiental. Como uma grande contribuição para a transição a uma economia ecológica no contexto do desenvolvimento sustentável, o Pacto para o Emprego Verde visa criar oportunidades socioeconômicas para todos, com investimentos em proteção ambiental, restauração, valorização do capital natural e uso eficiente de recursos naturais e energia. O *Pacto para o Emprego Verde* fortalece a economia local ao torná-la mais inclusiva. Ele cria empregos decentes e sustentáveis, e fornece respostas apropriadas para necessidades sociais críticas, através da melhora das condições de trabalho e de vida. Ao mesmo tempo, o Pacto reduz as emissões de carbono e a pegada ambiental.

Bélgica em dados

CAPITAL	Bruxelas
MAIOR REGIÃO METROPOLITANA	Região de Bruxelas Capital
LÍNGUA OFICIAL	Holandês, francês, alemão
GOVERNO	Monarquia constitucional / Democracia Federal Rei: Alberto II Primeiro Ministro: Elio Di Rupo
INDEPENDÊNCIA	Declarada: 4/Outubro/1830
PARTICIPAÇÃO NA UE	25 de Março de 1957 (membro fundador)
ÁREA	- Total: 30,528 km² - Água: 6,4%
POPULAÇÃO	Estimada/2011: 11,007,020 hab Censo 2001: 10,296,350 hab Densidade: 354.7/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2011 (USD)	Total: $ 405.470 bilhões Per capita: $36,834
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2005): 28 – baixo IDH (2011): 0.886 – muito alto Esperança de Vida: 79,4 anos Mortalidade Infantil: 4,2/1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	Euro (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	BEL
CÓDIGO NA INTERNET	.be
CÓDIGO TELEFÔNICO	+32
WEBSITE	www.belgium.be

Qualquer iniciativa lançada sob o *Pacto para o Emprego Verde* obedece cinco princípios fundamentais, nos quais são inspirados pelos princípios da Rio-92: eficiência na utilização de recursos, uso prudente (combinando prevenção e precaução), resiliência (da nossa economia e do nosso ecossistema) suficiência (prioridade para a satisfação das necessidades básicas do homem) e processo participativo. Outra linha de trabalho existente no Pacto é o uso, sempre quando possível, dos recursos naturais e o princípio da cadeia curta de comercialização. Desenvolvendo tais políticas, ficam reduzidos os impactos econômicos sobre o meio ambiente global, criando oportunidades econômicas no âmbito local e subrregional.

Getty Images

POPULAÇÃO CAPACITADA PARA TRABALHAR COM OS PROCEDIMENTOS DA ECONOMIA VERDE

"12.400 trabalhos verdes (2005) e 30.000 horas de treinamento em Bruxelas no contexto do Pacto para Empregos Verdes"

O *Pacto para o Emprego Verde* oferece uma nova e dinâmica forma de governança na maneira como ela é projetada para coordenar as ações dos colaboradores dos setores público e privado. O projeto é inovador porque ele não somente consiste em padronizar a participação e consultoria, mas, também, envolve os participantes na junção de forças para chegar a um comprometimento individual e coletivo, trabalhando em conjunto com uma visão compartilhada para o cumprimento dos objetivos traçados, i.e. desenvolvimento dos setores verdes e a criação de empregos altamente qualificados.

Na região de Valônia, o *Pacto para o Emprego Verde* é parte de um amplo plano denominado Plano Marshall Verde, que consiste numa estratégia de investimento focado na criação de emprego sustentável e na eficiência energética. Da mesma forma como funcionou, há 80 anos, o *New Deal*, este plano entende as necessidades básicas da população como cruciais. A primeira aplicação do *Pacto para o Emprego Verde* está sendo atualmente desenvolvida no setor de construção sustentável, entendendo que pessoas precisam de casas melhores, energia barata e empregos decentes.

Na capital Bruxelas, o *Pacto para o Emprego Verde* faz parte do *Pacto para o Crescimento Urbano*. Bruxelas quer estar entre as principais capitais da Europa e do mundo no que diz respeito ao gerenciamento de políticas de sustentabilidade urbana. O setor de construção civil em Bruxelas é responsável por quase 70% do consumo de energia e 63% da emissão de carbono. Em relação a isso, a grande prioridade de Bruxelas é melhorar a eficiência energética nas construções através da promoção, em larga escala, de técnicas de construção e renovação sustentáveis. A longo prazo, o objetivo é tornar padrão todo esse processo dentro do setor de construção civil. Neste contexto, o Pacto para o Emprego Verde tem sido desenvolvido para que seja viável atender o lado da demanda.

A região de Bruxelas foca, atualmente, o Pacto para o Emprego Verde em três principais setores urbanos: construção, saneamento e desperdício. O próximo setor a ser focado poderá ser o da alimentação sustentável.

Abaixo, três exemplos de medidas concretas adotadas na Valônia e Bruxelas:

- Incentivos fiscais para que famílias adequem as suas casas (lado da demanda privada).
- Garantias para os municípios investirem em energia eficiente (lado da demanda pública).
- Programas de treinamento para companhias de construção civil na utilização de novas técnicas de construção sustentáveis (lado do fornecedor).

O *Pacto para o Emprego Verde* pode ser desenvolvido tanto em área urbana quanto em área rural. Da mesma forma, o pacto pode ser implantado em países desenvolvidos e em desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cidades, com inclusão social e erradicação da pobreza. Os governos da região de Valônia e Bruxelas esperam trocar experiências das suas boas práticas com outros partidos no sentido de melhorar e aumentar a abordagem no enfrentamento das múltiplas crises, criando, assim, oportunidades para todos.

Política de desenvolvimento sustentável e gerenciamento de materiais sustentáveis na região de Flandres

KRIS PEETERS, Ministro Presidente do Governo de Flandres

Em setembro de 2008, o governo flamengo lançou um decreto para o desenvolvimento sustentável. Este decreto dá base e garante tomadas políticas ho- ▸

Frédéric Demeuse

CIDADES VERDES NA BÉLGICA; UMA MENSAGEM PARA O SÉCULO 21

> "Para assegurar a implementação efetiva de política coordenada, o grupo de trabalho de Flandres foi montado com representantes de todos os setores da política"

rizontais para o desenvolvimento sustentável, que é inclusiva, coordenada e participativa em sua natureza. O decreto estipula que um corpo administrativo coordenado para o desenvolvimento sustentável precisava ser criado, com um orçamento alocado e politicamente substanciado através de pesquisa científica, todas nas quais já foram implementadas.

Desde 2007, a política de desenvolvimento sustentável flamenga reside no centro de pesquisa para o desenvolvimento sustentável, um consórcio entre a Universidade de Louvain e Gent em conjunto com instituições científicas. Para assegurar a implementação efetiva de política coordenada, o grupo de trabalho de Flandres sobre o desenvolvimento sustentável foi montado com representantes de todos os setores da política.

Este grupo garante que a coordenação e discussão de todas as questões sobre desenvolvimento sustentável englobem vários ou todos os setores políticos como, por exemplo, a inserção de Flandres na política, comunicação, ações, construção e qualidade de vida em âmbito do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o grupo de trabalho fornece uma plataforma para garantir que políticas de desenvolvimento sustentável, como educação em sustentabilidade, responsabilidade social de empresas e corporações, novas transformações econômicas, uso de material sustentável (veja abaixo), e mobilidade sustentável estejam ligadas umas as outras. Bom progresso tem sido feito no serviço público e no modo de vida e moradia sustentável: estamos no caminho para alcançar o objetivo de 100% de sustentabilidade no serviço público até 2020, e padrões e ferramentas para habitação sustentável foram desenvolvidos em linha com o internacionalmente reconhecido *Método de Assessoramento Ambiental Estabelecido para Pesquisa em Construção* (BREEAM, em sua sigla em inglês).

Em 2007, a primeira estratégia para o desenvolvimento sustentável em Flandres foi adotada e, em 2011, o governo de Flandres lançou a sua sucessora. A segunda estratégia flamenga para o desenvolvimento sustentável está baseada em uma visão de longo prazo para uma sociedade sustentável em 2050. As transições dentro de sistemas fundamentais são o coração da estratégia para o desenvolvimento sustentável. Através de processos de inovação de sistemas e mudanças sociais, a segunda estratégia para o desenvolvimento sustentável quer emendar políticas existentes em mudanças de longo prazo. Os sistemas e dimensões chaves identificados são: sistema de construção e habitação, gerenciamento de materiais, sistema energético, sistema de mobilidade, sistema alimentar, sistema de saúde, sistema de conhecimento, dimensão econômica, sistema sócio-cultural, dimensão ecológica, dimensão internacional e institucional.

A segunda estratégia para o desenvolvimento sustentável irá reforçar as transições existentes (construção, habitação, gerenciamento de materiais) iniciativa de ação para uma nova transição em linha com o plano de curto e médio prazo denominado Flandres em Ação. Ela foca na interligação, integração e sinergia entre as políticas. A estratégia propõe uma nova abordagem de governança onde o governo trabalha em conjunto com colaboradores para criar ações de desenvolvimento sustentável e definir um papel ativo para colaboradores e conselhos de assessoramento.

Em anos recentes, o gerenciamento de materiais sustentáveis tem sido um dos pontos focados. O nosso padrão de produção e consumo põe em risco a viabilidade dos recursos naturais e, por conseguinte, a viabilidade da nossa economia. Além disso, o modo no qual lidamos com os materiais está no centro de todos os problemas ambientais e, notavelmente, contribui para a mudança climática e perda da biodiversidade.

A União Européia tem alcançado melhora significativa no uso eficiente dos

TBC

REFINARIA DE ÓLEO NO PORTO DE ANTUÉRPIA

> "O gerenciamento sustentável de materiais implica numa abordagem política que leva em conta os impactos que ocorrem em diferentes fases do ciclo de vida de um produto"

recursos, sobretudo através do desenvolvimento tecnológico. No entanto, em termos absolutos, o uso contínuo dos recursos continua a crescer, enquanto produzimos e consumimos uma crescente quantidade de bens e serviços.

Esses desafios requerem uma nova abordagem na política e no sistema. Precisamos utilizar os recursos de forma mais inteligente. Com o objetivo de evitar futuros danos nos recursos naturais, é necessário considerar o estilo de vida, adotando a política de *cradle to cradle* (conceito que trata dos processos produtivos de todos os materiais envolvidos na produção e que possam ser reutilizados em novos processos produtivos, após serem descartados). Sem dúvida, não faz sentido montar uma infraestrutura para reciclagem se os produtos colocados no mercado não são recicláveis ou ecologicamente corretos e se os consumidores não os utilizam corretamente.

A mudança de uma política de desperdício para materiais reaproveitáveis é um dos principais objetivos ambientais apresentados dentro do acordo de coalizão de Flandres. Um novo marco jurídico está sendo desenvolvido e está transformando o decreto sobre o Desperdício de Flandres numa lei mais compreensiva no que diz respeito ao gerenciamento do ciclo de produção de materiais.

O gerenciamento sustentável de materiais implica numa abordagem política que leva em conta os impactos que ocorrem em diferentes fases do ciclo de vida de um produto. Em muitos casos, a política contra o desperdício é muito focada no tratamento de resíduos. Para evitar danos de matérias-primas, água, fontes energéticas, terra e os efeitos nocivos decorrente da exploração do meio ambiente, será necessário observar os ciclos de produção de material como um todo e apresentar o conceito *cradle to cradle*. Este gerenciamento sustentável de materiais contribuirá para a proteção climática e o combate à perda da biodiversidade. Uma economia verde que trabalha no reaproveitamento de produtos utilizados (*cradle to cradle*) oferecerá, também, importantes vantagens em forma de redução de custos, menor dependência de importação de matérias-primas e abertura de novos mercados para inovações tecnológicas e modelos de negócios. Sem dúvida, num mundo onde se verifica o aumento da população, rápido crescimento econômico e uma crescente demanda por recursos naturais limitados, nossa economia somente irá sobreviver quando for aplicada a utilização eficiente de recursos.

Na prática, isso está traduzido no projeto denominado *Gerenciamento de Material Sustentável de Flandres*, estabelecido em 2011 como parte da estratégia da implementação da região para o *Roteiro para uma Europa Eficiente em termos de Recursos*, com um programa de ação estratégica a ser lançado em 2012. O projeto ainda pretende contribuir para a visionária transição da Europa para uma união mais sustentável, com o crescimento inteligente e inclusivo.

O projeto está baseado em três pilares: um programa operacional apoiado pelo Plano C; uma área de transição que desenvolve cenários e caminhos trabalha para encontros e construção comunitária, e une pioneiros no campo do gerenciamento sustentável de materiais; e o programa de pesquisa que desenvolve políticas de pesquisa orientada, dando apoio às prioridades trabalhadas pelo programa operacional.

Ambos os processos e conteúdos do projeto de *Gerenciamento de Materiais* são desenvolvidos por uma cooperação conjunta entre governo, indústria, instituições acadêmicas e científicas, ONGs e outras organizações da sociedade civil. A cooperação integrada com a Nova Política Industrial está atualmente organizada, em razão de salvaguardar a necessária integração entre economia, ecologia e dimensão social.

Prioridades atuais são: ecodesign, economia biossustentável; habitação e modos de vida sustentáveis; processos químicos ecologicamente corretos; metais e demais materiais produzidos em cadeias sustentáveis; cooperação e investimentos inteligentes e sustentáveis; melhoria da legislação; governança e implementação; ciclos transparentes de produção de materiais; e inovação social. ■

JEAN-PIERRE THEBAULT, EMBAIXADOR DA FRANÇA PARA O MEIO AMBIENTE E RIO+20

Implicação e "savoir-faire" em sustentabilidade

Embaixador da França para o Meio Ambiente e Rio+20 é a favor de uma ação conjunta de todos os setores da sociedade civil para o sucesso do desenvolvimento sustentável.

Um país atuante nos projetos de sustentabilidade. É assim que se pode definir a França dentro do contexto internacional das preocupações ambientais. Presente nos mais diversos foros que tratam do evento, o governo francês confirma presença de uma grande delegação para a Rio+20, onde participará de diversos debates e auxiliará na elaboração de um documento a ser possivelmente lançado ao término do evento. Jean Pierre Thebault, embaixador da França para o Meio Ambiente e Rio+20, falou sobre como será a atuação da França durante a conferência e a importância de haver uma maior sintonia entre os países para que se possa garantir um planeta mais sustentável para as gerações futuras.

Como a França está se preparando para a Conferência?

A França sempre se fez representar no mais alto nível nas Reuniões de Cúpula da Terra e tem desempenhado um papel ativo para o sucesso dos mesmos. Em 1992, no Rio de Janeiro, o então presidente François Mitterrand apoiou fortemente a adoção de um novo conceito de desenvolvimento sustentável e seu discurso, no qual fazia um apelo à consciência e à solidariedade, permanece atual nos dias de hoje.

Em 2002, em Joanesburgo, o presidente Jacques Chirac alertou o mundo sobre as urgências e a insuficiência de respostas, pedindo também por uma nova parceria entre economias desenvolvidas, emergentes e o setor privado em benefício dos países mais pobres.

Pouco depois de ter sido eleito, o novo Presidente da França, Sr. François Hollande, confirmou à presidente Dilma Rousseff sua firme intenção de participar da Rio+20 e de desempenhar um papel ativo para o sucesso do evento. Será uma mobilização de todo o governo francês, pois se trata, para a França, de desenvolvimento sustentável em sua definição plena, ou seja, o compromisso de tratar simultâneamente questões econômicas, sociais e ambientais sem opor artificialmente desenvolvimento e meio ambiente, um debate ultrapassado desde a Rio 92, há vinte anos.

Nossas expectativas são claras e fortes. Há um só planeta pelo qual somos coletivamente responsáveis. Não temos um planeta "reserva" então precisamos fazer as escolhas certas. Mais do que nunca sabemos dos limites físicos e climáticos e devemos juntos agir de maneira eficaz face aos desafios de combate à pobreza. Os dois temas estão estreitamente ligados. Não teremos êxito sem levarmos em conta a escassez dos recursos naturais, seu esgotamento acelerado, as ameaças ao meio ambiente. Isso exige uma mudança radical em nossos modos de produção e de consumo. É preciso um compromisso inequívoco em favor de uma economia verde e equilibrada, com objetivos divididos com todos e o envolvimento pleno do conjunto da sociedade civil assim como de uma vigilante atenção a seus aspectos sociais. Além disso, só falharemos se a erradicação da pobreza – essencial não só por razões morais, mas também porque ela será um poderoso instrumento de transição demográfica e um motor de crescimento – não for reconhecida como uma urgência absoluta, como uma responsabilidade coletiva que requer a mobilização de todos de acordo com suas capacidades de modo a beneficiar particularmente os mais pobres. Para que seja feita uma escolha que seja boa para todos, no Rio, precisamos estabelecer uma nova parceria e definir um programa de ação ambicioso com o qual nos engajaremos em prol das futuras gerações.

Acreditamos que diversas medidas bastante simbólicas podem ser obtidas na Rio+20 e que lá poderá ser lançado, a partir de bases concretas,

Frederic de la Mure

"AUTOLIB", SELF-SERVICE DE CARROS ELÉTRICOS NAS RUAS DA CAPITAL FRANCESA

Frederic de la Mure

TAXI-BICICLETA, DISPONÍVEL NOS PERÍODOS DE PRIMAVERA E VERÃO EM PARIS

um trabalho que deverá se estender nos próximos anos em benefício das futuras gerações. Primeiramente, um consenso sobre a importância da economia verde e justa como um dos instrumentos para o desenvolvimento sustentável, com objetivos de ações concretas tais como os apresentados pela União Europeia sobre temas fundamentais do direito universal à água e ao saneamento, o acesso de todos à energia limpa, à segurança alimentar e nutricional, ao manejo sustentável de cidades e territórios e a criação de bases para uma verdadeira governança dos oceanos. Nesse contexto, a França, como o Brasil, atribue grande importância ao reconhecimento de um núcleo de direitos sociais e de princípios ambientais e a todas as medidas que visam garantir uma transição justa, dando prioridade à criação de empregos decentes, mobilização que deverá acontecer, em particular, em prol da luta contra o desemprego dos jovens.

Nos parece também que a Rio+20 deve ser a ocasião para que seja lançado o processo que conduzirá à adoção dos Objetivos Universais de Desenvolvimento Sustentável, que irá tirar lições dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, com uma primeira lista indicativa de temas. Para serem concretas, essas exigências devem apoiar-se em ferramentas adaptadas. A Rio+20 deve ser uma oportunidade de comprometimento com a adoção de novos indicadores de crescimento que complementem o PIB, levando em conta outros valores tais como os serviços oferecidos pelo ecossistema, que de outra forma continuarão a ser sacrificados.

Rio+20 deve também implementar, imediatamente, as seguintes estruturas de governança necessárias para garantir que essas diretrizes sejam realmente aplicadas: a criação de uma Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, atualmente, o pilar restante para o desenvolvimento sustentável em nível mundial e uma reivindicação da sociedade civil há mais de dez anos apoiada por mais de 120 países; a implementação simultânea de uma governança global transversal dos três pilares do desenvolvimento sustentável, que garanta a interação e seja a ocasião de mobilizar conjuntamente os ministros das Finanças, dos Assuntos Sociais e do Meio Ambiente; por fim, a necessidade de garantir a participação plena do conjunto da sociedade civil nesta nova governança, proposta pela França, alterando seu status atual de observador passivo para o de ator pleno na elaboração das decisões tomadas. Reconhecer plenamente o papel essencial das comunidades locais, das cidades e regiões, dos sindicatos, empresas, ONGs, mulheres, jovens, povos indígenas será um teste de modernidade e de ambição para a Rio+20.

O que mudou ao longo dos últimos 20 anos?

Em 1992, o mundo conheceu um novo otimismo. Estamos agora em meio a uma profunda crise global que afeta a todos nós. A urgência de agir, de demonstrar nossa confiança no sistema das Nações Unidas e a nossa solidariedade é ainda ▸

mais forte. Em 1992, alguns ainda duvidavam da urgência climática e do esgotamento dos recursos naturais. Adotamos algumas medidas fortes, adiando sobretudo as questões de governança para mais tarde. Rio+20 não pode ter dúvidas. As evidências científicas estão aí. O clima, a biodiversidade, a terra, os oceanos e as florestas estão em perigo. Entre as mulheres e também os homens, os mais pobres são os mais afetados pela degradação ambiental, como ilustra o relatório do PNUD 2011. Rio+20 deve ser uma cúpula de decisão e de ação para manter o dinamismo dos Chefes de Estado ao longo dos próximos anos.

Quais são as medidas adotadas pelo governo francês em políticas de desenvolvimento sustentável?

A França adotou em 2010 sua segunda estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, resultado de uma ampla negociação com o conjunto da sociedade civil. Ela orienta a atividade de todos os setores do governo, cada ministério dispondo de sua própria estratégia. Quanto à estratégia nacional, ela se insere num quadro mais amplo, europeu, voltado para o horizonde de 2020 e tem suas ações centralizadas em um ministério, o do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que abrange também as questões de transporte, energia e oceanos. Esse dispositivo foi validado pelo novo governo francês, récem-eleito, com engajamento pessoal do Presidente da República em favor do desenvolvimento sustentável e a prioridade dada às transições energéticas e ecológicas indispensáveis para que os objetivos sejam alcançados.

Como o senhor avalia a interação entre o governo francês e as empresas em seu país?

Nós queremos mobilizar ativamente todos os setores da nossa sociedade civil em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, nossas empresas têm um papel importante a desempenhar. Elas estão na vanguarda da inovação em diversos setores cruciais para o desenvolvimento sustentável como água, transportes, planejamento urbano, gestão dos recursos. Elas dispõem de uma experiência internacional, com numerosas parcerias em todo o mundo e realizações exemplares. Isto é o que poderá ser visto no pavilhão da França na Rio+20 com o tema "Cidades e Territórios Sustentáveis". Espaço interativo para debates, reuniões, lá será mostrado ativamente a concepção da França sobre o desenvolvimento sustentável por meio de exemplos concretos mundo afora, conquistas sempre obtidas com a colaboração dos diversos atores da sociedade civil.

Há parceria entre os países desenvolvidos e emergentes em prol da sustentabilidade?

Países desenvolvidos e emergentes podem evidentemente desempenhar juntos um papel mais amplo para acelerar a implementação das práticas do desenvolvimento sustentável. Primeiramente porque os exemplos de boas práticas e seu sucesso estão por toda parte. São muitas as empresas francesas, as ONGs, as comunidades, mas também os parceiros sociais, os jovens e os cientistas que já estão cooperando, nos países emergentes, neste campo com seus homólogos. Essa parceria já está nascendo por meio de ações concretas. A responsabilidade de nosso país é de simplificar trabalho deles, incentivando suas inovações, oferecendo-lhes perspectivas de longo prazo, sinais claros e segurança. Isto é o que deve e pode ser a Rio+20. Além disso, nossos países compartilham uma convicção comum, a da necessidade de lutar contra a pobreza. E nós já acordamos em fóruns internacionais, recentemente em Busan, no âmbito do G20, nossa parceria em torno, sobretudo, do apoio aos países mais pobres. É preciso dar substância a esse compromisso, pois o desenvolvimento sustentável dos mais pobres é também o nosso desenvolvimento sustentável.

Como o comércio internacional está sendo afetado?

O comércio mundial tem tudo a ganhar com o progresso do desenvolvimento sustentável; e tudo a perder com o seu fracasso. O desenvolvimento sustentável baseia-se na solidariedade, na abertura, na cooperação e nos intercâmbios. Produzir de forma diferente, consumir de outro modo é bom para o comércio mundial, pois permite que ele se beneficie plenamente de um novo conceito de crescimento. Enquanto a economia atual, predadora de recursos naturais, estiver condenada, o comércio internacional será uma das primeiras vítimas.

Em referência aos países mais pobres que buscam se desenvolver economicamente, como torná-los conscientes da importância do desenvolvimento sustentável como ferramenta para reduzir a pobreza?

Quem ainda pode pensar que é possível se salvar sozinho num mundo globalizado onde o meio ambiente e a economia demonstram, dia a dia, a nossa profunda interdependência? Além do fato de a exigência de desenvolvimento sustentável ser ponto pacífico há vinte anos, toda experiência acumulada desde então mostra que nossa hesitação em nos comprometermos agravou os problemas. Esta é, inclusive, a mensagem transmitida de forma inequívoca pelos mais pobres e mais vulneráveis da comunidade internacional. Podemos ignorar a voz da União Africana ou dos pequenos países insulares em desenvolvimento? Continuar a hesitar, não fazer nada, seria condenar coletivamente o planeta a se tornar uma nova "Balsa da Medusa" [referência à tela de Théodore Géricault, "Radeau de la Méduse", que retrata um grupo de náufragos que enfrentou a desidratação, a loucura e até o canibalismo].

Qual é a importância para o Brasil realizar esta Conferência?

O Brasil é hoje um anfitrião ideal para receber um evento de tal porte e garantir seu sucesso: por sua experiência e êxito obtidos há vinte anos; por ser um país multicultural; por ter uma sociedade civil forte, exigente; por ser um país jovem e de futuro, ávido de inovação; pelo sucesso obtido em questões econômicas e

França em dados

CAPITAL E CIDADE MAIS POPULOSA	Paris
LÍNGUA OFICIAL	Francês
GOVERNO	República Unitária Semipresidencialista Presidente: François Hollande
CRIAÇÃO DO ESTADO FRANCÊS	843 (Tratado de Verdun)
ÁREA	- Total: 675.417 km² - Água: 0,26 %
POPULAÇÃO	Est./2011: 65.350.181 hab Densidade: 115 hab/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2011 (USD)	Total: $ 2.776.324 Milhões Per capita: $ 44.008
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2008): 28,9 (baixo) IDH (2011): 0,884 (muito elevado) Esperança de Vida: 80,7 anos Mortalidade Infantil: 4,2 /1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	EURO (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	FRA
CÓDIGO NA INTERNET	.fr
CÓDIGO TELEFÔNICO	+33
WEBSITE	www.elysee.fr

Frederic de la Mure

CANAL DE NAVEGAÇÃO NA REGIÃO DA BOURGOGNE - UTILIZADO PARA O TRANSPORTE DE MORADORES E MERCADORIAS E PELOS TURISTAS QUE TAMBÉM APROVEITAM AS PISTAS NO SEU ENTORNO PARA PEDALAR

Frederic de la Mure

CASA DE MADEIRA NOS ARREDORES DE PARIS

na luta contra a pobreza, graças a medidas que conciliam aspectos econômicos, sociais e ambientais, como o Bolsa Verde ou Bolsa Família; por fim, pelo comprometimento das autoridades em mais alto nível de Estado. Com o apoio de sua diplomacia de alta qualidade, o país pode tirar a comunidade internacional de sua hesitação e ambiguidades sobre o desenvolvimento sustentável. É preciso assumir plenamente a necessidade de se abordar, ao mesmo tempo, no mesmo nível de importância, as dimensões econômicas, sociais e ambientais de nossas sociedades, sem negligenciar nenhuma delas, superando assim uma abordagem binária ultrapassada que opõe o "Norte" e o "Sul", reconhecendo a nova diversidade do mundo; uma diversidade feita de países desenvolvidos, de grande países emergentes e de países ainda muito pobres na construção de uma nova parceria global a favor sobretudo destes últimos.

Há parcerias entre os governos francês e brasileiro neste campo?

O Brasil e a França assinaram uma parceria estratégica que abrange muitos temas que têm uma forte ligação com o desenvolvimento sustentável. Um dos mais emblemáticos envolve a região amazônica, com cerca de 200 projetos de pesquisas que associam especialistas franceses e brasileiros em temas que vão da valorização florestal, sobretudo no âmbito energético, ao conhecimento e à proteção de ecossistemas, da observação por satélite da floresta para fins de conhecimento e de melhor gestão. Toda nossa política de fronteira entre o Brasil e Guiana Francesa está focada no desenvolvimento sustentável. Em outra ordem de idéias, a parceria estratégica pautou sua agenda no transporte sustentável, no planejamento urbano, nas políticas públicas de saneamento e gestão da água e de energia. São nestas áreas que a Agência Francesa de Desenvolvimento atua no Brasil. A saúde é outro grande capítulo da nossa cooperação bilateral (grandes doenças endêmicas, políticas públicas...). Por fim, inúmeras cooperações também destacam o papel que o Brasil e a França podem desempenhar, em conjunto, em favor dos países mais pobres, especialmente na África.

A crise financeira pode dar importância secundária para o debate sobre desenvolvimento sustentável?

Seria um algo pior do que o mal atual. O desenvolvimento sustentável é parte essencial da resposta à crise. É ele quem pode fornecer novos mecanismos para o crescimento indispensável, ao levar em consideração os limites do planeta, reconhecendo plenamente o papel fundamental das mulheres e dos homens, de sua inventividade e solidariedade. ■

Compromisso suíço para a sustentabilidade

Ministra do Meio Ambiente da Suíça confirma presença na Rio+20

Beat Schweizer

DORIS LEUTHARD, MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE, ENERGIA E COMUNICAÇÕES

A Suíça é conhecida pelo histórico perfil de neutralidade. Mas, quando o tema tratado pelo governo deste país europeu é o desenvolvimento sustentável, o discurso em prol de uma participação efetiva internacional ganha destaque. O país busca ter voz ativa em diversos foros pelo mundo e assume compromissos em políticas que visem a redução da pobreza e a melhorias no meio ambiente. A ministra do Meio Ambiente, Transporte, Energia e Telecomunicações da Suíça, Doris Leuthard, virá ao Brasil na qualidade de representante do governo e tem boas perspectivas para o encontro.

A ministra conversou com a Revista Missão Empresarial – Edição Especial Rio+20, e disse, entre outros assuntos, que defende maior integração entre os países desenvolvidos e emergentes. “Os países desenvolvidos aprenderam ao longo do tempo que é muito mais custoso reverter os danos ambientais do que se prevenir contra eles. É por isso que é de interesse dos países em desenvolvimento embarcar no caminho do desenvolvimento sustentável imediatamente para evitar os erros que foram cometidos pelos países desenvolvidos”. Confira a seguir os principais trechos da entrevista enviada de seu gabinete na Suíça:

O que a Suíça espera da Rio+20?

DORIS LEUTHARD - A Suíça está comprometida em trabalhar de forma construtiva para o sucesso e os resultados ambiciosos da Conferência Rio+20. A Conferência deve renovar e fortalecer o compromisso político do desenvolvimento sustentável. Além disso, a Suíça está convencida de que a Rio+20 pode ser um importante marco na transição para uma economia verde que contribui para um desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Então, nós propusemos o estabelecimento do Mapa Internacional da Economia Verde, que contém medidas e metas. Em relação ao segundo tema do encontro, o fortalecimento de instituições internacionais a cargo de questões sobre o desenvolvimento sustentável, nós propomos, por um lado, reforçar a governança para desenvolvimento sustentável formando o Conselho para o Desenvolvimento Sustentável que substitui a já existente Comissão para o Desenvolvimento Sustentável. Este conselho deverá ser mais bem equipado para monitorar o progresso e atingir o desenvolvimento sustentável, por exemplo, através de revisões de ponta a ponta.

Por outro lado, nós propomos medidas concretas para reformar o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas para fortalecer o regime ambiental internacional.

Para a senhora, o que mudou no campo do debate ambiental nos últimos 20 anos?

DORIS LEUTHARD - Os resultados da Rio92, como a Agenda 21 e a Declaração do Rio representaram um marco nas decisões de política internacional.

Eles não apenas influenciaram o debate internacional, mas, também, a política de desenvolvimento sustentável. Há casos de sucesso nas políticas internacionais de meio ambiente como a proteção da camada de ozônio ou a luta contra a poluição do ar.

Contudo, é evidente que muitos problemas ainda existem ou se tornaram mais urgentes e que estamos muito distantes de encontrar uma solução sustentável. Estamos certos de que a Rio+20 não ficará atrás da Rio92, nos levando ao futuro que almejamos.

Quais são as medidas adotadas pelo governo suíço para melhorar as políticas de sustentabilidade?

DORIS LEUTHARD - A Suíça desenvolve ações na maioria das principais áreas do desenvolvimento sustentável e o compromisso do governo

tem crescido nos últimos 20 anos. Entre as medidas, o governo federal da Suíça adotou quatro estratégias de sustentabilidade desde 1992.

Elas identificam áreas e medidas concretas para o avanço da implementação do desenvolvimento sustentável na Suíça. Somado a isso, o desenvolvimento sustentável foi ancorado na Constituição Federal em 1999.

Além disso, nós estabelecemos mecanismos de governança como o "Comitê Interdepartamental para o Desenvolvimento Sustentável" para coordenação horizontalizada, o "Fórum para o Desenvolvimento Sustentável" para uma coordenação verticalizada e o "Diálogo para o Desenvolvimento Sustentável" para a participação de colaboradores. A Suíça tem, também, colocado em prática um mecanismo de monitoramento, abrangente, controle e avaliação para a estratégia de desenvolvimento sustentável incluindo metodologia de assessoramento em sustentabilidade em nível de projeto.

Como o governo suíço interage com as empresas suíças no campo da sustentabilidade?

DORIS LEUTHARD - O principal papel do governo suíço é criar condições apropriadas que permitam com que empresas conduzam os seus negócios em um clima amigável para a sustentabilidade e para o meio ambiente. Um conjunto de regulações e instrumentos mercadológicos assim como medidas voluntárias são necessárias.

Além disso, o governo suíço, frequentemente, trabalha de forma direta com empresas e instituições privadas. O Euro 2008 é um bom exemplo. A Eurocopa de 2008 foi o primeiro torneio de futebol que apresentou uma estratégia de sustentabilidade integrada que ajudou a oferecer diretrizes para outros grandes eventos futuros.

A estratégia era baseada em três grandes objetivos em desenvolvimento sustentável - meio ambiente, economia e sociedade / cultura - e continha quase 60 medidas divididas em 12 tópicos. Essas medidas foram implementadas tanto pela Euro 2008 SA - companhia responsável por organizar o torneio - quanto pelo setor público, em particular os países e cidades anfitriões, assim como por outras organizações privadas. Publicado em novembro de 2008, o Relatório de Sustentabilidade da Eurocopa 2008 demonstra como os objetivos traçados na estratégia de sustentabilidade foram alcançados, e formula propostas para demais eventos no futuro.

Em sua opinião, países desenvolvidos deveriam trabalhar em conjunto com países emergentes para elaborar um projeto mais integrado relacionado a questões ambientais e de desenvolvimento sustentável?

DORIS LEUTHARD - A Suíça considera muito importante a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Países emergentes representam um papel importante na política internacional. Por isso, a Suíça considera relevante que os países emergentes contribuam de forma construtiva para o debate internacional, assumam as suas responsabilidades e mostrem forte liderança nas questões sobre desenvolvimento sustentável.

Como o comércio internacional pode ser afetado com os avanços do debate sobre a sustentabilidade?

DORIS LEUTHARD - O comércio internacional de bens e serviços e os investimentos internacionais têm efeitos positivos e negativos no meio ambiente. Dessa forma, as questões ▸

FDFA, Presence Switzerland

VISTA DE ZURIQUE

"Qualquer desenvolvimento que acontece aos custos da degradação ambiental ou que aumenta as desigualdades sociais não é sustentável no longo prazo. Isso leva a ganhos no curto prazo, mas reduz oportunidades no futuro e causa danos em diferentes níveis"

DORIS LEUTHARD
Ministra do Meio Ambiente da Suíça

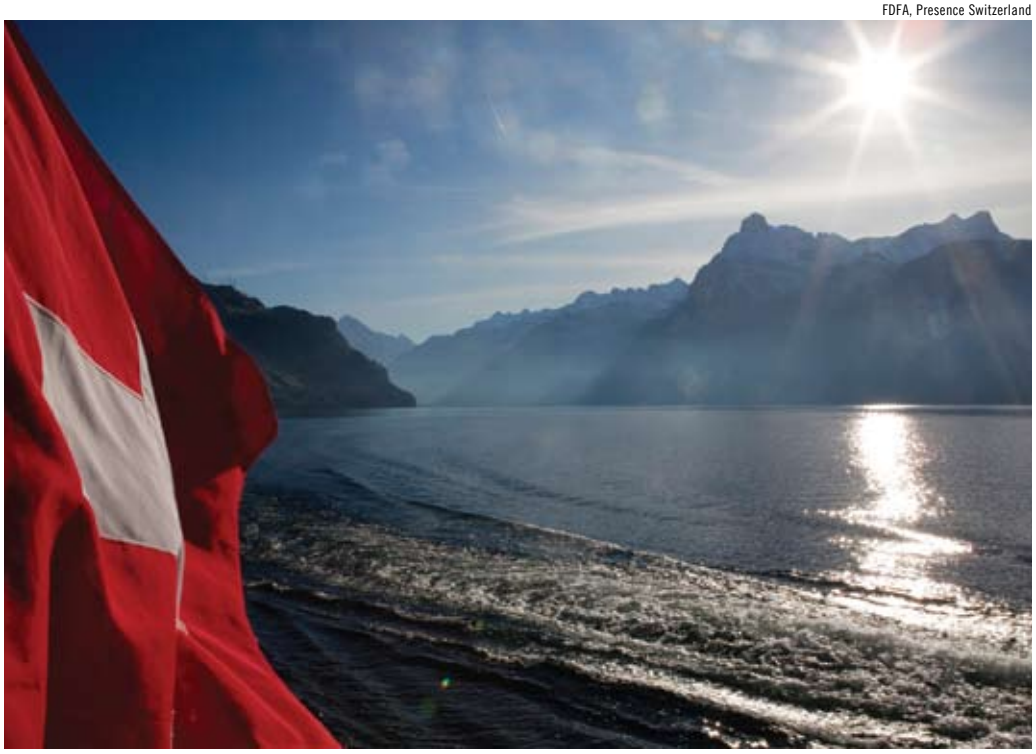
O mundo não é somente um lugar para negócios. É também o nosso lar. Problemas mundiais como crescimento populacional, qualidade nutricional, mudanças climáticas e consumo de energia, também fazem parte dos desafios da Bühler. Nós somos arquitetos de processos sustentáveis e de criação de valor para alimentos e materiais. Como parceira global em tecnologia para o processamento de grãos e fabricação de alimentos, a Bühler está comprometida no desenvolvimento inovador, que possibilita o uso mais eficiente de matérias-primas e de energia. Com a racionalização de recursos, garantimos benefícios aos nossos clientes e às gerações futuras. Bühler, inovações para um mundo melhor.

www.buhlergroup.com

Innovations for a better world.

BÜHLER

FDFA, Presence Switzerland



SOBRE O LAGO LUCERNA

ambientais devem se refletir nas políticas de comércio para garantir que as trocas comerciais e a proteção ambiental sejam componentes de ajuda mútua de uma economia verde.

A Rio+20 é uma oportunidade para concretizar os potenciais resultados para a economia verde, como a abertura de mercados para tecnologias verdes, promoção e disseminação de inovações.

Para contribuir para o avanço do debate sobre sustentabilidade no campo do comércio e meio ambiente, a Suíça tem organizado diversos workshops com a UNCTAD (Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) entre pessoas envolvidas no processo da Rio+20. Os workshops ajudam países, em particular as nações em desenvolvimento, a identificar oportunidades assim como ameaças relacionadas às interligações de comércio e meio ambiente.

A Suíça, assim como um número crescente de países, está comprometida em simplificar as disposições existentes nas negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio), acordos de livre-comércio e acordos de proteção ao investimento para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A Suíça apoia a ajuda aos países mais pobres para que estes encontrem meios de desenvolver as suas economias dentro do conceito de sustentabilidade?

DORIS LEUTHARD - Qualquer desenvolvimento que acontece aos custos da degradação ambiental ou que aumenta as desigualdades sociais não é sustentável no longo prazo. Isso leva a ganhos no curto prazo, mas reduz oportunidades no futuro e causa danos em diferentes níveis.

Os países desenvolvidos aprenderam ao longo do tempo que é muito mais custoso reverter os danos ambientais do que se prevenir contra eles. É por isso que é de interesse dos países em desenvolvimento embarcar no caminho do desenvolvimento sustentável imediatamente para evitar os erros que foram cometidos pelos países desenvolvidos.

Países em desenvolvimento podem, dessa forma, se beneficiar do conhecimento e tecnologia desenvolvidos nos últimos anos para terem avanços que trarão lucros a todas as pessoas, especialmente aos pobres e vulneráveis, e protegerão o meio ambiente.

Para a senhora, qual é o peso do Brasil nesse processo?

DORIS LEUTHARD - O Brasil, como país anfitrião da Rio+20, tem um papel especial. O país deve ter uma visão clara para um resultado ambicioso e assumir um papel ativo no avanço construtivo nas discussões e negociações. Consideramos importante que o Brasil lidere pelo exemplo. A Suíça se dispõe a apoiar o Brasil nessa empreitada.

A Suíça tem parcerias governamentais na área de sustentabilidade?

DORIS LEUTHARD - A nossa Constituição delineia questões de sustentabilidade como redução da pobreza e proteção ao meio ambiente como centro da nossa política externa. Em nossa cooperação bilateral, nós temos projetos relacionados às questões de sustentabilidade. Por exemplo, a Suíça apoia financeiramente um projeto piloto de reciclagem de geladeiras usadas no Brasil para reduzir as emissões de gases poluentes que contribuem maciçamente para a deterioração da camada de ozônio e para o aquecimento global. Em foros multilaterais, mantemos uma estreita cooperação com vários Estados, como, por exemplo, na Ásia Central, e colaboramos para o avanço das questões sobre sustentabilidade.

Como a crise internacional influi no debate sobre a sustentabilidade e meio ambiente?

DORIS LEUTHARD - O conceito de sustentabilidade está no centro do debate sobre a crise financeira internacional. No entanto, enquanto as preocupações sobre a atual crise requerem soluções de curto prazo, as discussões em longo prazo sobre a sustentabilidade permitem enfrentar questões como erradicação da pobreza e proteção ambiental. ■

FDFA, Presence Switzerland

EDIFÍCIO COM PAINÉIS SOLARES EM BERNA

Mais economia verde, menos pobreza

EMBAIXADOR FRANZ XAVER PERREZ
Chefe da delegação suíça na Rio+20

Nós, alegremente, aceitamos muitos dos vários clichês relacionados à Suíça. Afinal, nós não estamos questionando o fato de a Suíça produzir relógios, chocolate e queijos de alta qualidade. Gostamos de associar a credibilidade e a pontualidade aos valores suíços. Os Alpes são, sem dúvida, altos (mesmo que existam montanhas mais altas) e a qualidade do ar também supera as expectativas. Outros clichês são menos agradáveis e risíveis. Não, os relógios cuco não são de origem suíça. Nós não os produzimos, nem os colocamos em nossas paredes de casa. Todos sabem que a Suíça é um país próspero e tem um importante papel no setor financeiro. No entanto, poucas pessoas percebem que esta prosperidade não se dá apenas graças ao setor bancário, mas, predominantemente, graças ao sólido setor industrial. Neste sentido, a Suíça é um "país normal". Talvez, de alguma maneira, o seu sucesso seja incomum - e isso, certamente, não o diminui. Em todos os rankings, a Suíça aparece entre as nações mais competitivas e inovadoras do mundo.

Os suíços estão comprometidos com o conceito de sustentabilidade. Eles têm, por exemplo, uma das mais densas redes de transporte público. Eles construíram dois túneis para trens (Lötschberg e Gotthard) através dos Alpes, criando um eixo Norte-Sul através da Europa e facilitando a promoção de um transporte público na Europa mais sustentável. Além disso, a Suíça planeja interromper a produção de energia nuclear nas próximas duas décadas. A consciência ambiental, aliada à capacidade de inovação, conduz o setor de tecnologia limpa a um rápido desenvolvimento, o mais rápido de todos os setores tecnológicos do país.

O conceito de sustentabilidade está contido na Constituição da Suíça sob várias formas e não está restrito apenas à ecologia. Ele apela para o reforço do bem-estar comum e estimula o desenvolvimento sustentável, coesão interna e diversidade cultural. Ele também ambiciona assegurar a preservação dos recursos naturais em longo prazo e fomenta uma ordem mundial justa e pacífica.

O setor privado e o compromisso da sociedade civil

As empresas suíças estão na vanguarda das corporações que expressam um compromisso para o desenvolvimento susten-

tável. Com federações de indústrias nacionais como a Netzwerk für ökologisches Wirtschaften (Rede de Negócios Suíços para Sustentabilidade) e a Swisscleantech, a Suíça tem organizações que apoiam e reforçam os esforços para a sustentabilidade no setor privado. Muitas empresas suíças buscam produtos e processos de produção sustentáveis. Por exemplo: as maiores redes varejistas são, também, as maiores promotoras de venda de produtos com selos ecologicamente corretos. Ao implementar medidas de forma voluntária, dentro das especificações da lei suíça sobre as emissões de carbono, as empresas do país (muitas delas assinaram o Pacto Global das Nações Unidas) estão dando importante contribuição, auxiliando a Suíça a alcançar os seus objetivos no âmbito da proteção climática.

No entanto, nota-se que em termos absolutos, o estado das coisas na Suíça está longe de ser sustentável. As pegadas ecológicas nos mostram que a Suíça consome quase três vezes mais recursos ambientais do que necessita para ser globalmente sustentável em longo prazo.

Além disso, os requisitos para um rápido crescimento dos países do hemisfério sul, especialmente os países emergentes, irão provavelmente, aguçar conflitos em torno dos recursos e bens ambientais e aumentar, ainda mais, a necessidade de redução de consumo em países como a Suíça. Nos últimos 20 anos, a Suíça tem feito avanços significativos em direção ao desenvolvimento sustentável no âmbito institucional, político e social. No entanto, há ainda a necessidade de ação numa variedade de novas frentes.

O governo suíço implementa a política de desenvolvimento sustentável através de estratégias atualizadas regularmente. A Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável 2012-2015, que foi adotada no início de 2012 em conexão com a Rio+20, inclui as seguintes medidas:

REGULAÇÃO DE EMISSÃO DE CO2 PARA CARROS: Esta medida estipula a redução das emissões de CO_2 para todos os carros para aproximadamente 130 g por quilômetro até 2015 e está contida na lei do carbono. No primeiro ano (2012), 65% em média dos novos carros importados devem atingir esta meta. Se isso não ocorrer, as montadoras e importadores sofrerão sanções. Toda a renda oriunda dessas sanções será repassada para o público geral.

PROGRAMA ENERGIESCHWEIZ: EnergieSchweiz é o programa de intervenção para a eficiência energética e energias renováveis. A confederação, os cantões, os municípios, as organizações ambientais e de consumo e os atores principais estabelecem parcerias e implementam medidas voluntárias em conjunto. O objetivo é aumentar o percentual de compartilhamento de energias renováveis para, pelo menos, 50% entre 2011 e 2020.

FORTALECIMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO: O apelo para o transporte público de passageiros e transporte de carga sobre trilhos deve ser intensificado ou, pelo menos, permanecer no estágio atual. Para atingir este objetivo, projetos de expansão devem ser concretizados, financiamentos em longo prazo assegurados, acesso a uma rede não-discriminatória de transportes de cargas trans-europeia garantida e uma transição estrada/rodovia efetuada.

CONSTRUÇÃO CIVIL SUSTENTÁVEL: O setor de construção é de particular importância devido aos investimentos anuais de cerca de 57 bilhões de francos suíços. Para promover as várias atividades na área de construção sustentável de forma objetiva, a Confederação contrata obras e serviços que atendam a elevadas exigências econômicas, sociais e ambientais em todo o seu processo de duração. Essa ação influencia as normas e regulamentos no setor de construção e, também, gerencia o seu extenso portfólio imobiliário de acordo com os critérios de desenvolvimento sustentável.

PLANO MESTRE PARA TECNOLOGIA LIMPA: O Plano Mestre para a Tecnologia Limpa da Suíça objetiva impulsionar a capacidade de inovação da economia do país, em particular, agregando um conjunto de recursos e a coordenação aprimorada entre os vários atores. Cantões, universidades e o setor privado são convidados a implementar as atividades recomendadas no Plano-Mestre e coordená-las com a Confederação.

HABITAÇÃO SOCIAL: O governo especificamente apoia o desenvolvimento da habitação social oferecendo incentivos fiscais à empresas, sem fins lucrativos, e que devem, em contrapartida, preencher rigorosas exigências tais como, o respeito à ecologia, construção com eficiência energética e acesso fácil.

COMBATE À POBREZA E PROMOÇÃO DA ECONOMIA VERDE: A Suíça aumentou a sua participação na assistência ao desenvolvimento público para 0,5% do PIB. O principal foco de seu comprometimento internacional com os países em desenvolvimento/emergentes é o combate à pobreza, em particular, pelo cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. A questão chave é apoiar programas para uma economia verde no campo da ▶

Suíça em dados

CAPITAL	Berna
MAIOR REGIÃO METROPOLITANA	Zurique
LÍNGUA OFICIAL	Alemão, francês, italiano e romanche
GOVERNO	República Federal Conselho Federal Suíço Presidente - Eveline Widmer - Schlumpf
DATA DE FUNDAÇÃO	1 de Agosto de 1291
ÁREA	- Total: 41.285 km² - Água: 4,2%
POPULAÇÃO	Est./2010: 7.866.500 hab Censo 2000: 7.452.075 hab Densidade: 188 hab./km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2011 (USD)	Total: $ 321.898 bilhões Per capita: $ 45.265
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2000): 33,7 médio IDH (2011): 0,903 – muito elevado Esperança de Vida: 81,7 anos Mortalidade Infantil: 4,1/1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	Franco suíço (CHF)
CODIFICAÇÃO ISO	CHE
CÓDIGO NA INTERNET	. ch
CÓDIGO TELEFÔNICO	+41
WEBSITE	www.admin.ch

FDFA, Presence Switzerland

TREM INTERURBANO NO VIADUTO DE GRANDFEY PERTO DE FRIBURGO

"De acordo com o Relatório de Bruntland, a Suíça está em defesa do desenvolvimento que garante que as necessidades da geração de hoje irão se encontrar com as necessidades das futuras gerações, sem causar problemas para as últimas"

agricultura sustentável e segurança alimentar, água, energia, meio ambiente, proteção climática e biodiversidade.

Consideráveis progressos feitos

Vamos falar sobre o Rio: tanto o Brasil quanto a Suíça traçaram um longo caminho desde a primeira Conferência realizada no Rio há 20 anos. O Brasil deu cruciais passos em direção à redução da pobreza. A Suíça, também, encarou as suas obrigações firmemente e caminhou para a sustentabilidade. A Suíça está participando da Rio+20 por princípio. Esta conferência é uma ótima e rara oportunidade para fortalecer a cooperação internacional no campo da sustentabilidade.

A Suíça se foca em objetivos específicos e resoluções pertinentes para uma economia verde e para a governança assim como a sua implementação. Conforme o Relatório de Brundtland, a Suíça almeja um desenvolvimento que garanta que as necessidades da atual geração sem colocar em risco as oportunidades das futuras gerações de satisfazer as suas próprias. A subsistência deve ser assegurada em condições justas. O encontro das necessidades básicas, particularmente para os mais pobres, representa um bom precedente.

A economia verde como contribuição para o desenvolvimento sustentável

A Suíça celebra o fato de que a reestruturação da economia e a integração prática das três dimensões do desenvolvimento sustentável estão na agenda do Rio. A "economia verde" representa um sistema econômico que continua a gerar lucro para a produção de bens e serviços. No entanto, isso deveria acontecer usando, significativamente, menos recursos e energia, e com um reduzido impacto ambiental. Entre outras coisas, a Suíça também quer que os custos externos dos danos ambientais sejam repassados ao preço final dos produtos, criando assim incentivos para um processo produtivo mais limpo. Ao mesmo tempo, deve-se dar atenção à justiça social, pois não é possível alcançar o desenvolvimento sustentável sem lutar por um maior equilíbrio social.

No entanto, o governo não somente pretende fazer demandas aos outros países por uma economia mais verde, mas, também, exigir o cumprimento delas em nosso país. A Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável 2012-2015 é definida através disso. Ela inclui uma série de medidas para a economia verde acordadas no segundo semestre de 2010. A intenção é aumentar a eficiência da informação e das tecnologias de comunicação, aprimorar as informações sobre os impactos ambientais dos produtos, evitar falsos incentivos, tornando o sistema tributário mais ecologicamente amigável, e integrar informação ecológica com medidas de bem-estar social. ■

MAIS INFORMAÇÕES:

- Plataforma suíça para a Rio+20: http://rio20.ch/en/
- Rio SDC Website (Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação): http://www.deza.admin.ch/en/Dossiers/Rio_20
- Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável: http://www.are.admin.ch/themen/nachhaltig/00262/00528/index.html?lang=en
- Departamento Federal do Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações http://www.uvek.admin.ch/index.html?lang=en

Madeira certificada e energia renovável

Com um projeto pioneiro, o Grupo Precious Woods maneja a floresta de forma sustentável e aproveita o resíduo proveniente do beneficiamento das toras para gerar energia renovável, abastecendo 50% de uma cidade com cerca de 80 mil habitantes do interior do Amazonas.

INVENTÁRIO - IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DAS ESPÉCIES

O Grupo Precious Woods (PW) é uma corporação empresarial de capital aberto na bolsa de valores de Zurique-Suíça. A Matriz, localizada em Zurique, coordena os projetos realizados por suas filiais, que têm suas sedes na América Central, África Central e América do Sul.

Na América Central, o trabalho é realizado em Guanacaste – Costa Rica. Nessa região, o grupo teve seu primeiro desafio, implantar um projeto de reflorestamento de espécies nativas e exóticas.

Na África Central, o grupo realiza um trabalho com princípios de Manejo Florestal. A Precious Woods Gabão iniciou o primeiro plano abrangente para a gestão florestal, influenciando a legislação da região a manejar a floresta de forma sustentável.

Intervenção planejada

No ano de 1994, o grupo iniciou suas atividades no Brasil, através da Precious Woods Amazon (PWA), com o grande desafio de provar que era possível realizar projetos florestais sustentáveis de impacto ambiental reduzido na Amazônia, contribuindo para a melhoria das condições de vida do povo da região.

Com um projeto pioneiro na extração de produtos florestais madeireiros, em 1997, tornou-se a primeira empresa de Manejo Florestal em operação na Amazônia a ser certificada de acordo com os rigorosos princípios e critérios da certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*®).

A empresa sempre busca manejar a floresta de maneira responsável, com sustentabilidade dos recursos naturais e compromisso social. É reconhecida por entidades do mundo inteiro por realizar um Manejo Florestal Sustentável de impacto reduzido.

O Manejo Florestal realizado pela empresa ocorre em três fases.

A primeira é realizada antes da colheita, que é o Inventário Florestal. Nessa fase é feito o levantamento das espécies comerciais e protegidas, onde cada árvore que possui diâmetro à altura do peito (DAP) superior a 40 cm são identificadas com placas e informações de localização, a equipe responsável também faz um minucioso mapeamento da área. Todas as árvores possuem coordenadas geográficas onde juntas compõem boa parte do banco de dados da empresa. Atualmente, são colhidas mais de 60 espécies diferentes de madeira, diminuindo a pressão e afastando o risco de extinção das espécies mais valiosas e procuradas no mercado.

A segunda fase ocorre durante a colheita, na operação de corte, há uma responsabilidade da equipe em direcionar a queda das árvores para causar o menor impacto possível e não danificar as árvores preservadas ou de grande porte que não estejam selecionadas. Já na operação de pré-arraste, a tora é envolvida por um cabo de aço e guinchada por um trator de esteira até a trilha de arraste. Na operação de arraste, um trator equipado com pinça (Skidder) transita apenas nas trilhas já abertas na operação anterior, assim evitando que o mesmo cause aberturas excessivas na floresta. Esta operação é responsável por levar as toras até o pátio florestal, para que sejam devidamente empilhadas, facilitando a sua identificação e carregamento.

O pré-arraste juntamente com o arraste formam um sistema diferencial utilizado pela empresa, pois evita que as máquinas façam aberturas desnecessárias na floresta e causem uma maior compactação no solo, desta forma o banco de sementes, essencial para regeneração da floresta, fica protegido.

A operação de transporte de toras para a indústria é a etapa final do sistema responsável pelo controle de origem das toras. Todo caminhão antes de sair da floresta deve parar no escritório móvel da empresa, onde obterá através do sistema do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Documento de Origem Florestal (DOF), que acompanha a carga até a indústria.

A terceira e última fase do processo ocorre após a colheita, onde a empresa emite o relatório de atividades para o IBAMA. Dessa Maneira, fica evidenciada a quantidade de toras colhidas e toda a infraestrutura da Unidade de Produção Anual (UPA). Um dos principais diferenciais do Manejo Florestal da empresa é ▸

PREPARAÇÃO DAS TORAS PARA O TRANSPORTE NO PÁTIO FLORESTAL

COLHEITA - DIRECIONAMENTO DAS QUEDAS COM O MÍNIMO DE IMPACTO

que seu aproveitamento florestal é em média de 17m³/ha.

Com uma estrutura completa para o beneficiamento da madeira, nossa linha de produtos inicia-se com a madeira serrada bruta, indicada para construção civil, naval, caixarias, pallets, embalagens, postes, mourões, dormentes, entre outros, tal como também o fornecimento de madeira seca em estufa e/ou aplainada para usos internos e externos, servindo de matéria-prima para carpintarias, movelarias, produção de instrumentos, deckings, pisos, molduras e batentes.

Máximo aproveitamento

Os resíduos de madeira gerados no processamento da serraria são utilizados como "combustível" para mover a turbina a vapor da Usina Termoelétrica BK Energia Itacoatiara LTDA, com capacidade de 9 MWh. A BK Energia gera eletricidade para 50% da população da cidade de Itacoatiara-AM.

Vale ressaltar que esta energia elétrica gerada pelo resíduo da madeira processada na serraria, originária do Manejo Florestal Certificado, é uma forma de contribuição direta para o meio ambiente, pois à medida que é fornecida energia elétrica para a cidade, evita-se que o óleo diesel (combustível fóssil altamente poluente e não renovável) seja consumido por uma usina termoelétrica, contribuindo para a redução das emissões dos gases do efeito estufa (CO_2 e CH_4).

USINA TERMOELÉTRICA EM ITACOATIARA - ELETRICIDADE PARA 50% DA POPULAÇÃO A PARTIR DE RESÍDUOS DE MADEIRA

Já o resíduo da madeira processada na serraria possui um ciclo sustentável, pois a regeneração natural da floresta e os próximos ciclos do Manejo garantem a renovação desta matéria prima.

A empresa conta com uma política socioambiental com direcionamento na missão social dos colaboradores e no relacionamento com a comunidade local. As ações realizadas pelos programas socioambientais da empresa têm seus públicos definidos como: sociedade civil, funcionários, comunidade científica e comunidades de moradores tradicionais.

Através de um convênio com a Associação Vida Verde da Amazônia (AVIVE), que fica localizada no município de Silves-AM, a empresa subsidia as atividades de extração de produtos florestais não madeireiros, exercidas sob a Área de Manejo Florestal (AMF) da PWA. A equipe de coleta é formada por moradores das comunidades adjacentes à AMF, com a supervisão da AVIVE e apoio técnico da PWA. A mão de obra é 100% dos moradores das comunidades e toda matéria prima extraída (óleos, resinas e sementes) vai para a fabricação dos produtos naturais feitos pela AVIVE. ■

Embaixada da China no Brasil

JIZHANG: UMA ÓTIMA OPORTUNIDADE PARA DEFINIR AS RESPONSABILIDADES NO CAMPO DA SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade emergente

Embaixador da China no Brasil mostra otimismo nas discussões sobre sustentabilidade na Rio+20

Nas últimas décadas, nenhum país esteve tão em evidência no mundo como a China. A pujança econômica deste rico e poderoso país emergente se traduz em altos índices de crescimento do PIB, forte presença global e influente voz política em diversos foros internacionais. Não obstante, a proeminência chinesa em diversos setores da indústria e de bens, o governo destaca o meio ambiente como alvo de preocupação. O embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, falou à Revista Missão Empresarial – Edição Especial Rio+20. Ele comentou sobre a importância dada pelo governo chinês à Rio+20. Em tom otimista, o diplomata disse acreditar que com os esforços conjuntos de todos os setores do Brasil e da comunidade internacional, a Rio+20 obterá resultados positivos, gerando novo dinamismo para o desenvolvimento sustentável global". Jinzhang revela também, que o governo chinês trará uma delegação de alto nível para o encontro, reforçando, segundo sua análise, o compromisso do país para a cooperação internacional no campo da sustentabilidade.

Tradição milenar

A China é um participante, promotor e praticante no processo global de desenvolvimento sustentável. Na China, há provérbios antigos que, no português, podemos interpretar assim: "Não esgotar o alimento do próximo" e "Sentar e comer como um glutão fará com que todo o dinheiro se esgote". Assim, os nossos antepassados nos advertiram para ter em vista o desenvolvimento em longo prazo, e de não seguir só os interesses momentâneos, consumindo a fortuna e os recursos de maneira descabida. O governo chinês tem atribuído alta importância ao desenvolvimento sustentável.

Como primeiro país que lançou a Agenda 21 em 1994, a China incorporou, dois anos depois, o conceito de desenvolvimento sustentável na estratégia nacional. Já na segunda década deste século, o governo chinês elaborou o – 12º Plano Quinquenal –, que incorpora a sustentabilidade no plano integral da construção econômica e social da China, e o efeito da sua promoção servirá de critério importante para o desenvolvimento nacional. Orientado pelo Conceito de Desenvolvimento Científico, o governo chinês promoverá constantemente a causa do desenvolvimento sustentável da China, tendo a aceleração da transformação do modelo de crescimento econômico como a linha principal.

O governo chinês defende que, no processo da promoção do desenvolvimento sustentável, segue-se o princípio de que todos devem participar. O papel do governo é indispensável, e ao mesmo tempo, a participação ampla e profunda da comunidade social, setores privados, sociedade da indústria e comércio etc., é necessária.

O governo chinês tem prestado atenção em orientar as empresas para estabelecer o conceito de responsabilidades sociais, incorporá-los conscientemente em suas estratégias de desenvolvimento, cumprir às leis do comércio internacional, aperfeiçoar o método de administração procurando a união dos benefícios econômicos e sociais.

Nos últimos anos, as empresas chinesas têm cumprido ativamente as responsabilidades sociais, considerando-as como promotoras fundamentais para a transformação e concretização do modelo de desenvolvimento sustentável. Vem crescendo a publicação de relatórios das responsabilidades sociais das empresas chinesas, ao mesmo tempo, dedicam-se a desenvolver novas tecnologias e produtos com efeito da economia de energia e proteção ao meio ambiente, e já se tornaram uma força vigorosa no desenvolvimento da economia verde. Enquanto cada vez mais envolvidas globalmente, as empresas chinesas conseguem uma visão mais ampla, e mais atenção à práti-

ca do conceito do desenvolvimento sustentável.

O governo chinês continuará a apoiar as empresas chinesas no sentido de participar ativamente das atividades da Rio+20, fazer amplamente intercâmbio internacional, e promover a Rio+20 para obter resultados positivos, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento sustentável global.

Delegação chinesa de alto nível para a Rio+20

O governo chinês entende que o desenvolvimento sustentável é tema de preocupação de todos os países para que haja um bom relacionamento com o futuro da humanidade. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, trata-se não somente da comemoração da Cúpula da Terra 92, como, também, reafirma os esforços do Brasil no âmbito da economia verde. O evento também será uma oportunidade importante para a comunidade internacional planejar em conjunto a estratégia do desenvolvimento sustentável global.

A China atribui alta importância à Rio+20 e vai enviar uma delegação de alto nível para participar da conferência. Esperamos que a Rio+20 possa resumir os avanços da cooperação internacional nas áreas de ambiente e desenvolvimento ao longo dos 20 anos, construir um consenso, adotar ações concretas, e impulsionar a causa de desenvolvimento sustentável global. Sustentamos que na conferência e no processo de sua preparação deve ser seguido o espírito e princípios da Rio92, em particular o princípio responsabilidades comuns porém diferenciadas"; respeitar a autonomia de cada país em seu desenvolvimento sustentável; e promover, de forma equilibrada e coordenada, os três pilares de desenvolvimento sustentável (desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental). Estamos dispostos a reforçar a cooperação com a comunidade internacional, sobretudo com o Brasil, a fim de conseguir resultados global, positivo e pragmático na Rio+20.

O tema "desenvolvimento sustentável" tem uma relação íntima com o Brasil. No ano de 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e assim se definiu o conceito de "desenvolvimento sustentável". Ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil cumpriu de forma ativa as promessas políticas da Conferência, dedicando-se ao desenvolvimento econômico, ao combate à pobreza, à proteção do meio ambiente e às cooperações internacionais nas áreas concernentes, obtendo sucessos notáveis, ao que a parte chinesa manifesta a sua apreciação.

Estamos felizes por ver que o governo brasileiro e todos os setores da sociedade brasileira se dedicam meticulosamente às preparações da Rio+20. O governo brasileiro criou a Comissão e o Comitê Nacional da Rio+20. A comunidade social e as instituições acadêmicas também estudam e pesquisam os temas da Conferência.

Com os esforços conjuntos de todos os setores do Brasil e da comunidade internacional, a Rio+20 obterá resultados positivos, gerando novo dinamismo para o desenvolvimento sustentável global. Sendo parceiro estratégico do Brasil, a China irá apoiar ativamente o Brasil na realização de uma conferência de alto nível, bem sucedida e muito frutífera.

Desafios

Nos últimos 20 anos, a comunidade internacional tem obtido progressos positivos no âmbito de desenvolvimento sustentável. Mais de 100 países formularam estratégias de desenvolvimento sustentável, e os governos de todos os escalões, o setor empresarial, as organizações não-governamentais e a população participaram ativamente. Surgiram muitos tratados e mecanismos, que passaram a ser a base e a plataforma de promoção e de regularização das atividades em várias áreas. Aprofundaram-se cooperações internacionais e regionais, de diversas formas, na área do meio ambiente e de desenvolvimento. Ampliou-se a interdependência entre os países e a vontade de todos de promover as cooperações de desenvolvimento sustentável. Foram alcançados sucessos estimulantes na causa da sustentabilidade global.

No entanto, a meta formulada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento não foi completamente alcançada. Os países ainda enfrentam imensas dificuldades em desenvolvimento sustentável. Os problemas tradicionais dos países em desenvolvimento, por exemplo, a falta de capital, de tecnologia e capacidade, ainda estão por resolver com urgência. Os desafios, tais como, crise financeira, turbulências regionais, crise alimentar e desastres naturais não param de emergir. Especialmente com o aprofundamento contínuo do impacto da crise financei-

China em dados

CAPITAL	Pequim
MAIOR REGIÃO METROPOLITANA	Xangai
LÍNGUA OFICIAL	Chinês Mandarim
GOVERNO	República Socialistaunipartidária Presidente: Hu Jintao Primeiro Ministro: Wen Jiabao
ESTABELECIMENTO	1 de outubro de 1949 (Declarada República Popular)
ÁREA	- Total: 9.640.821 km² - Água: 2,8 (%)
POPULAÇÃO	Est./2011: 1.336.718.015 hab Censo 2000: 1.242.612.226 hab Densidade: 139,6 hab./km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2010 (USD)	Total: $ 10.084 trilhões Per capita: $ 7,518
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2007): 41,5 – alto IDH (2010): 0.663 – médio Esperança de Vida: 73,0 anos Mortalidade Infantil: 23,0 /1000 Alfabetização: 93,3%
MOEDA	Renminbi (Yuan)
CODIFICAÇÃO ISO	CHN
CÓDIGO NA INTERNET	.cn
CÓDIGO TELEFÔNICO	+86
WEBSITE	—

ra internacional, a causa do desenvolvimento sustentável enfrenta uma conjuntura ainda mais árdua e complicada.

Conforme o "12º Plano Quinquenal", a meta do crescimento econômico da China para os próximos cinco anos ficará na casa de 7%. Há pouco tempo, o primeiro-ministro Wen Jiabao indicou, no relatório de trabalho do governo, que a meta do crescimento da economia da China em 2012 é de 7,5%. As taxas de crescimento referidas mostram desaceleração em comparação com a média de 10% nos últimos 30 anos. Tal redução de "quantidade" vai criar espaço para a melhoria de "qualidade". Nos próximos cinco anos, está previsto que o consumo de energia vai diminuir 16%, a proporção do combustível não-fóssil no consumo de energia total vai aumentar para 11%, e a cobertura florestal vai chegar a mais de 21%. A China vai envidar esforços para desenvolver a economia cíclica, proteger o meio ambiente, enfrentar ativamente mudanças climáticas, aumentar a capacidade de desenvolvimento sustentável, e construir uma sociedade amigável ao meio ambiente e voltada para a conservação de recursos.

A China é ainda um país em desenvolvimento, cujo PIB per capita corresponde a um décimo dos países desenvolvidos. Registra-se na China grande diferença do desenvolvimento entre regiões e entre zonas urbanas e rurais. Conforme a linha de pobreza mundial, definida pela ONU, de US$ 1 por dia por pessoa, se encontra uma população de 150 milhões abaixo da linha da pobreza no país, na qual se aproxima à população do Brasil. Precisamos da compreensão e do apoio da comunidade internacional, quando assumimos as tarefas árduas como eliminação da pobreza, melhoria de vida do povo, redução de emissão do gás de efeito estufa e transformação da economia, entre outras.

Uma frase contida num antigo livro chinês Zhouyi ou Livro das Mudanças diz: "Mesmo destino, caminhos diferentes." Os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, que estão em diferentes etapas de desenvolvimento, tendem a diferenciar-se um do outro, no que tange a pontos de atenção e ênfase ao tratar questões ambientais e econômicas, apesar disso, devem ser observados e seguidos o espírito e princípios da Rio92, sobretudo o princípio de "responsabilidades comuns porém diferenciadas".

A realização do desenvolvimento sustentável é responsabilidade e missão de toda a comunidade internacional, a qual deve, por um lado, ter em conta os conceitos de justiça, de cooperação aberta e de benefícios recíprocos, e por outro lado, concretizar o seu consenso. Na cooperação internacional, deve-se ter em plena consideração as diferenças de etapa e de nível do desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Temos de superar as dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento nos aspectos de capital, tecnologia e capacidade.

Os pilares do desenvolvimento sustentável

A comunidade internacional deve focalizar o desenvolvimento sustentável, coordenando os fatores econômico, social e ambiental sem desvios. O desenvolvimento equilibrado e sustentável só será realizado se os três pilares avançarem juntos e se completarem mutuamente.

A livre escolha de desenvolvimento sustentável pelos países deve ser respeitada, devido suas realidades diversas; não existe um modelo universal de desenvolvimento sustentável. É questão-chave que os países escolham o caminho e o modo de desenvolvimento conforme suas próprias realidades nacionais. A comunidade internacional deve respeitar plenamente a liberdade de escolha dos países e assegurar o seu espaço político.

A erradicação da pobreza é a meta prioritária do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 também definiu, como um dos temas centrais, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. A China possui a maior população do mundo, e é o primeiro país em desenvolvimento que concretizou com antecedência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na área de combate à pobreza. Segundo os dados publicados pelo Banco Mundial, a China conseguiu cumprir, nos últimos 27 anos, 70% dos resultados previstos de combate à pobreza, fazendo com que o país encontre um caminho correspondente à sua realidade.

Entendemos que o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável não são antagônicos, mas, sim, articulados. Os esforços dos países menos desenvolvidos no combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável não são isolados, mas componentes da causa do combate à pobreza global. Para continuar a promover tal trabalho, temos que lidar bem com determinados pontos:

DESENVOLVER AMBIENTE INTERNACIONAL FAVORÁVEL AO COMBATE À POBREZA – Caso não tenhamos um ambiente internacional pacífico e estável, o desenvolvimento econômico perderá o suporte. Todos os países devem salvaguardar, ativamente, a paz e a estabilidade mundial, com respeito político recíproco, com igualdade e benefício mútuos no campo da economia, promovendo a economia mundial para a direção de equilíbrio, do benefício universal e com ganhos compartilhados. Em particular, é preciso respeitar o caminho e o modelo do desenvolvimento escolhido por cada país segundo a realidade própria, garantindo a todos os povos oportunidade igualitária para se desenvolver.

INCLUIR O COMBATE À POBREZA NO PLANO GERAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS – O combate à pobreza, em vez de ser carga para desenvolvimento econômico e social, é a força motriz da estabilidade social e o desenvolvimento sustentável. No contexto da crise financeira internacional, os diversos países devem fazer esforços para recuperar o crescimento econômico, manter a estabilidade da macroeconomia, e ao mesmo tempo, devem levar em consideração o efeito social das políticas econômicas, resolver adequadamente a questão da distribuição da renda e recurso público. Precisamos criar mais ▸

"Entendemos que o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável não são antagônicos, mas, sim, articulados. Os esforços dos países menos desenvolvidos no combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável não são isolados, mas componentes da causa do combate à pobreza global"

JIZHANG
Embaixador da China no Brasil

GuoZhongHua / Shutterstock

O PARQUE ÀS MARGENS DO RIO ZHU JIANG, NA CIDADE DE GUANGZHOU, A TERCEIRA MAIOR DA CHINA, É TESTEMUNHA DO NOVO MODELO ADOTADO NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES, QUE PREVÊ A EXISTÊNCIA DE GRANDES ÁREAS VERDES

empregos, aperfeiçoar as medidas da previdência social, proteger os grupos vulneráveis e fazer todos os esforços para salvaguardar os resultados do combate à pobreza, que não foi fácil de conseguir.

DESENVOLVER FORÇA CONJUNTA PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO COMBATE À POBREZA – A comunidade internacional deve atribuir prioridade e novas medidas ao combate à pobreza na sua cooperação e por meio de instituições multilaterais. As instituições internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, devem arcar com a responsabilidade de mobilizar e organizar as forças de todos os aspectos e impulsionar o desenvolvimento da causa do combate à pobreza. Os países desenvolvidos devem cumprir, na prática, os compromissos de apoio, abandonar o protecionismo comercial, acelerar a transferência de tecnologias e ajudar os países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres, para acelerar o desenvolvimento. Os países em desenvolvimento devem elaborar as estratégias do combate à pobreza que corresponda a sua própria característica, reforçar a cooperação Sul-Sul, e impulsionar o desenvolvimento mútuo e sustentável.

O aprofundamento contínuo do impacto da crise financeira internacional, o destaque do desequilíbrio e a instabilidade da recuperação da economia mundial provam que alguns países tenham praticado um modelo de desenvolvimento insustentável. Procurar caminho e modelo de sustentabilidade que correspondam às realidades dos diversos países já se tornou uma tarefa premente.

Conforme disse o grande filósofo chinês Laozi: "O infortúnio pode ser uma bênção disfarçada". Em outras palavras: "As oportunidades e os desafios vêm sempre acompanhados, e podem se transformar um para o outro". A crise financeira pode trazer dificuldades e desafios temporários, mas, em longo prazo, será possível transformar desafios em oportunidades e impulsionar plenamente o processo de desenvolvimento sustentável global, reforçar a coordenação e vontade política, cumprir as promessas, e definir o programa de ação. Tudo isso, desde que a comunidade internacional tenha uma maior consciência de urgência e responsabilidade.

Cooperação sino-brasileira

China e Brasil são os maiores países em desenvolvimento do hemisfério oriental e ocidental, respectivamente. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras, em 1974, e especialmente do estabelecimento da Parceria Estratégica entre os dois países, em 1993, a cooperação pragmática em todas as áreas testemunha constantes avanços.

Nos últimos anos, as relações bilaterais têm se desenvolvido de forma rápida e abrangente, e mantido as cooperações efetivas nos quadros multilaterais, como a ONU, o G20 e os Brics (grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), dando contribuição à paz e ao desenvolvimento do mundo.

Hoje em dia, ambas as partes estão vivendo importante fase de desenvolvimento, encarando situações e tarefas semelhantes na área de desenvolvimento sustentável. A parte chinesa está disposta a aprofundar ainda mais as comunicações e colaborações com a parte brasileira nessa área, com vistas a realizar juntamente os objetivos do desenvolvimento. ■

Economia verde: uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável

Ministro austríaco comenta sobre a importância da Rio+20 para o desenvolvimento socioeconômico mais verde

NIKOLAUS BERLAKOVICH , MINISTRO PARA AGRICULTURA, SILVICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

"Temos que mostrar que o ambiente não é uma ameaça ao desenvolvimento econômico". A frase é do ministro para Agricultura, Silvicultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Áustria, Nikolaus Berlakovich. Em artigo encaminhado à Revista Missão Empresarial - Edição Especial / Rio+20, o representante do governo austríaco comenta sobre as oportunidades que a Conferência da ONU proporcionará para o aprofundamento do debate sobre a sustentabilidade. Ele comenta, também, sobre as ações coordenadas em seu país no que diz respeito à preservação ambiental. Para o ministro, o conceito de desenvolvimento sustentável já é um dos principais norteadores para políticas públicas em todos os níveis e, por isso, é necessário que haja coesão global sobre o tema.

A Rio+20 será a maior conferência sobre o desenvolvimento sustentável de todos os tempos. E vem no momento certo. Após a crise econômica mundial, na qual ainda muitos países lutam contra os seus efeitos, precisamos colocar, mais uma vez, a atenção internacional sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Embora, desde a "Cúpula da Terra" em 1992, existam muitos desenvolvimentos pendentes – em níveis regional, nacional e internacional – ainda enfrentamos consideráveis desafios ambientais e de desenvolvimento, tais como as alterações climáticas, redução da biodiversidade, fome e erradicação da pobreza. Temos que trazer de volta todas estas questões para o nível mais alto e dar-lhes impulso renovado.

O tema economia verde foi bem escolhido para a Conferência. Temos que mostrar que o ambiente não é uma ameaça ao desenvolvimento econômico. É, sim, uma oportunidade. Economia verde cria uma situação de vantagem mútua. As estratégias de crescimento verde e ferramentas de implementação contribuem para o crescimento econômico, proporcionam emprego, promovem a equidade e elevam os níveis de vida, enquanto, ao mesmo tempo, reduzem os danos ambientais. A Áustria, por conseguinte, apoia os esforços para acelerar e ampliar a transição para uma economia verde, que promova o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza global.

A conferência no Rio de Janeiro em 1992 resultou na Declaração do Rio, na Agenda 21, bem como nos Princípios da Floresta. Além disso, três acordos foram assinados. Todos estes instrumentos ainda são válidos e aplicados. Como importante resultado, um número abrangente de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável foi implementado nos âmbitos global, nacional e regional por várias organizações da ONU, governos e partes interessadas desde então.

Os anos anteriores à Rio92 foram dedicados, principalmente, para configurar novos quadros para vários tópicos. Muitos instrumentos legalmente vinculados (acordos ambientais multilaterais) foram postos em prática. O foco da Conferência de 2002 em Joanesburgo foi sobre a execução. E, agora, vinte anos depois da Rio92, o mundo mudou, mas muitas questões ainda estão em jogo. Portanto, "não temos que reinventar a roda".

Um tema importante, que não foi discutido na Conferência da Terra em 1992, e agora está em evidência para os líderes políticos em todo o mundo, é a energia sustentável. Como esta questão é importante tanto para os países em desenvolvimento como para as gerações futuras, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, identificou um conjunto de metas em seu plano "Energia Sustentável para Todos." Essas metas englobam a duplicação da melhoria na eficiência energética e das quotas das fontes de energias renováveis no mix de energia global, bem como a conquista do acesso universal à energia até 2030. A Áustria apoia esta iniciativa, tal como todas as três dimen-

sões que são o núcleo da política energética austríaca.

Ações políticas

O desenvolvimento sustentável tornou-se um princípio orientador da ação política e da formação da sociedade, levando o desenvolvimento de diversas iniciativas da República Federal da Áustria como um todo, e os diferentes Ministérios federais, bem como as províncias federais do país. Através do desenvolvimento da Estratégia Austríaca para o Desenvolvimento Sustentável (ÖSTRAT), em colaboração e em consenso entre a República Federal da Áustria e das províncias federais (Länder), foi alcançado um marco. Sustentabilidade não é apenas um conceito abstrato. Ela pode ser experimentada na prática.

Nove campos de ação são definidos na ÖSTRAT: responsabilidade global; coesão social e capital social; a sustentabilidade no nível local e regional; eco eficiência e gerenciamento de recursos com base na mobilidade sustentável; padrões de consumo e produção; empresas responsáveis (RSE); educação; comunicação e pesquisa para promover o desenvolvimento sustentável; Boa Governança - cooperação de alta qualidade entre o governo e a sociedade civil; da saúde pública; cuidados preventivos de saúde e envelhecimento; trabalho em condições equitativas para todos. Em nível federal, uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável é trabalhada neste momento. Ela inclui as experiências e os novos desenvolvimentos dos últimos anos, vendo o desenvolvimento sustentável como um processo de aprendizagem contínuo do governo e da administração, bem como da sociedade com suas multifacetadas partes interessadas. A abordagem para lidar com os aspectos econômicos, ecológicos e sociais torna-se mais equilibrada e inter-relacionada.

Há muitos anos, a Áustria aplicou estrita legislação ambiental. Não que isso tenha gerado aplausos por parte das empresas. Mas, elas perceberam que também podem se beneficiar com isso. É por isso que a Áustria é bem conhecida por suas tecnologias ambientais em todo o mundo. Temos empresas líderes mundiais no setor das energias renováveis, gestão de resíduos, tratamento de águas residuais, apenas para citar alguns. O setor de tecnologia ambiental ainda está crescendo e criando novos empregos verdes.

Avanços da economia verde

Uma análise recente de dados de empregos verdes na Áustria revelou que, entre 2008 e 2010, a indústria verde cresceu 5,8%, enquanto a economia nacional aumentou apenas 1,2% durante o mesmo período. Em 2008, havia aproximadamente 194 mil empregos verdes na Áustria. Até 2010, este número cresceu para 210 mil, correspondendo a um aumento de 9,6%. Durante o mesmo período, o emprego na Áustria diminuiu até 0,7%. A maioria desses empregos verdes foi criada no domínio da energia sustentável. Um exemplo notável de uma situação de vantagem mútua da economia verde na prática.

Cooperação, compartilhamento de know-how, desenvolvimento de ideias comuns e execução de projetos são fundamentais. Isso me leva a outro ponto: a industrialização, pilar principal da prosperidade e riqueza, tanto no mundo industrializado como nos países emergentes, gera muitas vezes grandes tensões ecológicas. Por esta razão, a Áustria apoia a iniciativa da ONUDI "Indústria Verde" que objetiva, por um lado, o desenvolvimento industrial nos países emergentes e em desenvolvimento e, por outro, a luta contra os efeitos potencialmente nocivos ao meio ambiente e às gerações futuras.

Desde 1992, a integração global da cooperação econômica intensificou-se drasticamente, reforçando, assim, o acesso ao mercado para os países em desenvolvimento. Economia verde e desenvolvimento sustentável são muitas vezes percebidos como novo protecionismo. Mas, esse não é exatamente o objetivo. Economia verde é uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável e o comércio sustentável. Ela deve ser benéfica, mutuamente, para os aspectos ambiental, econômico e social. Isso significa que serão beneficiados os mais vulneráveis nas sociedades.

A experiência provou não existir abordagem "tamanho único". Circunstâncias específicas e condições dos países e regiões devem ser consideradas, certificando-se de que sejam conduzidas pelo país e caminhem numa mesma direção. Além disso, a transição para uma economia verde tem que basear-se não só num dinâmico e inovador setor privado que subscreva os objetivos de responsabilidade social corporativa, mas também no forte envolvimento das partes interessadas.

Como país anfitrião, o Brasil tem um papel especial a desempenhar, oferecendo hospitalidade, um bom ambiente para os milhares de participantes, bem como uma clara visão e ambição para o resultado. Sabendo da abordagem profissional da equipe brasileira para a Rio+20, estou convencido de que o Brasil será um anfitrião fantástico e fará o possível para que "O futuro que Queremos" seja o futuro que teremos. Aguardo ansiosamente para estar no Brasil em junho. ■

Áustria em dados

CAPITAL E MAIOR CIDADE	Viena
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
GOVERNO	República Federal Parlamentar Presidente: Heinz Fischer
INDEPENDÊNCIA	12 de novembro de 1918
ÁREA	- Total: 83.855 km² - Água: 1,7 (%)
POPULAÇÃO	Est./2011: 8.217.280 hab Censo 2001: 8.032.926 hab Densidade: 99 hab./km²
PIB (PPP) ESTIMATIVA EM 2011 (USD)	Total: 351,4 bilhões Per capita: 41.700
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2007): 26 baixo IDH (2010): 0,851 muito elevado Esperança de Vida: 79,9 anos Mortalidade Infantil: 4,4/1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	EURO (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	AT
CÓDIGO NA INTERNET	.at
CÓDIGO TELEFÔNICO	+43

TOMÁS CHALUPA – MINISTRO DO MEIO AMBIENTE DA REPÚBLICA TCHECA

Avanços e contribuição da República Tcheca à Rio+20

Nas duas últimas décadas, a República Tcheca experimentou uma extraordinária transformação econômica que trouxe uma série de desenvolvimentos positivos para a dimensão social e ambiental. Simbolicamente, as alterações depois de 1989 no nosso país resultaram não apenas nas liberdades democráticas (que podem ser colocadas em uma metáfora Tcheca "para respirar livremente"), mas também, em respirar uma atmosfera mais limpa, graças às medidas significativas tomadas na década de 1990.

Já na segunda década do século 21, a Conferência Rio+20 será uma grande oportunidade para reunir todos os países e as partes interessadas, que podem – com base em suas experiências individuais e concretas – articular e aprovar uma direção, comum a todos, para o caminho da prosperidade. Para isso, a República Tcheca tem trabalhado também no Comité Preparatório. O processo preparatório para a Rio+20 tem sido marcado por um excelente nível de cooperação entre os governos e os atores não governamentais.

Numa perspectiva futura, o sucesso da Rio+20 será medido não só pelos seus resultados imediatos, mas também, e em especial, pela implementação do acompanhamento de seus resultados. Neste contexto, pensamos que é crucial focalizar o triplo "C"- criatividade, coerência e cooperação. A criatividade expressada através de inovações é necessária para fortalecer nossas empresas e economias, e ao mesmo tempo, para resolver múltiplos desafios atuais. Eles exigem soluções inteligentes integradas com as dimensões econômicas e ambientais, enquanto também têm benefícios sociais na criação de novas oportunidades de trabalho para as pessoas e mantêm as despesas do governo controladas. A este respeito, a missão do governo é definir uma estrutura que assegure o funcionamento dos mercados com o mínimo de alteração, enquanto inclui todas as externalidades significativas, com o objetivo de dissociação gradual de recursos utilizados do crescimento da economia e da promoção da eco inovação.

A República Tcheca acredita que é necessário usar uma combinação de instrumentos para facilitar a transição para uma economia mais eficiente de recursos, inovadora e inteligente que trará benefícios a todos os cidadãos. Em nível nacional, instrumentos econômicos são utilizados para promover instalações de aquecimento nos edifícios utilizando fontes de energias renováveis e de incentivo ao investimento na economia de energia em edifícios novos e nas reconstruções. A aplicação não só leva a reduções de emissões do CO_2, mas traz também outros benefícios como a redução do consumo de energia para o aquecimento e substituição do carvão, lenhite ou caldeiras de óleo combustível para fontes de energia renováveis, contribuindo para a redução da poluição do ar (causada principalmente por poeira, emissões de SO_2 e NO_x). São benefícios adicionais os postos de trabalho (principalmente no setor da construção) mantidos ou criados durante o tempo de recessão econômica e também a economia das famílias em pagamento de energia.

> "A República Tcheca está fazendo o seu melhor para contribuir com as resoluções das questões ambientais globais mais prementes"

Igualmente, na República Tcheca, foi ▸

Rafael Brix / SehLax / Wikimedia Commons

LAGO ERZGEBIRGE, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PRÓXIMO A MYSLIVNY, NAS MONTANHAS ORE

Jiri Foltyn/Shutterstock

A CIDADE MEDIEVAL DE CESKY KRUMLOV

implementado um projeto entre o Ministério do Meio Ambiente e da Academia de Ciências chamado "Soluções Inteligentes para o Meio Ambiente", para promover soluções inovadoras e inteligentes, bem como a cooperação entre governo, setor privado, universidades e P&D. O projeto incentivou talentosos estudantes do ensino médio e universitários a participarem da competição com suas ideias originais em soluções inovadoras e especializadas para problemas ambientais específicos (tecnologias de tratamento de água, tecnologias de redução de emissões, reciclagem de materiais e resíduos e desenvolvimento de novos métodos de análise para detecção de substâncias nocivas).

Em consonância com a estratégia da República Tcheca para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, no período entre 2010 e 2017, é dada especial atenção ao desenvolvimento de projetos para melhoria do meio ambiente, promoção de tecnologias ecologicamente corretas e uso sustentável dos recursos. Os projetos atuais centram-se no desenvolvimento de abordagens tecnologicamente avançadas na área residual e de gestão das águas de tratamento e residuais, uso de fontes de energia renováveis a nível municipal e local (região dos Balcãs), gestão sustentável do solo, florestas e recursos hídricos (região africana), eletrificação de áreas remotas usando tecnologia sustentável (solar) de produção de eletricidade (região caucasiana), desenvolvimento da agricultura orgânica (região europeia oriental), análise da poluição e a restauração de zonas industriais, construção de novas fontes de água ou restauração das antigas, desenvolvimento de recursos hídricos, e desenvolvimento das fontes de energias renováveis para as zonas rurais (região asiática).

República Tcheca em dados

CAPITAL E CIDADE MAIS POPULOSA	Praga
LÍNGUA OFICIAL	Tcheco
GOVERNO	República Parlamentar Presidente: Václav Klaus
FORMAÇÃO DA REPÚBLICA TCHECA	1 de janeiro de 1993
ÁREA	- Total: 78.866 km² - Água: 2(%)
POPULAÇÃO	Est./2010: 10.674.947 hab Censo (2001): 10.230.060 hab Densidade: 133 hab/km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2010 (USD)	Total: $ 258.959 bilhões Per capita: $ 24.832
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2008): 26 (baixo) IDH (2010): 0,841 (muito elevado) Esperança de Vida: 76,5 anos Mortalidade Infantil: 3,8 /1000 Alfabetização: 99,0%
MOEDA	Coroa (CZK)
CODIFICAÇÃO ISO	CZE
CÓDIGO NA INTERNET	.cz
CÓDIGO TELEFÔNICO	+420

Com base em nossa experiência, vamos apoiar a implementação de toda a gama das questões mencionadas acima no seguimento da Rio+20. A nossa meta é desenvolver mais e aprofundar o bem sucedido programa de investimento verde chamado "Luz verde para a poupança", com objetivo na economia de energia em edifícios novos e em reconstrução.

A República Tcheca está fazendo o seu melhor para contribuir com as resoluções das questões ambientais globais mais prementes. No entanto, nossa capacidade é limitada, essa é uma das razões que concentramos nossas medidas em nível nacional, onde elas são mais eficazes. A República Tcheca procurará apoiar soluções inovadoras e tecnologias inteligentes nas quais levarão não só a uma melhor eficiência de energia e proteção ambiental, mas também, aumentará a taxa de emprego, reforçará a economia e manterá as despesas do Estado sob controle. ■

LOUISE FRESCO,[1] PLATAFORMA NACIONAL HOLANDESA RIO+20

“Precisamos reacender o espírito do Rio”

A professora Louise Fresco, conselheira do governo Holandês, aponta os desafios existentes para o futuro da sustentabilidade

“Há 20 anos, as expectativas eram grandes. Tínhamos a Declaração do Rio e a Agenda 21. Desde então, aquele espírito do Rio transformou-se numa pequena chama, dificilmente discernível em fóruns internacionais”. A declaração é da professora da Universidade de Amsterdã e conselheira do governo holandês para assuntos de sustentabilidade, Louise Fresco. Um dos países que mais se destaca em políticas de sustentabilidade, a Holanda terá participação efetiva durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20. Em entrevista à Revista Missão Empresarial – Edição Especial Rio+20, ela falou, de forma crítica sobre a adoção de um imposto verde e do modelo brasileiro de conservação ambiental, entre outros assuntos relevantes na seara do desenvolvimento sustentável.

O que esperar da Conferência Rio+20?

LOUISE FRESCO - As minhas expectativas não são muito grandes. Isso não tem nada a ver com o tema em si. Muitas empresas e organizações ainda estão cientes da importância do desenvolvimento sustentável. Meu pessimismo é devido, principalmente, às mudanças das relações no mundo. As nações industriais emergentes estão lutando para se colocar no mundo e as nações desenvolvidas estão tendo dificuldades em se ajustar. Isso leva a um jogo de acusações, no qual permite que haja bloqueios dos acordos que foram feitos em 1992 em tópicos como mudanças climáticas e biodiversidade.

Para a senhora, o que mudou desde a primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio, em 1992?

LOUISE FRESCO - Há vinte anos, centenas de chefes de Estado participaram da Conferência e os planos e acordos como a Declaração do Rio e a Agenda 21 foram fechados. É triste ver que o fogo que foi acendido na época é hoje uma pequena chama nos fóruns e organizações internacionais. Ao mesmo tempo, nós vemos que outros atores estão reacendendo esta chama. Instituições e organizações deixaram as profecias apocalípticas para trás e começaram a desenvolver iniciativas direcionadas a uma economia mais verde e ideias sobre implicações de desenvolvimento sustentável estão surgindo.

Por exemplo?

LOUISE FRESCO - Na Holanda, por exemplo, alguns jovens tiveram a ideia de fazer sopa e geleia com frutas e vegetais que estão fora do prazo de validade. Empresas estão, também, gradativamente, cientes da importância do crescimento sustentável. Por um lado, elas percebem que as matérias primas não permanecerão disponíveis a um custo baixo para sempre. Essa é a razão pela qual as empresas estarem investindo em cadeia de suprimento sustentável. Por outro lado, elas estão levando a sério o conceito de responsabilidade social. E isto vem gerando benefícios para elas. As multinacionais holandesas que estão muito bem cotadas no ranking de sustentabilidade da Dow Jones estão, também, bem colocadas no índice Dow Jones de competitividade.

É possível conjugar desenvolvimento sustentável e crescimento econômico?

LOUISE FRESCO - O desenvolvimento sustentável não é somente uma questão de ter ou não ter crescimento. Ele é derivado do desejo das pessoas por uma vida melhor. Quatro de cinco pessoas neste planeta não têm acesso às necessidades básicas de vida: alimentação, habitação e acesso à saúde.

Então, o desenvolvimento sustentável refere-se à organização eficiente do nosso processo de produção e consumo no ecossistema, onde o resíduo de um processo é usado como matéria prima para um outro.

1. “ESTA ENTREVISTA FOI DADA NA SUA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA PLATAFORMA NACIONAL RIO+20, UM FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL CRIADO EM 2011 PARA ORGANIZAR CONSULTAS DAS PARTES INTERESSADAS NOS PAÍSES BAIXOS ANTERIOR A RIO+20.”
PONTOS-DE-VISTA EXPRESSADOS NÃO NECESSARIAMENTE REFLETEM OS PONTOS-DE-VISTA DO GOVERNO NEERLANDÊS.

E como resolver essa questão?

LOUISE FRESCO - O governo tem que criar as condições que permitirão estes ecossistemas a se desenvolverem. Por exemplo, ao fazer aterros e processos de incineração mais caros, promover-se-á incentivos para que empresas reutilizem os seus montantes de desperdício. Desperdícios de lixo jogados na atmosfera e na água devem ser taxados pesadamente. Isso não só estimularia a reutilização de resíduos como, também, deixaria o meio ambiente mais limpo.

No final, isto deve nos levar a pagar pelo preço justo para produtos e serviços, no qual estará incluído o custo de um determinado produto para a sociedade. Isso não só evita a poluição como também impede o esgotamento dos recursos naturais e exploração das forças de trabalho. Simultaneamente, ao baixar as taxações para as empresas de economia verde, muitos empregos verdes serão criados em áreas de reciclagem e conservação.

Como o governo holandês interage com empresas do país para lidar com as questões ambientais?

LOUISE FRESCO - Vinte anos atrás, a Holanda tinha uma abordagem de comando e controle. O país impunha limites legais para as emissões que se traduziam em licenças e que o governo checava se as licenças eram compatíveis com as determinações legais. Pelo menos em teoria. Na prática, isso não funcionou muito bem. Com o tempo, as companhias autorizadas começaram a ignorar os limites para as emissões.

Tudo isso mudou depois da primeira conferência sobre o meio ambiente no Rio. Ao invés de regulações rígidas, acordos foram feitos entre o governo e empresas para, por exemplo, reduzir as emissões de óxidos de nitrogênio em até 80% nos próximos dez anos. Empresas ficaram livres para trabalhar as metodologias para alcançar este objetivo tão logo os alvos fossem atingidos. Isso permitiu que elas fossem mais flexíveis em suas operações.

E isso vem funcionando agora?

LOUISE FRESCO - Atualmente, as empresas percebem que elas fazem parte de uma cadeia que começa com o fornecedor de matérias primas e termina com o usuário final do produto – ou ainda mais longe – na máquina de processamento de resíduos. Se você quiser ter impactos benéficos no meio ambiente, você não deve olhar para cada etapa desta cadeia individualmente, mas, sim, olhar para a cadeia como um todo.

O governo holandês atua desta forma, desenvolvendo acordos verdes, onde os membros individuais da cadeia concordam em reduzir os impactos de toda a cadeia e preservar as matérias primas.

Um exemplo é o Acordo Verde que foi assinado em 2011 para encerrar o ciclo do fosfato. Mais de vinte entidades – de produtores de fertilizantes químicos a organizações de limpeza de resíduos hídricos – concordaram com a obrigação de manter como secundário o fosfato em todo o ciclo de produção.

A senhora disse que há um impasse entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Na sua avaliação, como esse impasse pode ser resolvido?

LOUISE FRESCO - A educação e pesquisa são questões-chave para o desenvolvimento, tanto em países desenvolvidos como nos emergentes. O desenvolvimento do talento e as inovações técnicas e sociais – combinado com boa governança – são condições cruciais para o crescimento da economia sustentável. Se eu pudesse escolher, eu daria às pessoas talentosas dos países em desenvolvimento uma bolsa de estudos na Holanda com a obrigação de ficar aqui ou em seu país de origem e trabalhar por um determinado período no setor de saúde pública ou pesquisas agrícolas.

Eu investiria, ainda, em pesquisa científica, tanto na Holanda quanto nos países emergentes em todas as áreas relevantes para o desenvolvimento sustentável: a saúde humana e animal, energia, transporte, nutrição. Isso mataria dois coelhos numa cajadada só: as inovações resultantes forneceriam respostas aos grandes desafios que enfrentamos hoje, e proporcionariam, ao mesmo tempo, crescimento e geração de empregos.

A senhora acha que o avanço do debate sobre sustentabilidade poderá afetar o comércio internacional?

LOUISE FRESCO - O livre comércio foi, e é, um importante indutor para o progresso e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentável. Então, eu não acho que os passos que estão sendo dados em direção a uma economia mais verde irão destoar do livre comércio de bens, serviços e informação. Há, no entanto, alguns assuntos que irão precisar de alguma atenção.

> "Atualmente, as empresas percebem que elas fazem parte de uma cadeia que começa com o fornecedor de matérias primas e termina com o usuário final do produto – ou ainda mais longe – na máquina de processamento de resíduos"
>
> LOUISE FRESCO

E quais são eles?

LOUISE FRESCO - Para algumas pessoas, o livre comércio pode ser um impeditivo para países desenvolverem as suas capacidades produtivas, resultando num desnecessário atraso no desenvolvimento da tradicional economia agrária para uma moderna economia, baseada na indústria e serviços. A segunda envolve a volatilidade de capital, com a velocidade do fluxo de dinheiro pelo mundo em busca de rendimentos percentuais.

Investidores tendem a não olhar além do horizonte dos seus lucros pretendidos. Empresas que estão investindo em desenvolvimento sustentável precisam dar continuidade aos investidores e

acionistas para eles perceberam as suas visões de longo prazo. Eu não sei se um imposto sobre o capital volátil seria a melhor solução, mas esta é uma questão que deve ser levada em consideração.

O terceiro problema envolve a criação de um melhor nível de campo de atuação. Empresas que não visam apenas ao lucro, mas, também, levam em conta o planeta e seus habitantes e, às vezes, incorrem em mais custos do que aquelas que não.

Como a senhora observa o Brasil neste processo?

LOUISE FRESCO - Eu acredito que o modelo brasileiro oferece boa perspectiva de progresso sustentável numa combinação entre democracia e justiça. Nos últimos 20 anos, o Brasil, que tem 200 milhões de habitantes, transformou-se num importante ator global. Em paralelo a este progresso para grande parte da população, o Brasil tenta manejar os seus recursos naturais da forma mais eficiente possível.

Claro que há críticas em relação ao gerenciamento das áreas da Amazônia, mas o Brasil desenvolveu um método avançado para monitorar, em tempo real, as mudanças na vegetação da floresta. Novas leis estão assegurando que grandes áreas da floresta estejam protegidas.

O modelo brasileiro poderia ser um exemplo para outros países. Isso é baseado num casamento de sucesso entre progresso, democracia e justiça social. Isso tem levado ao crescimento de uma nova classe média consciente. Em minha opinião, esse processo oferece uma melhor perspectiva de desenvolvimento sustentável do que o modelo chinês, baseado na intervenção estatal na economia; ou o indiano, que se baseia num capitalismo burocratizado.

Holanda em dados

CAPITAL E CIDADE MAIS POPULOSA	Amsterdã
LÍNGUA OFICIAL	Neerlandês
GOVERNO	Monarquia constitucional / Monarca: Beatrix der Nederlanden / Primeiro Ministro: Mark Rutte
INDEPENDÊNCIA RECONHECIDA	30 de janeiro de 1648
ÁREA	- Total: 41.848 km² - Água: 18,41%
POPULAÇÃO	Estimativa (2012): 16.654.200 hab / Censo (2001): 16.105.285 hab / Densidade: 404 /km²
PIB (PPP) / ESTIMATIVA DE 2011 (USD)	Total: $704,034 bilhões / Per capita: $42.183
INDICADORES SOCIAIS	Gini (2006): 30,9 (médio) / IDH (2011): 0,910 (muito elevado) / Esperança de Vida: 79,8 anos Mortalidade Infantil: 4,59 /1000 nasc. Alfabetização: 99,0%
MOEDA	EURO (EUR)
CODIFICAÇÃO ISO	NLD
CÓDIGO NA INTERNET	.nl
CÓDIGO TELEFÔNICO	+31
WEBSITE	www.regering.nl

Brasil e Holanda têm projetos em comum no campo da sustentabilidade?

LOUISE FRESCO - Brasil e Holanda têm interesses comuns no campo de desenvolvimento sustentável. Isso nos trouxe para uma união no campo da bioenergia. Ambos os governos estão comprometidos em desenvolver uma limpa e barata fonte de energia renovável. A cooperação cobre toda uma cadeia de valor: da produção de energia até o setor de logística e transporte. Como principal porta de acesso à Europa, o porto de Roterdã, na Holanda, representa um papel importante para a exportação de biocombustível brasileiro.

O acordo entre os nossos países no campo da bioenergia também inclui a transferência de tecnologia de produção de energia renovável para países em desenvolvimento e auxilia-os a desenvolver os seus próprios projetos. Outro exemplo é a Rodada sobre a Responsabilidade no Cultivo da Soja (RTRS, em sua sigla em inglês).

A Holanda é o segundo maior destino de exportação da soja brasileira depois da China. O RTRS e o seu sistema de certificado garantem sustentabilidade através da cadeia de suprimentos, da produção na América do Sul até o usuário final da Europa ocidental.

A senhora acredita que a atual crise financeira internacional pode desviar o debate sobre o meio ambiente e sustentabilidade?

LOUISE FRESCO - A crise internacional é um estímulo ao ajuste do nosso sistema econômico

"Claro que há críticas em relação ao gerenciamento das áreas da Amazônia, mas o Brasil desenvolveu um método avançado para monitorar, em tempo real, as mudanças na vegetação da floresta"

LOUISE FRESCO

para que sete (em breve nove) bilhões de pessoas possam ter uma boa qualidade de vida dentro dos limites dos recursos do planeta. Quais seriam esses limites, ainda não sabemos.

Nós não deveríamos viver na ilusão de que nós podemos projetar e construir um novo sistema econômico. A atual crise não foi projetada também, mas emergiu acidentalmente, com os seus altos e baixos pelo caminho. O que nós podemos fazer é tentar desenvolver ferramentas que minimizem os efeitos negativos do nosso consumo e produção.

Eu fiz menção a respeito do imposto verde, no qual incluiríamos os custos para a sociedade no preço final do produto. Outra possibilidade é a propriedade dos bens públicos como os oceanos, a atmosfera e, também, a biodiversidade. Eu ficaria muito feliz se nós pudéssemos reacender o espírito do Rio e fazer verdadeiro progresso em direção a um desenvolvimento mais sustentável. ■

A difícil sustentabilidade entre as cidades e suas águas

Quando as cidades avançam sobre os vertedouros das bacias hidrográficas, os rios deixam cada vez mais de ter o aspecto dinâmico da conformação natural. São tantas as intervenções antrópicas forjadas em beneficio do homem, tais como retificações, soterramentos, barragens, canalizações e transposições, que se extirpam suas feições hidromorfológicas principais de modo brutal. Para conviver em harmonia ambiental, as cidades devem admitir a água como parte do cenário urbano e resgatar sua funcionalidade natural.

PARQUE IBIRAPUERA EM SÃO PAULO

CARMEN LUCIA VERGUEIRO MIDAGLIA

A ideia de que o crescimento populacional pode propagar-se indefinidamente aumenta a miséria ambiental em áreas já debilitadas pela falta de infraestrutura causando condições de vida indignas e insustentáveis.

Dentre os sete temas pautados como críticos na Conferência Rio+20, cidades e águas fazem parte da cena cotidiana das pessoas. O processo histórico de ocupação das cidades quase sempre demonstra que a pressão exercida pela vida em sociedade sobre os corpos hídricos causa perdas de sua integridade ecológica no meio. Em virtude do crescimento do fenômeno da urbanização, de forma rápida e sem planejamento, a conservação dos recursos naturais transforma-se em um grande desafio comunitário para a vida urbana planetária. Dada a sua importância vital, a água é certamente um dos recursos mais preciosos a ser preservado. Em todo mundo, cidades avançam na paisagem de seu entorno, criando novos limites que acabam englobando áreas remotas, outrora desprezadas, tais como várzeas, lagoas marginais, nascentes e topo de morros. Muitas delas são áreas consideradas de risco, e uma vez ocupadas, quer seja para moradias, cultivo ou outra atividade antrópica, transformam-se decisivamente o espaço das águas e a maneira como elas se deslocam. Quando as cidades desrespeitam seus rios e meandros, suas pontes tornam-se encruzilhadas que confrontam o pseudo progresso urbanístico e a insustentabilidade ambiental de águas sujas.

A distribuição desigual do recurso de água doce na superfície da Terra é um fenômeno natural, como tantos outros. Diferente do que se ouve comumente de que a água vai acabar, deve-se lembrar de que a quantidade de água na Terra é estável. Já não se pode dizer o mesmo da quantidade de gente habitando o planeta, que vem aumentando. Portanto, a água não diminui, mas pode sim, sofrer mudança de estado em função do clima variando de líquido para sólido (gelo) ou gasoso (vapor). Também é normal a alteração da qualidade das águas advindas por processos naturais, pois os corpos hídricos estão sujeitos à ação das intempéries, variando conforme a estação climática do ano e a estação hídrica (seca ou chuvosa). Nas áreas urbanas sua composição química é influenciada pela poluição difusa e por isto tem sua disponibilidade reduzida para os atuais 3,5 bilhões de seres humanos que vivem em cidades.

A qualidade da água das grandes cidades é um reflexo dos usos e cuidados da sociedade que ali reside, e que dela usufrui por meio de seus múltiplos usos (abastecimento, geração de energia, transporte, lazer, agricultura e despejo de efluentes), e do status de seu retorno após a utilização. A situação de pobreza da vida aquática das águas urbanas expressa principalmente o resultado da falta de sincronicidade de políticas públi-

cas desenvolvidas por diversas esferas de governos, quer seja em regiões situadas à montante ou a jusante de grandes fontes de poluição.

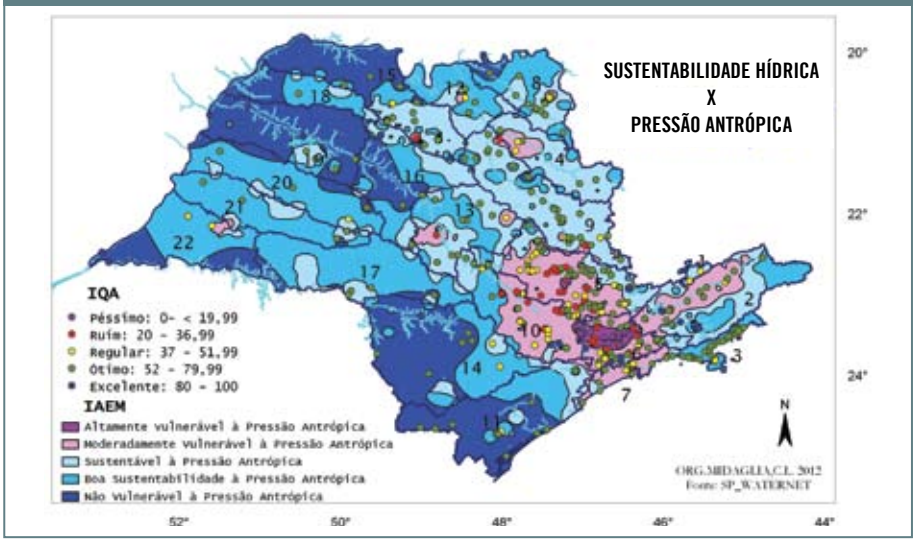
A concentração de água poluída e a degradação de rios e oceanos são alguns fenômenos característicos resultantes da atual era Antropocênica, cujas conhecidas interferências humanas são cada vez mais intensas e em quase todos locais da Terra. O fato conclama a urgência de uma mobilização planetária tal como deve acontecer no âmbito da Rio+20.

Assim, a migração de parte desta porção adequada e limitante para a vida humana de água doce para outros estados físicos ou composições pode ser dramática e ter como futuros cenários imprevisíveis e indesejados. Como não podemos criar um novo planeta temos que recriar nosso modo de vida e administrar de modo sustentável a água doce, pois sua utilização não se limita a espécie humana e afeta toda a vida existente.

Cresce a demanda por água limpa para suprir o crescimento populacional das cidades, que já são moradia de 55% dos 7 bilhões de habitantes[1] e de 85% da população paulista[2]. O processo de urbanização, a nível global, não demonstra sinais de regredir. Tal adensamento dentro e nas bordas das áreas urbanas por atividades socioeconômicas induz a concentração dos resíduos sólidos e líquidos gerados, com poluentes de toda sorte, por processos ainda agressivos. Logo, neste contexto não há como se falar de desenvolvimento sustentável pela simples falta de proporcionalidade entre gente, espaço e resíduo.

Portanto, para superar os problemas e enfrentar estes desafios é preciso implantar um permanente dialogo entre as cidades, seus governantes e representantes de entidades em defesa das águas (rios, lagos, ou mares). Com tantos desafios, certamente existe um longo caminho a ser percorrido dentro dos objetivos propostos pela Conferência Rio+20.

MAPA DO IAEM – ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA ESPACIAL DO MONITORAMENTO DE ÁGUA 2011 / ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS 22 UGHRIS



A criação do índice IAEM e a sustentabilidade da qualidade de água

A possibilidade de uso de análises geográficas espaciais para gerenciamento dos recursos hídricos é hoje instrumento importante na compreensão da dinâmica da água, tanto para análise das variáveis que interferem em sua qualidade como seu acompanhamento. Como uma abordagem holística total é impossível de ser reproduzida na prática, a combinação simples de fatores antrópicos, a densidade espacial da rede de monitoramento e as médias anuais dos resultados de qualidade de água (IQA) já são capazes de fornecer um cenário abrangente a nível estadual, demostrando as áreas que estão mais vulneráveis neste contexto.

Considerando-se que não haverá diminuição espontânea da pressão exercida pelos usos antrópicos do planeta, qualquer proposta de uma economia mais verde no contexto de desenvolvimento sustentável deve ser vista como o começo de contraposição de um longo processo apoiado na exploração desmedida dos recursos hídricos. Caso tal fato seja acompanhado por diminuição do adensamento populacional. Portanto, há espaço para proposta de estudos e cenários no planejamento territorial e ambiental, com destaque para a gestão de recursos hídricos, recuperação de bacias hidrográficas em trechos urbanos e identificação de áreas mais susceptíveis a ação antrópica.

O IAEM[3] – Índice de Abrangência Espacial do Monitoramento, (SCWMI - *Spatial Coverage Water Monitoring Index*) é resultado do cruzamento de mapas georreferenciados de uma análise multi-criterial que contém dois grupos principais de variáveis: antrópicas e ambientais onde se atribuem pesos. A ideia é fazer um confronto entre os impactos antrópicos através da densidade populacional e o macro uso do solo, protagonizando os custos ambientais (0,45%) e a variáveis ambientais referentes ao gerenciamento da qualidade da água, com número de pontos com IQA calculado, a densidade da rede de monitoramento e as médias anuais de qualidade de água, agregados como benefícios (0,55%). Com isto identificam-se as áreas vulneráveis para o Estado de São Paulo no ano de 2011, conforme o mapa. ■

1 http://esa.un.org/unpd/wup/Documentation/highlights.htm (março /2012)

2 www.ibge.gov.br (dez/2011)

3 http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03022010-165719/pt-br.php

CARMEN LUCIA VERGUEIRO MIDAGLIA

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Pós-graduação – ITC/UT – Holanda; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Geógrafa Sênior – CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

Panorama energético

Sendo um dos temas a serem discutidos durante a conferência Rio+20, a questão energética é, sem dúvida, a que pode gerar debates de grande alcance. O uso de combustíveis fósseis como matriz energética corresponde a 80% do consumo mundial e tentativas para que tal quadro mude representa um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável.

Kletr / Shutterstock

USINA NUCLEAR EM TEMELIN NA REPÚBLICA TCHECA

De fato, o atual cenário energético global e as consequências para o futuro da economia geram incertezas que regem as suposições políticas e econômicas em diversas regiões do mundo. Os impactos na escolha e na produção de energia elencam questões como segurança nuclear, instabilidade política em países produtores de petróleo e aumento de insumos agrícolas. Nesse contexto, o Brasil terá grande relevância dentro deste debate.

Desde 2009, o recrudescimento das crises políticas nos países do Oriente Médio, importantes produtores de petróleo, vem afetando diretamente os preços deste combustível fóssil. Acrescem-se a essa situação, a contínua e progressiva demanda chinesa por energia e a necessidade de retomada de consumo nos países ricos, tornam ainda mais urgente o tratamento a ser dado sobre o impacto do petróleo no meio ambiente.

China, Índia, UE e EUA

A China, o maior país consumidor de energia do mundo em termos absolutos, tem no carvão a sua principal matriz energética, representando ¾ do total utilizado no país (o restante fica por conta da energia hidrelétrica). Detentora do título de maior poluidora do planeta, a China vem tentando mudar esse perfil e, atualmente, é um dos maiores investidores em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de energias renováveis. Como praticamente todas as terras aráveis no gigante asiático são destinadas à produção de alimentos, o que dificulta a produção de biocombustíveis, as alternativas encontradas pelo governo chinês concentram-se na buscar por aumento da participação de outras fontes de energia renovável, como, por exemplo, a eólica. Segundo informa o governo chinês, nos próximos cinco anos, está previsto que o consumo de energia vai diminuir 16%, a proporção do combustível não-fóssil no consumo de energia total vai aumentar para 11%.

Problemas semelhantes acometem a Índia, que importa 70% do petróleo que utiliza. E, também como na China, o carvão ainda tem enorme peso na composição de matrizes energéticas no país. Contudo, no início de 2012, o governo indiano anunciou que fará vultosos investimentos em geração de energia solar. O grande problema é o preço cobrado. Levantamento feito pelo mercado indica que o consumo de quilowatt/hora da energia solar é o dobro do de carvão. Nesse contexto, a implementação de subsídios governamentais faz-se necessário.

Já a União Europeia é a região do planeta onde o debate sobre o uso de energias alternativas aos combustíveis fósseis é mais presente. Não seria para menos. Sendo uma região carente de petróleo, as apostas em energias renováveis podem ajudar a dar um novo rumo nas políticas energéticas da região. A Alemanha, por exemplo, decidiu recentemente por um fim na geração de energia proveniente de usinas nucleares, e reduzir a quantidade de utilização do carvão como fonte de energia. O objetivo é substituí-las por fontes de energias solar, eólica e biomassa. Atualmente, as energias renováveis na maior economia da Europa respondem por 16% de toda a matriz energética. Contudo, com essas medidas o governo alemão estima que 80% do uso de energia no país serão provenientes de fontes renováveis. A potência instalada de fontes renováveis deverá chegar a 163,3 GW.

Fora da zona do euro, mas país-membro da UE, o Reino Unido também observa as energias, desde que a extração de petróleo e gás natural do Mar do Norte entrou em declínio e novas legislações restringiram a produção de eletricidade a partir da queima de carvão, admitiu que, muito em breve, perderá sua au-

tonomia energética e passará a depender de fornecedores externos para suprir sua demanda doméstica.

Nos Estados Unidos, em época de recessão, falar de alternativas energéticas que possam custar caro ao consumidor vira assunto polêmico no espectro político do país. O presidente Barack Obama já fez reiterados anúncios de apoio a investimentos em energia solar e eólica. De fato, em 2011, o governo federal americano destinou recursos da ordem de US$ 30 bilhões em energia renovável. Os embates políticos na América, no entanto, estão fazendo com que haja um revés nos investimentos e estima-se que em 2012 o montante dos recursos caia 70% em relação ao ano anterior. Dentro deste cenário, mesmo com o preço do barril de petróleo em curva ascendente, o combustível fóssil ainda permanecerá como a principal fonte de energia americana.

Itaipu / Divulgação

BARRAGEM DA USINA DE ITAIPU NO SUL DO BRASIL

Matt Grant / Shutterstock

USINA ELÉTRICA A CARVÃO NA ILHA DE LAMMA, EM HONG KONG, NA CHINA

Brasil

Em função das preocupações sobre emissões de carbono, verifica-se crescente interesse pelas fontes de biocombustível. E é neste ponto que o Brasil apresenta amplas vantagens comparativas. Isso porque o etanol, uma das fontes de energia que, nos últimos anos, ganhou destaque internacional, é ainda o mais barato de todos os biocombustíveis.

O uso do etanol de cana-de-açúcar e a bioeletricidade produzida com o bagaço da cana mostram que esse biocombustível apresenta resultados bastante satisfatórios. Segundo estudo levantado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), o etanol e o bagaço de cana conseguiram reduzir 600 milhões de toneladas de gases que contribuem para o efeito estufa. Mantido o atual ritmo, a redução de emissões deve atingir 112 milhões de toneladas anuais em 2020, o que representa 30% a 40% da redução esperada do setor de energia, conforme compromissos assumidos pelo governo brasileiro para combater o aquecimento global.

O encarecimento dos alimentos está fazendo com que a produção de insumos agrícolas seja canalizada para o consumo em detrimento de seu uso para a produção de fonte energética. A questão alimentar deve pressionar negativamente o etanol de milho, e, consequentemente, favorecer o etanol de cana-de-açúcar. O etanol de segunda geração, proveniente de biomassas celulósicas, precisa se firmar economicamente. Mesmo que comece a entrar nos países do Hemisfério Norte (via subsídios, inicialmente), esta alternativa levará décadas até conseguir entrar no mercado de combustíveis de modo significativo. Biodiesel de outras culturas agrícolas, como o óleo de palma, deve entrar no mercado de modo significativo em dez anos.

No Brasil, ainda existe um enorme potencial de hidroeletricidade, mas cada vez mais longe do mercado (2 mil a 3 mil km), e já penetrando na floresta Amazônica. As pressões dos movimentos ambientalistas tornar-se-ão cada vez maiores, como visto no licenciamento da Usina de Belo Monte. Os próximos empreendimentos hidroelétricos de grande porte se localizarão na bacia do Rio Tapajós, ao sul do Pará, e nas bacias dos Rios Araguaia e Tocantins, no norte do estado do Tocantins. O Governo planeja construir mais 24.000 MW de geração hidroelétrica dentro dos próximos 12 anos. Provavelmente, este é o limite do potencial hidroelétrico no Brasil, pelo menos em larga escala. ■

CÂMARA BRASIL PORTUGAL
PERNAMBUCO

100 anos

2012/2013

Ano Brasil-Portugal

23 de novembro de 2012

Recife - Pernambuco - Brasil

ENCONTRO EMPRESARIAL

Pernambuco - Terra à vista em um Estado de oportunidades

Energias

Portos e Logística

Copa 2014

Agroindústria

JANTAR COMEMORATIVO

Lançamento do livro "História dos 100 anos"

Inscrições e programação, no site:

www.cbppe100anos.com

Realização

CÂMARA BRASIL PORTUGAL
PERNAMBUCO

Co-produção

ABRA PRESS
AGÊNCIA BRASILEIRA DE IMPRENSA